

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**Reestruturação produtiva e des-territorialização
no Médio Vale do Paraíba Fluminense**

Tatiana Tramontani Ramos

Niterói

2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**Reestruturação produtiva e des-territorialização
no Médio Vale do Paraíba Fluminense**

Tatiana Tramontani Ramos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia do Departamento de Geografia da
Universidade Federal Fluminense como requisito para
obtenção do título de Mestre em ordenamento territorial.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Haesbaert

Niterói

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**Reestruturação produtiva e des-territorialização
no Médio Vale do Paraíba Fluminense**

Tatiana Tramontani Ramos

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rogério Haesbaert
(Orientador)

Prof. Dr. Álvaro Henrique de Souza Ferreira

Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves

Niterói

2005

SUMÁRIO

Índice	p. 5
Índice de fotos e figuras	p. 6
Índice de mapas	p. 7
Índice de tabelas	p. 8
Agradecimentos	p. 9
Introdução	p. 13
Capítulo 1	p. 18
Capítulo 2	p. 78
Capítulo 3	p. 110
Capítulo 4 – Conclusão	p. 151
Referências Bibliográficas	p. 163

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	13
1 - Des-territorialização e reestruturação produtiva: Uma primeira aproximação	18
1.1) Território e des-territorialização	19
1.2) O que é a reestruturação produtiva	31
1.2.1) Os diferentes modelos de regulação espaço-temporal	33
1.2.2) O modelo pós-fordista de regulação espaço-temporal	40
1.2.3) Relações de trabalho e reestruturação produtiva	50
1.2.4) Segmentação do trabalho e do espaço: fordismo e pós-fordismo	56
1.3) Os novos modelos de produção industrial e suas dimensões des-territorializadoras ---	63
2 - A territorialidade/espacialidade econômica no Médio Vale do Paraíba Fluminense	78
2.1) O Médio Vale do Paraíba Fluminense “pré-Volkswagen”	80
2.2) O Médio Vale do Paraíba Fluminense “pós-Volkswagen”	89
3 - Capital, trabalho e Estado: Economia Política de Resende e Porto Real no estado do Rio de Janeiro	110
3.1) Transformações econômicas recentes no estado do Rio de Janeiro, na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense e nos municípios de Resende e Porto Real ----	112
3.2) Emprego, trabalho e migração: Os limites e possibilidades dos “de baixo” no processo de reestruturação produtiva	131
4 – CONCLUSÃO	
Uma avaliação da des-territorialização no Médio Vale do Paraíba Fluminense	151
Referências Bibliográficas	162

ÍNDICE DE FOTOS E FIGURAS

Vista aérea da fábrica d Volkswagen Ônibus e Caminhões em Resende (RJ) -----	p. 93
Ilustração do Município de Porto Real e Fábricas -----	p. 95
Foto da cerca da fábrica da Volkswagen Ônibus e Caminhões -----	p. 96
Ilustração do esquema de funcionamento do Consórcio Modular Volkswagen Resende----- -----	p. 98
Montagem de chassis Volkswagen – Modelo KamBam -----	p. 99
Linha de produção de Caminhões Volkswagen Resende -----	p. 99
Fábrica da Volkswagen Resende (RJ) -----	p. 104
Linha de montagem do Citroën C3 – Peugeot-Citroën, Porto Real (RJ) -----	p. 106
Linha de montagem do Xsara Picasso – Peugeot-Citroën, Porto Real (RJ) -----	p. 106
Esquema da planta da Peugeot-Citroën, Porto Real (RJ) -----	p. 107
Fábrica da Galvasud, Porto Real (RJ) -----	p. 107

ÍNICE DE MAPAS

Municípios e Microregiões do Estado do Rio de Janeiro – 2004 -----	p. 79
Infra-estrutura de transportes do Estado do Rio de Janeiro - 2005-04-17 -----	p. 85
Investimentos industriais por região no Estado do Rio de Janeiro (1995-1999) ----	p. 92
Resende, Itatiaia e Porto Real -----	p. 94
Distribuição de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro. Sistema FURNAS/CERJ/LIGHT -----	p. 102
Distribuição de gás natural no Estado do Rio de Janeiro – PETROBRAS/CEG --	p. 103

ÍNDICE DE TABELAS

Desemprego e subemprego na América Latina (Setembro de 2001) -----	p. 61
Variação Real do PIB no Estado do Rio de Janeiro (1996-2000) -----	p. 113
Participação das Regiões Fluminenses no PIB em 2000 -----	p. 115
Composição do PIB municipal em 2000: Resende e Porto Real -----	p. 117
Indicadores de serviços e equipamentos urbanos em Resende e Porto Real -----	p. 123
Análise do ICMS: Resende e Porto Real (1997-2001) -----	p. 125
Evolução do número de estabelecimentos entre 1996-2000: Resende e Porto Real ----- -----	p. 129
Evolução do emprego formal no Estado do Rio de Janeiro 1996-2000 -----	p. 131
Evolução dos empregos formais por setores (1996-2000): Rio de Janeiro e Médio Vale do Paraíba Fluminense -----	p. 134
Evolução dos empregos formais por setores (1996-2000): Resende e Porto Real ----- -----	p. 138
Admitidos e desligados por grupo de idade na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense (Janeiro e Julho de 2000) -----	p. 144
Investimentos decididos por empresas, atividades, valor e emprego no Estado do Rio de Janeiro (1995-2000) -----	p. 148

AGRADECIMENTOS

Ao Rogério Haesbaert, meu orientador, por quem desde a graduação guardo um sentimento de profunda admiração por todo seu conhecimento, seu rigor e dedicação à geografia. Rogério que me mostrou que um grande pesquisador, professor e pensador da geografia pode ser também um grande poeta...

Aos meus pais, Ruth e Carlos Oswaldo, que sempre me apoiaram principalmente nos momentos de maiores dificuldades e, quase sempre, sem entender “o motivo de tanta preocupação e tantas lágrimas...” Obrigada pelo incentivo, pelo amor e por acreditar em mim!

À minha irmã, Mariah, com quem eu tive que disputar ferozmente o computador e que foi sempre um ombro amigo nos momentos ruins e um “ótimo papo” nos momentos felizes.

Ao Glauco, não tenho nem como expressar a minha gratidão por tudo que diz respeito a este trabalho, as conversas, as discussões teóricas, indicações de textos, mas, principalmente, o encorajamento quando eu achei que não conseguiria... Obrigada por aturar meus “chororôs”!

Ao Professor Carlos Walter, grande pensador, grande amigo, grandes contribuições, inspiração...

À Professora Ester Limonad e seu Grupo de Pesquisa, pelo aprendizado que tive durante o tempo que passei com vocês na iniciação científica e, especialmente à Professora Ester, por sua contribuição com sua participação na defesa do projeto de mestrado e na banca de qualificação.

Aos amigos do Grupo de Pesquisa de iniciação científica, Patricia Daflon, Patricia Milagre, Felipe Mendonça, Flávia Quintaes e Mariane Bitteti, “*the dream team*”!

Aos amigos da UFF, Glauco, Patricia, Felipe, Tadeu, Vinícius, Herivelton, Renata, Miriam, Wagner... por todos os momentos de amenidades incluídas aí nossas inesquecíveis viagens...

Aos amigos do Grupo Jovem UNICRIS, Abílio, Alessandra, Aloysio, Carlos, Mariângela, Janete, Ricardo, Tatiane e Vinícius, pelo apoio, pelas orações e pela compreensão nos momentos em que eu estive ausente...

Aos colegas de turma do mestrado, pelo apoio, pelo companheirismo e pelas discussões e trocas de idéias, sempre enriquecedoras.

A todos os professores do Departamento de Geografia e da Pós-Graduação em Geografia da UFF, em especial, aos professores Sérgio Nunes e Márcio Piñon, pelo incentivo.

À CAPES, pelo financiamento da bolsa de estudos que me proporcionou as

condições necessárias para a realização deste trabalho.

À minha analista, Eliana, fundamental, principalmente na finalização deste trabalho.

A todos os entrevistados nos trabalhos de campo que participam da autoria deste trabalho com seu conhecimento e experiência de vida.

As Prefeituras Municipais de Resende, Porto Real, Volta Redonda e Barra Mansa, pelas informações e material disponibilizados e entrevistas concedidas.

Enfim, a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para que este trabalho fosse concluído e àqueles que eu esqueci de citar porque a memória já não anda bem....
Meu muito obrigada!

Resumo:

Grande parte das transformações ocorridas na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense e mais especificamente nos municípios de Resende e Porto Real sustentam a questão principal que orienta o presente trabalho, isto é, a relação entre a reestruturação produtiva e os processos de des-territorialização. Tais termos são utilizados com frequência nas discussões acerca dos novos processos de produção e novos produtos desenvolvidos, novas técnicas de informação e comunicação, logística e transportes, porém pouco discutidos na geografia como ferramentas importantes na análise da produção e do ordenamento dos territórios em sentido mais amplo.

Diferenciamos o tipo de análise que pretendemos fazer do fenômeno da des-territorialização da grande maioria dos trabalhos até agora divulgados sobre este assunto, porque não pensamos a des-territorialização como simples, flexibilização, virtualização ou deslocalização, mas sim como algo mais abrangente. Para nós, este seria um movimento contínuo de destruição de territórios e conseqüente reconstrução de outros em função das amplas mudanças sociais trazidas pelos novos empreendimentos para a região.

O trabalho analisa a fragmentação e a fragilização que atingiram o campo do trabalho e da produção nos últimos anos e como estes podem ser considerados componentes essenciais para configurar aquilo que a maioria dos autores denomina como processo de des-territorialização, mesmo que fora do âmbito da economia.

Se a noção de des-territorialização pelo viés econômico que encontramos na literatura pertinente surge, em grande parte, para justificar ou explicitar mudanças e novas formas de apropriação do território que vão se dar para melhor servir aos interesses das empresas e dos investidores financeiros, nós buscamos o caminho contrário. Tentaremos avaliar as diferenças que se mostram entre o que é des-territorialização para o grande capital e o que é este fenômeno para os trabalhadores e moradores de cidades como Resende e Porto Real.

No trabalho, buscaremos jogar luz sobre o fato de que a reestruturação produtiva – iniciada com a crise do modelo taylorista-fordista de produção e da rigidez das convenções reguladoras da economia mercantil baseada no “Estado-Providência” – apesar de muitas vezes ser encarada como algo estritamente econômico, restrito ao setor produtivo e que envolve apenas os equipamentos industriais e a força de trabalho, é também um processo social e como tal, possui uma territorialidade (que é socialmente produzida), uma geografia, isto é, uma forma de marcar o espaço.

Palavras chave: desterritorialização; indústrias ; localidades ; modelos de produção ; nova economia ; reestruturação produtiva

De tudo ficaram três coisas:

A certeza de que estamos sempre começando...

A certeza de que precisamos continuar...

A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar...

Portanto, devemos:

Fazer da interrupção, um caminho novo...

Da queda, um passo de dança...

Do medo, uma escada...

Do sonho, uma ponte...

Da procura, um encontro.

Fernando Pessoa

INTRODUÇÃO

Grande parte das transformações ocorridas na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense e mais especificamente nos municípios de Resende e Porto Real sustentam a questão principal que orienta o presente trabalho, isto é, a relação entre a reestruturação produtiva e os processos de des-territorialização. Tais termos são utilizados com frequência nas discussões acerca dos novos processos de produção e novos produtos desenvolvidos, novas técnicas de informação e comunicação, logística e transportes, porém pouco discutidos na geografia como ferramentas importantes na análise da produção e do ordenamento dos territórios em sentido mais amplo.

A região do Médio Vale do Paraíba Fluminense corresponde a dez municípios localizados no sul do Estado do Rio de Janeiro. Destes, nos dedicaremos mais especificamente aos casos dos municípios de Resende e Porto Real por neles encontrarem-se os principais protagonistas do processo de reestruturação produtiva e do fenômeno da des-territorialização por nós discutido.

Até o início da década de 1990, esta região vivenciava com maior destaque a experiência industrial relacionada à siderurgia, metalurgia e construção civil como olarias, indústrias cerâmicas, etc. Com exceção do município de Volta Redonda, onde está localizada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), nos demais municípios o setor industrial correspondia a uma parcela diminuta do Produto Interno da região, representado de maneira bem mais expressiva pelo setor primário. Com a chegada da Volkswagen ao município de Resende no início da década de 1990 e sua inauguração em 1994 esta situação começa a mudar, já que a entrada de outras empresas no Médio Vale do Paraíba Fluminense foi expressiva a partir desta data e contribuiu para uma mudança significativa na participação do setor industrial na economia regional.

Quando diferenciamos o tipo de análise que pretendemos fazer do fenômeno da des-territorialização da grande maioria dos trabalhos até agora divulgados sobre este assunto, o fazemos porque não pensamos a des-territorialização como simples, flexibilização, virtualização ou deslocalização, mas sim como algo mais abrangente. Para nós, este seria um movimento contínuo de destruição de territórios e conseqüente reconstrução de outros em função das amplas mudanças sociais trazidas pelos novos empreendimentos para a região.

Como trataremos com maior frequência do âmbito específico da economia, apesar de sabermos que, muitas vezes, esta “separação” torna-se muito difícil, a princípio, optaremos por dialogar com a concepção de território como domínio [político] do espaço a serviço de interesses econômicos para buscar sua relação com a des-territorialização a partir da economia política. Desta maneira, conseguiremos estabelecer uma relação direta entre a economia e a política, ambas costuradas pelo social que nunca deixa de estar presente em todos os momentos do presente processo.

Dentro desta “nova economia”, “era da informação”, ou qualquer outra das inúmeras metáforas que Soja (1993) chamará de “epítetos projetados de reestruturação”, o domínio dos territórios como mercados permanece como alvo fundamental das corporações e as “batalhas” por parcelas destes mercados são travadas como verdadeiras empreitadas militares para ocupá-los. Pudemos observar que em vários momentos o fenômeno da desterritorialização aparece nas análises do campo da economia, porém, na maioria das vezes, isto ocorre de forma implícita, sobre outros rótulos, ou como uma metáfora para designar fatores de deslocalização empresarial. Isto é, como as relações entre as empresas e o território ficam hoje muito mais frágeis – ou “flexíveis” – e susceptíveis às variações do mercado e das vantagens oferecidas por determinados locais. A nossa análise não objetiva este viés.

Buscamos aqui, mesmo quando utilizamo-nos das informações e dados disponibilizados por ou a partir destas grandes corporações e grandes empresas, *analisar a fragmentação e a fragilização que atingiram o campo do trabalho e da produção nos últimos anos e como estes podem ser considerados componentes essenciais para configurar aquilo que a maioria dos autores denomina como processo de des-territorialização, mesmo que fora do âmbito da economia* (Haesbaert e Tramontani, 2004:26).

Mesmo diante de todos os elementos que levam a pensar a desterritorialização como fruto da amplificação dos meios de comunicação e informação; da formação de redes de poder econômico como uma imensa teia de relações em escalas que vão do local ao global; do fato da globalização ter tornado o mundo “indivisível”; entendemos que esta não se trata da des-territorialização sobre a qual buscamos refletir. Nosso objetivo abrange transformações que envolvam mudanças de paradigmas territoriais, isto é, mudanças bem mais amplas, que atingem, no dizer de Soja (1993:34) “as três dimensões

mais básicas e formadoras da existência humana: o espaço, o tempo e o ser”.

Se a noção de des-territorialização pelo viés econômico que encontramos na literatura pertinente surge, em grande parte, para justificar ou explicitar mudanças e novas formas de apropriação do território que vão se dar para melhor servir aos interesses das empresas e dos investidores financeiros, nós buscamos o caminho contrário. Tentaremos avaliar as diferenças que se mostram entre *o que é* des-territorialização para o grande capital e *o que é* este fenômeno para os trabalhadores e moradores de cidades como Resende e Porto Real.

No trabalho que será exposto a seguir, buscaremos jogar luz sobre o fato de que a reestruturação produtiva – iniciada com a crise do modelo taylorista-fordista de produção e da rigidez das convenções reguladoras da economia mercantil baseada no “Estado-Providência” – apesar de muitas vezes ser encarada como algo estritamente econômico, restrito ao setor produtivo e que envolve apenas os equipamentos industriais e a força de trabalho, é também um processo social e como tal, possui uma *territorialidade* (que é socialmente produzida), uma *geografia*, isto é, uma forma de marcar o espaço.

A reestruturação é um tipo de ruptura, de mudança, se não para uma nova ordem, para uma reorganização da ordem já existente que passa a ser gerida por outros meios e reproduzida de uma nova maneira. Consequentemente, ela implica na destruição de alguns territórios e no surgimento de outros que passam a desempenhar novos papéis na nova ordem emergente. Gomes (1996:30), a este respeito, afirma que *a crise é o anúncio de uma modificação, o signo de confrontação entre dois níveis de compreensão, o antigo e o novo* que criam um contexto social em constante mutação e conflitividade em que “tudo parece estar repleto do seu oposto” ou, como disse Marx (1998), *tudo que um dia se presumiu ser sólido, desmancha no ar*.

Por isso, talvez hoje com o acirramento da competição entre as empresas, os acontecimentos [os eventos] e as ações no território tornam-se mais numerosos e, assim, tornam também este muito mais complexo. Além disso, os próprios territórios tornam-se numerosos, múltiplos.

Desta forma, a presente pesquisa pode ser entendida como uma tentativa de integração de dois planos de trabalho. Um que é a pesquisa teórica, debruçada sobre os rumos atuais dos novos modelos de produção industrial e o caminho para se chegar até

eles, isto é, a reestruturação da produção, além dos conceitos de território e des-territorialização, elementos fundamentais para o entendimento das transformações impulsionadas pela primeira. Outro é a pesquisa prática, mergulhada na complexa realidade da região do Médio Vale do Paraíba Fluminense e dos municípios de Resende e Porto Real. Esta integração vai permitir o entendimento do conjunto de elementos e possibilidades que permeiam o território e a sociedade e conduzir a uma interpretação que privilegie a permanente tensão constituinte dos territórios. A abordagem acerca dos conceitos mencionados será feita no primeiro capítulo, no qual apresentaremos nossos fios condutores, o território, a des-territorialização e a reestruturação produtiva.

No segundo capítulo faremos uma abordagem geo-histórica da região do Médio Vale do Paraíba, partindo de uma leitura da mesma nos períodos históricos que antecederam a chegada das empresas que vão motivar o processo em questão, para o período que sucede a entrada destes novos empreendimentos, com destaque para o marco desta “transição” que foi a chegada da Volkswagen Ônibus e Caminhões a Resende.

O terceiro capítulo privilegia o percurso da constituição dos agentes protagonistas envolvidos no processo acima relatado. Desta forma, tentamos entender que tipos de relações foram e são constituídas internamente às redes econômicas, políticas e sociais por seus diferentes agentes. Em outras palavras, quais as relações industriais (que, por sua vez, envolvem as relações entre empresas, trabalhadores e Estado), institucionais e sociais estabelecidas a partir da reestruturação produtiva no Sul Fluminense; quais seriam os percursos trilhados pela força de trabalho e quais são as suas necessidades e possibilidades no atual período na região, a formação para o trabalho, a motivação que ativa esta dinâmica etc.

Por fim, a conclusão busca analisar como estes aspectos se relacionam às novas dimensões territoriais da produção e reprodução da sociedade e às novas relações que vão se estabelecer entre a política, a economia e a sociedade nesta região.

Tentaremos ressaltar os aspectos que fazem emergir os conflitos, divergências de interesses e de demandas imediatas que se confrontam pela implantação dos novos modelos produtivos e as contradições trazidas à tona pelos mesmos em uma região até então de baixa qualificação profissional e baixo teor tecnológico em termos de infraestrutura industrial e produtiva. Estes seriam os aspectos que indicariam os limites e os

custos sociais da reestruturação produtiva e que, ao mesmo tempo, conferem a este processo um caráter de permanente dinamismo que condiciona reformulações contínuas e abre possibilidades periódicas para novas oportunidades diante de mudanças substanciais nos contextos local e regional.

Para tais detalhamentos foram importantes os trabalhos de campo que permitiram, acima de tudo, um contato com a realidade que é sempre muito mais ampla e muito mais complexa do que o conteúdo teórico e institucional poderia proporcionar. Por isso sou grata ao grupo de pesquisa da Prof^a Dr^a Ester Limonad que me apresentou e despertou-me o interesse pela região do Médio Vale do Paraíba e, mais especificamente, pelos municípios de Resende e Porto Real, onde morei há cerca de 20 anos atrás e para onde hoje retorno não como uma dos que lá estão, hoje, vivenciando os processos aqui despreziosamente apresentados, mas como quem busca entendê-los, relacionar estas transformações entre si e apreender algumas de suas conseqüências.

1 - Des-territorialização e reestruturação produtiva: Uma primeira aproximação.

Neste capítulo buscamos uma abordagem dos conceitos de território e des-territorialização como conceitos-chave que guiarão todo o trabalho. Procuramos fazer uma breve revisão acerca de como estes conceitos foram e são trabalhados pela geografia e como eles vêm sendo aplicados nas mais diversas abordagens econômicas que pretendem avaliar os processos de reestruturação produtiva em curso nas últimas décadas. Apesar de alguns autores mergulharem na des-territorialização como uma prerrogativa para a “perda de importância” do território e “superação” do espaço, o termo, propriamente dito, é muito pouco encontrado na bibliografia específica no assunto.

Na segunda parte do capítulo, faremos uma revisão do conceito de reestruturação produtiva, sua contextualização histórica e avaliação da sua participação nas novas formas de ordenamento territorial propostas para o sistema de produção industrial a partir do século XX. Veremos que a abordagem da reestruturação produtiva como uma das vertentes da “nova economia”, que se pretende “desterritorializada”, está compreendida em um processo bem mais abrangente. A reestruturação produtiva pode ser mais um viés da des-territorialização.

Por fim, veremos como o modelo de produção flexível ou pós-fordista contribui para uma nova organização territorial da produção dentro e fora da empresa. Em muitos momentos esta produção ganha um caráter “desterritorializado”, isto é, liberto da “antiga territorialidade” e independente do espaço. Mas poderemos perceber que ao mesmo tempo em que destrói territórios anteriores, estes novos empreendimentos criam novos territórios e territorialidades.

1.1 - Território e desterritorialização

Para começarmos a nos familiarizar com os conceitos que serão chaves do presente trabalho precisamos buscar as principais abordagens acerca dos mesmos dentro da Geografia e, também, como esses conceitos se manifestam em outras áreas como na Filosofia, Antropologia, Ciência Política e outras.

O conceito de território é um conceito caro à Geografia por todos os debates que são gerados em torno deste que junto com o conceito de espaço costuma-se tomar como os “carros-chefes” da ciência geográfica. O território, a territorialização e a territorialidade, desde as obras clássicas da Geografia como as de Friedrich Ratzel e Vidal de La Blache, Yves Lacoste (1988), passando por Claude Raffestin (1980), até as obras mais recentes como de Milton Santos (1988, 1996, 1999, 2001), Marcelo Lopes de Souza (2000), Carlos Walter P. Gonçalves (2001, 2003), Rogério Haesbaert (2000, 2001b, 2002), continua a ser retomado e re-trabalhado como um de nossos temas de maior destaque.

Importantes, para não dizer fundamentais, também são as contribuições externas à geografia que vieram para enriquecer e, muitas vezes, ajudar a compreender melhor a nossa realidade, pois, como nos lembra Milton Santos,

o mundo é um só. Ele é visto através de um dado prisma, por uma dada disciplina, mas, para o conjunto de disciplinas, os materiais constitutivos são os mesmos. É isso, aliás, o que une as diversas disciplinas e o que para cada qual, deve garantir, como uma forma de controle, o critério da realidade total. (Santos, 2002 [1996]:20)

Desta maneira, sendo os conceitos formas de conhecimento do mundo das coisas e das coisas do mundo, nada melhor do que dialogar com outras disciplinas e, desta forma, estabelecer um intercâmbio entre esses conhecimentos para que busquemos novas ou diferentes abordagens sobre assuntos comuns. Dentre os que contribuem para isso pode-se dizer que estão Michel Foucault, Félix Guattari, Gilles Deleuze, Henri Lefebvre, Nicos Poulantzas, entre outros autores os quais, mesmo que na maior parte das vezes não tenham tido o intuito de travar qualquer debate, ou mesmo propor qualquer diálogo com a Geografia, mas sim desenvolver trabalhos de estímulo próprio, nos servem como referências substanciais.

Sem almejar um grande “Jardim do Éden” em termos de linha metodológica, posicionamento político e princípios acadêmicos entre os citados acima, mas ao contrário sabendo das inúmeras divergências existentes entre os autores relacionados e suas obras, não buscamos aqui qualquer tipo de comparação, nivelamento ou hierarquia, mas

apenas eleger algumas das principais contribuições que podem ajudar na delimitação do conceito de território com que vamos trabalhar nesta pesquisa.

Por ser um conceito largamente utilizado e trabalhado dentro das Ciências Sociais como um todo, como foi dito, o território possui também um amplo leque de possibilidades de conceituação, como nos mostra HAESBAERT (2002:18, 19) que vão desde abordagens bem amplas que tomam o território pela relação entre as sociedades e a natureza e que remonta uma relação com o território como abrigo e fonte de recursos, numa proposição materialista; até as abordagens mais restritivas, em que o conceito encontra uma delimitação bem mais rígida, como quando são privilegiadas as dimensões jurídico política, com o território do Estado-nação; biológica, com o território como fonte de sobrevivência (abrigo e recursos), caracterizando um espaço vital; ou antropológica, com o território como espaço de referência e significação (simbólico).

Na primeira situação, o território remonta a uma disputa pelo controle de recursos necessários à sobrevivência de grupos sociais, controle da área de atuação deste grupo e uma identidade, isto é uma ligação que passa pelo âmbito do simbólico e que cria um sentimento de pertencimento entre aquela população, daí este ser o espaço onde seus membros podem se sentir protegidos. Tal definição nos remete aos grupos em que a ligação com a terra em seu sentido físico-material é muito marcante como indígenas e camponeses para quem a relação sociedade-natureza é fundamental na delimitação dos territórios. Este tipo de análise é, em grande parte dos casos, deixada de lado pelos geógrafos e entregue a sociólogos e antropólogos sob a alegação de que “este não é o *território* objeto de estudo da geografia”. Muitas vezes nossa visão “urbanocêntrica” calcada em paradigmas moderno-coloniais¹ nos impedem de enxergar este tipo de relação que vai frutificar em uma concepção de território riquíssima e importante como fonte de estudos para a geografia.

¹ Segundo Lander (2000), na autoconsciência européia de modernidade formulada pelos filósofos do iluminismo no século XVII, o desenvolvimento de uma ciência objetiva, uma moral universal, uma lei e uma arte autônomas e reguladas por lógicas próprias, se articulava perfeitamente com as idéias que servem de fundamento para o contraste essencial estabelecido a partir da conformação colonial do mundo entre ocidental ou europeu (concebido como moderno e avançado) e os “outros”, o resto dos povos e culturas do planeta. Isto é, com o início do colonialismo na América, começa não somente a organização colonial do mundo, mas, simultaneamente, a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e, principalmente, do imaginário que associa Europa/Ocidente, tomando esta uma posição privilegiada como lugar de enunciação associado ao poder imperial e, por isso, com direitos e poderes sobre as demais culturas “inferiores”, “primitivas” e “atrasadas”.

No segundo caso, quando a definição de território passa por uma delimitação e uma restrição muito mais marcante, os geógrafos tornam-se ávidos por uma parcela de reconhecimento e tratam logo de estipular as suas “fronteiras”: *geografia econômica* para cuidar dos territórios da economia (companytowns, regiões industriais, aglomerados urbano-industriais, redes e fluxos de informação e mercadorias, etc.); *geografia política* para tratar das questões do Estado e da política, o território em sua função mais nobre; *geografia cultural* para o campo do simbólico, da identidade, do referencial étnico, religioso, de gênero que enfatizam a abordagem ideal-simbólica dos territórios. E todos eles ao aprofundar cada vez mais sua análise e sua fundamentação nos seus respectivos “nichos territoriais” parecem esquecer-se dos demais e tornam-se restritos a abordagens também restritas, incompletas, pois o território não possui uma única dimensão, ao contrário, são múltiplas as dimensões e também são múltiplas as escalas territoriais já que no mesmo espaço podemos ter diferentes e inúmeros territórios que se sobrepõem.

Não queremos afirmar que todos os que trabalham com o conceito de território têm que fazê-lo em todas as suas dimensões, pois sabemos que deste modo os trabalhos seriam infundáveis. Como nos lembra Milton Santos (2001), quase sempre periodizações e práticas analíticas se fazem necessárias no decorrer da pesquisa, porém, estas devem ser feitas como estratégias, como método e não com objetivo de dissecação, pois o território é síntese, como nos lembra SANTOS (2001:20) ele é unidade na diversidade.

O território, como nos lembra RAFFESTIN (1980:143) “se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação produzida por um ator em qualquer nível, ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente. Ele é o espaço onde se projetou um trabalho e que por consequência revela relações marcadas pelo poder”. SOUZA (2000:78) concorda com Raffestin quando afirma que “o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, contudo faz uma ressalva ao argumento do primeiro quando afirma que Raffestin “reifica” o território ao incorporar ao conceito o próprio substrato material. Para SOUZA (2000:96, 97),

sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante do território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém. (...) o território não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre

um substrato referencial.

Concordamos aqui com ambos autores sob o aspecto de que sem relações sociais e de poder não pode e não haverá território. O espaço, como base indispensável para a vida do homem, encerra as condições de *labor*² e de *trabalho*³, quer naturais, quer socialmente produzidas e, como tal, a apropriação⁴ do espaço e o poder que se manifesta sobre ele transforma-o em elemento crucial na história das sociedades humanas, pois leva ao surgimento dos territórios.

As coisas e os homens constituem o ambiente de cada uma das atividades humanas, que não teriam sentido sem tal localização; e, no entanto, este ambiente, o mundo ao qual viemos, não existiria sem a atividade humana que o produziu, como no caso de coisas fabricadas; que dele cuida, como no caso das terras de cultivo; ou que o estabeleceu através da organização, como no caso do corpo político. Nenhuma vida humana, nem mesmo a vida do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos. (ARENDT, 1958 (2003))

A materialidade, como poderíamos chamar o substrato terra que compõe espaço e território, é parte integrante e fundamental do território, mas não é a única. A existência e manutenção do que chamamos de território só se dá mediante a existência e manutenção do que é e do que existe no espaço, inclusive o substrato material, porém tal existência só vai se dar por meio de relações e práticas criadas e reproduzidas por sociedades. Por isso, o espaço, nestes casos, é mais que um delimitador ou meio onde se reproduzem práticas sociais e o território mais que um resultado de relações de poder e conflitos, ambos são parte integrante destas práticas, dos litígios e objeto dos conflitos. Desta forma como haveríamos de tê-los apenas como referência para a delimitação de relações de poder?

² “O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida”. (ARENDT, 1958 (2003:15)).

³ “O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo ‘artificial’ de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora este mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade.” (ARENDT, 1958 (2003:15)).

⁴ Aqui a apropriação deve ser entendida tanto no sentido de possuir algo quanto, também, no de pertencer a este algo. Sentido relacional de “pertencer ao que te pertence” que dá significado simbólico e identitário às relações homem-território.

Gilles Deleuze e Félix Guattari, filósofos precursores e principais teóricos da des-territorialização, nos deram importantes contribuições no sentido de definir um conceito para território que, diferentemente daqueles dos geógrafos anteriormente citados, possui uma abrangência bem maior e um sentido muito amplo. Para estes autores, o território não pode ser entendido sem o que eles chamam de *agenciamentos*. GUATTARI e ROLNIK (1986:317) referem-se aos agenciamentos como uma “noção mais ampla do que a de estrutura, sistema, forma, etc. Um agenciamento comporta componentes heterogêneos, tanto de ordem biológica, quanto social, maquínica, gnosiológica, imaginária. (...) Ao contrário das estruturas que estão sempre ligadas a condições de homogeneidade”.

Segundo HAESBAERT e BRUCE (2002:17), apesar de alguns autores restringirem a visão deleuze-guattariana de território a um nível meramente psicológico, podemos dizer que ela possui tamanha amplitude que engloba diversas visões e vai além delas, para eles tudo é passível de ser territorializado e, conseqüentemente, des-territorializado. Para GUATTARI e ROLNIK (1986:323),

o território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente 'em casa'. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.

A idéia que buscamos construir neste trabalho é a do território relacional, isto é, fruto de relações sociais e de poder e não apenas o território como um dado material, absoluto. Também não queremos defini-lo por suas fronteiras e por seus limites cartesianos, sua materialidade, sua fixidez ou enraizamento, o que seria talvez não mais fácil, mas, certamente, mais seguro. Preferimos optar por uma análise que inclua também o movimento, os fluxos, os nós e as redes de conexão, a imaterialidade do poder que não apenas controla o acesso e impõe limites, mas regula a vida. Por isso, queremos falar sobre um território que mais do que a marca do poder político que delimita Estados, mais do que a marca do poder econômico que distribui e organiza a implantação e a produção industrial, por exemplo, possui a marca e é marcado por relações sociais, ou seja, entre pessoas que no seu viver cotidiano em contato umas com as outras, com o político ou com o econômico, anteriormente citados, vão tecendo esta trama a que chamaremos de território e que será objeto de nosso estudo.

Apesar de ser nosso fio condutor um tema que nos chega através da economia, a reestruturação da produção industrial como uma das vertentes da des-territorialização, não queremos reduzir nenhum destes processos, nem a territorialização, nem a des-territorialização à esfera do econômico, até porque sozinhos não dariam conta do que gostaríamos de entender. A economia como tal é uma instituição, portanto é “instituída” por sujeitos e processos “instituintes”⁵. As relações econômicas, neste caso, podem ser a locomotiva, pode estar à frente trazendo as transformações, mas é importante lembrar que elas trazem consigo uma série de mudanças, já que é por meio da sociedade e dos sujeitos que tais relações [econômicas] ganham potência e existência. Como dissemos no início, o território não se restringe à economia, à política ou à cultura, ao contrário, só existe em função de todas elas.

Tomamos o cuidado de organizar nosso pensamento até este momento de forma a entender e fazer entender da melhor forma possível o conceito de território, para daí começar nossa análise do que seria para nós e para outros autores com quem concordamos, os processos de territorialização e des-territorialização. Como dissemos, ambos são *processos*, por isso, não podem ser entendidos como resultado, como fato estático ou absoluto. Eles não são, mas *estão sendo*, logo, só existem enquanto *devires*.

É comum encontrarmos em diversos meios uma confusão entre os conceitos de *território*, *territorialidade* e *territorialização*, já que derivam todos do mesmo radical e dizem respeito, pelo menos na maioria das vezes à situações que envolvem poder, controle, pertencimento e/ou identidade.

Já vimos que diferentes autores entendem que o território surge como o produto de determinadas relações sociais e de poder no espaço, sendo este espaço não apenas apoio para as relações, mas uma das partes que definem e dão sentido ao território. Ou seja, no dizer de SACK (1986:216) “territórios são formas socialmente construídas de relações sociais e seus efeitos dependem de quem controla quem e com que propósitos”. Visto desta forma, a *territorialidade* seria o *sentimento* de *ser território*, [por mais que isto possa parecer por demais abstrato]. A territorialidade existe a partir do momento que aqueles que estabelecem e mantêm um território sentem-se pertencentes a ele assim como o território os pertence. Como nos mostra Souza (2000:99):

⁵ Idéia originalmente proposta pelo Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves em conversa informal.

A territorialidade, no singular, remeteria a algo extremamente abstrato: aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, (...) relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial. (...) um certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço.

Para SACK (1986:5),

a territorialidade é uma expressão geográfica básica do poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão interrelacionados. (...) Territorialidade simplesmente como 'o controle de uma área' não serve mais do que para uma definição sucinta. (...) a territorialidade será definida como a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área é chamada de território.

Ou mesmo como quer RAFFESTIN (1980:158 -161,162),

a territorialidade (...) reflete a multidimensionalidade do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (...) A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer, de certa forma, é a 'face vivida' da 'face agida' do poder.

Dentro das três perspectivas, não há território no sentido relacional, sem que haja a territorialidade vivida por seus membros. Mas diante dos dois conceitos, território e territorialidade, o que seria então a territorialização?

Para nós a *territorialização* nada mais é do que o *processo de vir a ser território*, ou em outras palavras, o *território em processo*, em conformação. Se concordarmos inicialmente com a idéia de DELEUZE e GUATTARI de que território é um processo, um permanente 'tornar-se' e desfazer-se, poderemos tomar de empréstimo para entender a territorialização a idéia de DOEL (1999:17 *apud* Hesbaert e Bruce, 2002:9) de que o espaço é algo sempre em processo, um permanente tornar-se. Para este autor, se algo existe é apenas enquanto confluência, interrupção ou coagulação de fluxos. Conseqüentemente, não há "última instância" ou estrutura primeira, solidez e fluidez nunca estão separadas, "a permanência é um efeito especial da fluidez". Por isso, o espaço é para ele, antes de tudo, um processo, uma 'espacialização' (*spacing*). Assim, associando as duas idéias, poderíamos dizer que o território é, antes de tudo um

processo, uma 'territorialização'.

Se o território é este constante fazer-se (territorializar-se), isto significa que ele também está engajado em um processo de constante desfazer-se, pois só é possível re-fazer o que, de alguma forma, foi desfeito, mas como estes são processos que se dão de modo quase simultâneo, tem-se a idéia de que o espaço e os territórios se transformam em um constante processo de re-produção. Contudo, o território tem que passar por um processo de *desterritorialização* para depois se *reterritorializar* sobre novos termos. Este é o processo. E, como ele é extremamente dinâmico, muitas vezes a desterritorialização passa despercebida sob nossos olhos, o que nos leva a pensar que territórios, via de regra e constantemente, “se transformam”, “mudam” e por isso são dinâmicos. As mudanças e transformações por que passam os territórios ao longo da história se dão, de certo modo, sob a égide de um processo dinâmico e contínuo, porém, este não ocorre ao acaso e nem faz parte de qualquer movimento evolutivo ou de caminho e mão única. Ao contrário territórios se des-fazem e re-fazem por meio do desejo e/ou necessidade humanos, isto é da ação e por isso não são alheios a eles.

De acordo com GUATTARI e ROLNIK (1986:323)

o território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada em um imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios 'originais' se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que levam a atravessar, cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais.

Territorialização e desterritorialização devem ser entendidos como processos concomitantes. “Os territórios sempre comportam dentro de si vetores de desterritorialização e reterritorialização. Muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um ato, uma ação, uma relação, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, algo que se repete sobre o qual se exerce controle”. (HAESBAERT, 2004)

De certa maneira, podemos dizer então, concordando com Deleuze e Guattari, que a des-territorialização é o modo pelo qual abandonamos ou destruimos um território, enquanto a re-territorialização é a concomitante retomada ou reconstrução do território, enfatizando sempre que a partir do momento em que há a desterritorialização, esta

sempre será acompanhada de um processo de re-territorialização e esta re-territorialização nunca originará um território idêntico ao primeiro, isto é, não será um retorno ao território primitivo, mas sim a criação de um novo.

O que pretendemos com estes breves resgates conceituais é chegar ao nosso objeto de estudo, não apenas para fins de verificação, mas principalmente, como forma de avaliação da importância da geografia como ponto de partida para a análise das novas territorialidades postas em prática pelo capital empresarial por meio da chamada “reestruturação produtiva”. Isto é, entender qual o papel dos processos econômicos na configuração territorial atual, até que ponto eles determinam e/ou são determinados, qual a sua relação tanto com “os de cima” (grandes indústrias, grandes fornecedores, outras empresas associadas/suportes, o próprio Estado, as redes logísticas e de comunicação etc.), quanto com “os de baixo” (os funcionários destas empresas, a população das cidades, os pequenos empresários e comerciantes etc.). Enfim, territorializações e des-territorializações existem e sempre vão existir, já que, como vimos em Guattari e Rolnik, “a espécie humana está mergulhada em um imenso movimento de des-territorialização, no sentido de que seus territórios ‘originais’ se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho”, contudo, para nós, a reestruturação produtiva tem sido um importante catalisador nestes processos.

Não podemos esquecer que dentro desta leitura econômica da des-territorialização, talvez a primeira grande teorização sobre o assunto tenha sido feita por Karl Marx, não utilizando-se do termo específico, mas fazendo uma profunda análise a respeito da contribuição do capitalismo para as mudanças promovidas nos meios de produção e, principalmente, na expropriação do trabalhador.

Em seu discurso, a ausência do termo não impede a profunda análise das formas com que o modo de produção capitalista “desterritorializa” os modos de produção preexistentes para reterritorializar segundo a sua própria dinâmica. A expropriação do campesinato transformado em trabalhador “livre” em meio a fenômenos como a apropriação privada da terra e a concentração fundiária, e, noutro extremo da pirâmide social, a velocidade com que os estratos mais privilegiados da burguesia destroem e reconstróem o seu espaço social, sob o famoso dito de que “tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é profanado”, seriam as referências mais marcantes do movimento de des-re-territorialização capitalista. (Haesbaert, 2004:174,175)

Muito se tem discutido sobre diversas formas de “desterritorialização” postas em

prática por meio da “sociedade da informação”, da “nova economia”, e da “sociedade pós-industrial”, porém, indagamos: Estas “desterritorializações” são ou tem o sentido originalmente proposto por seus idealizadores? Em outras palavras: de que este é um processo de duas mãos ou de duplo sentido, no qual os territórios são abandonados e/ou destruídos, porém isto não é feito em benefício de uma vida (ou produção, trabalho etc.) tornada imaterial, virtual, mas ao contrário, é feito em função da criação de novos territórios, novas configurações territoriais, novas formas de estar e ser território que surgem concomitantemente ao processo de aniquilação dos primeiros? O que percebemos em alguns trabalhos que procuram discutir a desterritorialização de empresas e da produção industrial é o simples (?) processo de “libertação”, “independência” do território e de “flexibilização” da produção e dos produtos que contribuem também para criar “territórios flexíveis”, ou instáveis. O território no sentido material, enraizado se torna um “fardo” para aqueles (principalmente empresários) que querem se inserir no mundo das redes e das “teles” e por isso, acabam utilizando-se do termo de forma distorcida ou, no mínimo incompleta.

Segundo HAESBAERT (2004:188,189), um dos primeiros discursos explícitos sobre desterritorialização tem vinculação com os fluxos do capital financeiro e foi feito por Henri Lefebvre em 1984. O autor foi um dos primeiros a utilizar o termo “desterritorializado” para se referir à dinâmica em rede do sistema bancário internacional.

(...) a realização da mais-valia deixou de ocorrer unicamente no interior de uma área próxima do ponto de produção confinado a um sistema local de transações bancárias. Em vez disso, este processo tem lugar através de uma rede bancária mundial como parte das relações abstratas (a manipulação da palavra escrita) entre agências econômicas e instituições. A realização da mais-valia tem sido, podemos dizer, “desterritorializada”. O espaço urbano, embora ele tenha assim perdido seu antigo papel neste processo, continua entretanto, assegurando a manutenção de ligações entre vários fluxos envolvidos: fluxos de energia e trabalho, de mercadorias e capital. (LEFEBVRE, 1984:400, 401 apud HAESBAERT, 2004:188)

Quando teóricos como O'Brien (1992), Virilio (1997), Cairncross (2000[1997]), Ohmae (1996), De Masi (2000), Lévy (1996), Castells (1999) falam da desterritorialização das empresas acredita-se que estes querem se referir a novas formas de apropriar o território. Em outras palavras, isto pode ser lido como uma passagem do que se convencionou entender como “território zona” para um “território rede”, no qual a mobilidade, os fluxos e a fluidez contribuem mais para sua caracterização do que a fixidez, o enraizamento e a imobilidade, como nos mostra HAESBAERT (2004). Ou pode

também ser entendido como uma maior instabilidade e flexibilidade das empresas que passam a ser muito mais vulneráveis às variações do mercado e da economia e, com isso, susceptíveis até mesmo a pequenas variações locais. Elas passam a estar muito mais atentas ao local e suas qualidades como infra-estrutura, transportes, mercado de trabalho e seu nível de organização, enfim, detalhes que queiram ou não, num mundo de intensa complexidade, fazem diferença na hora de computar custos e benefícios.

Acreditamos, com isso, que na maioria dos casos em que encontramos o termo desterritorialização para tratar de economia, indústrias ou empresas em geral, incorre-se em uma inadequação conceitual entre o que se quer analisar e a ferramenta (o conceito) utilizada. Talvez o termo mais adequado fosse *des-localização*, ou seja, uma transferência de localidade da empresa como um todo, ou sua fragmentação em escritórios, redes de prestadores de serviços, tele-trabalhadores (ver FERREIRA, 2003) ou qualquer outra forma que permita a realização da tarefa desejada e que não deixa por isso de ser territorial. Esta é uma das marcas do “novo” modelo de produção em conformação nas últimas duas décadas, o modelo pós-fordista ou de acumulação flexível.

O que podemos perceber de realmente novo quando tratamos da “transição”⁶ fordismo/pós-fordismo é a velocidade com que as empresas surgem e desaparecem em determinadas cidades, regiões, estados e/ou países, o que demonstra o seu alto grau de flexibilidade e mobilidade espacial, baixa dependência em se tratando de grande parte dos requisitos que antes eram indispensáveis como mercado de trabalho, mercado fornecedor etc., lembrando sempre que tais requisitos também não foram totalmente abandonados e nem tornaram-se obsoletos entre os fatores de localização industrial. Mas o que gostaríamos de salientar é que se no fordismo a territorialização é uma marca dos grandes grupos e das grandes corporações e leva à formação das grandes regiões industriais e empresariais tradicionais no meio econômico, no pós-fordismo, talvez tenhamos como principal referência a des-territorialização. Não a desterritorialização banal, entendida apenas como um fator de des-localização ou “virtualização” de alguns elementos da empresa, mas a des-territorialização como conceito de Deleuze e Guattari (s/d). Os autores recomendam o uso do hífen como forma de ressaltar que o processo se

⁶ No item seguinte sobre a reestruturação produtiva procuraremos aprofundar a discussão a respeito do processo de passagem do modelo fordista de produção para o seu “sucessor”, o pós-fordismo. Por enquanto preferimos utilizar as aspas como forma de relativização, já que sabemos que o primeiro modelo não teve seu fim decretado com o advento do segundo, principalmente em economias periféricas como a do Brasil.

dá em dois níveis: Primeiro a desterritorialização, isto é o abandono do território antigo e depois a reterritorialização, ou a formação de um outro território, sabendo que esta nova territorialização (re-), nunca se conclui sobre os mesmos termos, isto é, o território formado nunca será idêntico ao anterior, como nos lembra a “primeira lei das desterritorialização”.

Entendemos a des-territorialização como a marca do pós-fordismo, pois este modelo tem como principal característica seu potencial para interferir e transformar territórios conforme se dê a movimentação de suas empresas, a velocidade das transformações técnicas, intensidade e versatilidade dos seus fluxos (financeiros, informacionais/comunicacionais, de pessoas, mercadorias etc.), rapidez com que os recursos (tanto materiais, quanto imateriais) podem ser mobilizados e alocados, isto é, podem se fixar ou abandonar espaços conforme a necessidade ou desejo os agentes envolvidos.

1.2 – O que é a reestruturação produtiva

Todo o processo de reestruturação contém em si mesmo uma crise, um conflito competitivo entre o que é velho e o que é novo, entre o que se projeta e o que se tem, “a ordem herdada e a ordem projetada” (SOJA, 1993, p.194). Por isso, não podemos dizer que este é apenas um processo mecânico ou automático, no qual se potencializa a produção através de máquinas e técnicas mais modernas. Seus resultados e

conseqüências não estão e nem são predeterminados. Pelo contrário, muitas vezes os significados das conseqüências de tal processo podem ser antes surpreendentes do que previsíveis e isto é o que supomos que vêm ocorrendo durante a chamada “transição” do modelo de produção fordista para o pós-fordista.

Apesar de estar, quase sempre, associado a uma leitura econômica, ao processo de reestruturação produtiva, devemos associar a idéia de que todo modelo de produção implica em uma forma de regulação da sociedade, incluindo como sugere Harvey (1999), as materializações de hábitos, motivações e estilos de representação culturais. Logo, o estudo do processo de reestruturação vai implicar também em uma análise da transição entre as formas de regulação que caracterizarão os modelos em questão. A regulação tende sempre a ser associada à economia, porém, deve-se ter em mente que este é um termo não apenas econômico, mas também social e político, por isso, espacial. Representa um regime de acumulação e um modo de regulamentação social e política a ele associado⁷. Para que o regime de acumulação se mantenha funcionando, é necessário que haja alguma forma ou modelo de configuração, ou seja, um conjunto de normas, hábitos, leis e redes de *regulamentação* que garantam a unicidade do processo. Para Lipietz & Leborgne (1988), “este corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de modo de regulamentação”.

Poderíamos aventar a hipótese que o processo de reestruturação produtiva e, conseqüentemente, a transição entre estes “modos de regulamentação” em curso, tem se caracterizado por apresentar uma “modernização” do tipo conservadora⁸ já que esta tende a misturar antigas e novas formas de organização e trabalho que vão originar as chamadas novas formas de informalidade e flexibilidade. Contudo, dizer que esta reestruturação mescla o novo e o antigo seria ou uma redundância, diante do que já foi exposto acerca da definição de Soja (1993) para este termo; ou, sob outro ponto de vista, seria uma informação irrelevante, já que toda mudança conserva elementos do velho e do novo em algum momento. Queremos chamar atenção aqui para o fato de que este processo possui características que o diferencia dos demais, como a coexistência de

⁷ O termo é definido por uma importante escola do pensamento que é a chamada “Escola da Regulação” cujo argumento parte do princípio que um regime de acumulação se caracteriza por um longo período de estabilização e uma correspondência entre as transformações nas condições de produção e na produção de assalariados. (LIPIETZ, 1986)

⁸ Trataremos mais detalhadamente deste tema um pouco mais adiante.

elementos de outros modelos (não apenas do imediatamente anterior) dentro deste novo. Estes elementos serão resgatados do passado (quando muitas vezes já não eram mais utilizados) e mantidos de forma que adaptem o modelo pós-fordista às necessidades no mercado. Dentre estas características, ao nosso ver “diferenciadoras”, as mais marcantes são aquelas relacionadas ao trabalhador e ao mercado de trabalho, como nos sinaliza Ferreira:

É possível constatar o crescimento do trabalho em tempo parcial, do trabalhador temporário e do processo de “terceirização”, observado com a subcontratação de serviços de empresas de pequeno porte. Resulta deste processo a falta de cobertura de seguros, de direitos trabalhistas, de direitos de pensão e de segurança no emprego. Uma grande transformação ocorrida no fim do século passado é que, ao invés de assalariados em sua maior parte protegidos, há cada vez mais assalariados fragilizados, ameaçados pelo desemprego. (FERREIRA, 2003:21)

A transição do modelo de acumulação fordista para o novo modelo pós-fordista em curso não mantém, como já foi dito, apenas características da ordem imediatamente herdada e da ordem subsequente, aquela que foi e a que está sendo projetada, mas é marcada por uma retomada de diversas formas de organização e ordenamento, características dos vários outros modelos de acumulação já existentes simultaneamente. Desta forma, não se pode mais dizer que a reestruturação produtiva vai caminhar sempre em busca de novas técnicas, processos produtivos originais e inéditos que dinamizem a reprodução do capital e incrementem os lucros. Neste momento, o que será “original” será alimentado pelo “tradicional”, de forma que vários modelos de produção e, conseqüentemente, vários modelos de regulação coexistirão sob o rótulo de um mesmo modelo, a produção flexível ou pós-fordista.

Enquanto nos processos de transição ocorridos no passado entre os vários modelos de acumulação existentes - desde aquele intitulado por Marx como “Acumulação Primitiva” até um dos “símbolos da modernidade” o *fordismo* - encontramos sempre uma busca incessante pela evolução das técnicas, ou seja, a utilização de novas tecnologias e formas de organização até então desconhecidas. Porém, o mesmo não ocorre no caso da transição fordismo/pós-fordismo. Este “novo modelo” não pode ser simplesmente descrito como uma evolução técnica e organizacional do processo produtivo; mas, antes de tudo, como uma ativação (ou re-ativação) de diferentes modelos de produção que põem em curso diferentes formas de agenciamentos. Já que todo modelo de produção só existe graças à sociedade e esta é composta de homens e mulheres dotados de saberes,

desejos e necessidades, então um modelo de produção é composto também de subjetividade (GUATTARY & ROLNIK, 1986). Cada modelo remeterá a diferentes formas de agir e sentir o espaço, já que cada sociedade se organiza e organiza o seu espaço de acordo com os agenciamentos por ela engendrados. (*idem*)

Desde o início da produção de caráter fabril/industrial há uma tendência à evolução das técnicas e das formas de regulação sociais. Isto pode ser observado nos diferentes modos de regulação já existentes e nos respectivos processos de reestruturação já atravessados. Como os principais deles aqui resgatados e que passaremos a abordar:

1.2.1 - Os diferentes modelos de regulação espaço-temporal

Antes de iniciarmos o retrospecto acerca dos diferentes modelos de regulação é necessário salientar que a periodização e classificação que passaremos a dotar para os quatro grandes modelos de regulação aos quais recorreremos foi elaborada e sistematizada pelo professor Ruy Moreira em seu curso de Geografia da Indústria⁹, onde tais conhecimentos e alguns conceitos foram adquiridos e trabalhados. Moreira trabalha os diferentes modelos de regulação através de uma periodização que elencará quatro grandes momentos da regulação da produção industrial: O período da regulação *manchesteriana*, o da regulação *taylorista*, *fordista* e *pós-fordista* ou de *acumulação flexível*. Dentro de cada um destes momentos uma teia de conceitos, características e sentidos vai se tecendo para que não só um modelo econômico de produção de riquezas vá se construindo, mas para que toda uma forma de regulação social e cultural se construa a partir destes fios, como passaremos a analisar.

Iniciaremos este resgate das diferentes formas de regulação engendradas pelos diferentes modelos de produção com a regulação *manchesteriana*, já que a chamada Primeira Revolução Industrial acarreta uma série de modificações para o ordenamento do território. Porém, antes, gostaríamos de abrir um breve parêntese para tratar do que talvez tenha sido o primeiro grande modelo de regulação envolvendo produção, técnica e manufatura, o “modelo colonial de regulação social e econômica”.

⁹ Disciplina oferecida pelo Prof. Dr. Ruy Moreira no curso de Graduação em Geografia na Universidade Federal Fluminense em 1999.

As primeiras manufaturas materializadas nos engenhos e usinas açucareiras surgiram no Brasil, Cuba e Antilhas no século XVI e XVII e, naquele momento, representavam o que havia de mais “avançado” em termos de emprego da técnica para transformar os produtos. Tanto que os países citados eram os maiores produtores mundiais de açúcar e este é um produto manufaturado. Poderíamos dizer, então, que as primeiras manufaturas surgiram fora do tempo e do espaço propostos pela modernidade como a origem da “indústria”: a “Primeira Revolução Industrial Inglesa”, no século XVIII, com as primeiras fábricas movidas à vapor na cidade de Manchester.

A produção agrícola em larga escala, com mão-de-obra escrava, começou no Caribe, em meados do século XVII, por colonos ingleses e franceses (...). No fim do século XVIII, os produtos do trabalho escravo na América constituíam um terço do valor do comércio europeu. (HARDT e NEGRI, 2001:138)

A visão eurocentrista imposta ao mundo pela modernidade era a de que o progresso técnico e científico tinha como berço a Europa, mas não a América, ou o Oriente, ou a África... Só se esqueciam de explicar que a base para a tão propalada indústria inglesa e para o progresso e desenvolvimento econômico dos países europeus só se deu graças ao mundo colonial que lhes “complementava”. Ou não foi o algodão americano, por exemplo, que permitiu o funcionamento das primeiras tecelagens movidas à vapor na Europa?

Pode-se interpretar a criação de sistemas escravos pelo capital como uma espécie de aprendizado do capitalismo, no qual a escravidão funcionaria como estágio intermediário entre as economias naturais (ou seja, auto suficientes e isoladas) preexistentes à intrusão da Europa e o próprio capitalismo. De fato, a escala e a organização das plantações caribenhas do século XVIII, em certo sentido, prefiguram as instalações industriais européias do século XIX. A produção escrava na América e o tráfico de escravos africanos, entretanto, não foram meramente, ou mesmo predominantemente, uma transição para o capitalismo. Foram um sustentáculo relativamente estável, um pedestal de superexploração sobre o qual se ergueu o capitalismo europeu. (HARDT e NEGRI, 2001:138,139)

Assim, não existe modernidade sem colonialidade (QUIJANO (2000), LANDER (2000), DUSSEL (2000), MIGNOLO (2000), CASANOVA (2002).). Não existe o que é hoje moderno sem o colonial.

Os novos processos produtivos e o desenvolvimento da atividade comercial, tanto

na Europa, quanto na América, demonstraram que a maior produtividade dependia da perfeita organização do espaço. Para organizá-lo, era preciso conhecê-lo (LACOSTE, 1988.) Segundo Moreira (2000), essa tarefa provavelmente estava mais ligada a rotas comerciais marítimas e terrestres, deslocamento de exército, construção de estradas e ferrovias, portos, etc. Essa lógica operacional do espaço, no que se refere à organização das atividades produtivas na cidade, foi materializada nas manufaturas e nas fábricas.

A fábrica era o local onde o espaço deveria ser organizado para que o tempo fosse maximizado, no sentido de ser plenamente utilizado. A perfeita organização do espaço garantiria a fluidez da produção. Essa organização espacial dentro da fábrica deveria ser racionalizada. No entanto, essa racionalização espacial fabril ainda era incipiente no contexto do modelo manufatureiro colonial e também no da primeira Revolução Industrial.

Ao período da primeira revolução industrial, Ruy Moreira chama de período de “regulação Manchesteriana”, dado ao seu local de origem já mencionado. Neste não havia ainda um sistema fabril de produção. Logo, como mostra Moreira (2000:5), predominava um alto grau de descentralização que permitia que os produtores coordenassem as decisões de produção com as necessidades, vontades e desejos do consumidor.

Segundo Ruy Moreira, este período teve sua organização social do trabalho baseada no domínio geral da técnica da produção pelo trabalhador de ofício, como era chamado. Este possuía uma visão do conjunto (*savoir faire*) e não um saber restrito e específico. Isto ocorria porque não existia uma separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual – o idealizador do produto era o mesmo que colocaria em prática o processo produtivo – entre o trabalho de direção e execução – não havia uma relação rígida entre patrão e empregado como a relação burguês/proletário e nem entre o local de moradia e o local de trabalho. Na maioria das vezes o produtor era o próprio dono dos meios de produção. Assim, não havia ainda uma *divisão social do trabalho*, mas sim uma *divisão técnica do trabalho*, pois a divisão de tarefas era limitada pelo mercado (MOREIRA, 2000:6).

Como conseqüência, tal processo trouxe primeiramente um aumento da população urbana e à medida que esta população aumentava mudava também sua distribuição no território como efeito das transformações econômicas, como nos mostra Harvey (1999).

Tem início uma reestruturação espaço-temporal que foi consolidada através das

novas técnicas desenvolvidas. Essas técnicas, por introduzirem a máquina no processo produtivo, proporcionavam uma sensação de velocidade e dinamismo da produção como nunca se tinha visto antes. A velocidade era a marca desse novo tempo que surgia. Uma velocidade que conseguiu reduzir as distâncias.

Segundo Ruy Moreira, a reestruturação promovida por Taylor vai organizar o espaço da fábrica de modo que o operário se desloque o menos possível para realizar o seu trabalho. Dessa forma, ele cria um mecanismo extremamente rígido de controle sobre o corpo do trabalhador, pois este, agora, está confinado a um espaço para desempenhar uma determinada função. Esse aspecto vai radicalizar o controle racional imposto pelo tempo da produção e pelo ritmo da máquina (MOREIRA, 2000:6).

As transformações efetuadas por Taylor, no entanto, serão aplicadas somente no interior da fábrica, ou seja, estarão inscritas somente na esfera da produção, dentro de um lugar específico.

O modelo de produção taylorista surge nos Estados Unidos no final do século XIX (HARVEY, 1999:121). A transição para o modelo taylorista se dá quando o trabalhador deixa de ter a visão do conjunto (*savoir faire*), o domínio geral da técnica e passa a se especializar em uma única fase da produção, ter uma visão restrita e não mais abrangente, tornando-se um trabalhador por categoria.

A separação entre gerência, concepção, controle e execução (e tudo o que isso significava em termos de relações sociais hierárquicas e de desabilitação dentro do processo de trabalho) também já estava bem avançada em muitas indústrias. (HARVEY, 1999:121)

Segundo Ruy Moreira, o que Taylor vai fazer com o antigo modelo, será acabar com a “porosidade no serviço”, que é como ele chama o tempo que o trabalhador permanece ocioso, ou seja, sem produzir dentro da fábrica. Esta ociosidade se dá, segundo ele, devido ao deslocamento do trabalhador, às trocas de ferramentas, etc. Para corrigi-la, Taylor vai propor a “racionalização” dos movimentos corporais do trabalhador, evitando o seu deslocamento dentro da fábrica. Isso será feito com a aproximação das ferramentas de suas mãos e da especialização do trabalho que se torna mais mecânico e menos artesanal. Com isso, é reduzida a “porosidade” e aproveita-se ao máximo o tempo que o trabalhador está dentro da fábrica, aumentando também a produção.

Cria-se, assim, a automação do corpo ou a extensão da máquina no trabalhador, que passa a ser um apêndice dela, isto é o que Taylor vai chamar de *Organização Científica do Trabalho – OCT*, descrito em “*Os princípios da Administração Científica*”, publicados em 1911.

Um influente tratado que descrevia como a produtividade do trabalho podia

ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento. (HARVEY, 1999:121)

Assim, o taylorismo vai melhorar a logística da fábrica, provocando a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual e também entre o trabalho de direção e execução, ou seja, ele vai acentuar a divisão social do trabalho a partir do momento em que intensifica a fragmentação, especialização, especificação do mesmo.

Talvez, como sugere Karl Polanyi, este tenha sido o

ponto de partida para a 'grande transformação' que trouxe à vida a nova ordem industrial, a separação dos trabalhadores de suas fontes de existência. A produção e a troca deixam de se inscrever num modo de vida indivisível, mais geral e inclusivo e assim se criaram as condições para que o trabalho fosse considerado como mera mercadoria e tratado como tal. (apud BAUMAN, 2001:162)

Isto é o que Marx vai chamar de alienação do trabalho: a captura do *savoir faire* do trabalhador, sua subjetividade, sua liberdade de criação. No trabalho não alienado, criador, livre, a marca está no desejo, o homem deseja algo. O desejo provoca a imaginação e juntos estes informam o corpo que se põe a trabalhar.

O fordismo surge a partir do taylorismo, ou melhor, através do aperfeiçoamento de suas técnicas. Neste modelo, surge a “retificação do processo produtivo”, a chamada “linha de produção”, que proporcionará a produção em massa e a conseqüente padronização dos produtos. Segundo Harvey (1999:121),

o que distingue o fordismo do taylorismo, em última análise, é o seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significa consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

O modelo de regulação fordista, segundo Harvey (1999), implica em uma macro-regulação baseada no Estado, nos sindicatos e até mesmo na mídia como forma de adequar o trabalhador ao novo tipo de processo produtivo e o consumidor aos novos produtos. O fordismo, então, não seria apenas uma organização econômica, mas a construção de uma cultura. Dizemos uma cultura, pois o fordismo será um dos contribuintes para a construção de uma subjetividade coletiva, isto é, através da padronização da produção e da sua massificação, ocorre também uma “padronização” dos desejos, das aspirações e do consumo, como percebemos na citação logo acima.

Assim, os paradigmas sociais começam a tomar outros moldes e moldes produzidos em série.

A materialização espacial deste modelo dar-se-á, principalmente, através da hierarquização funcional entre os espaços. Ou seja, entre os bairros nas cidades, entre as próprias cidades, regiões intra ou internacionais. Esta “organização funcional do espaço” (LIPIETZ, 1994:12), será um dos principais traços da “modernidade”.

Segundo o mesmo autor, “a crise do modelo fordista caracteriza-se como uma dupla crise: aquela *do próprio taylorismo-fordismo* e aquela da “*rigidez*” das *convenções reguladoras da economia mercantil*.” A primeira se dá pelo fato de “o taylorismo ter apresentado um fraco desempenho na utilização de novas tecnologias”; e a segunda, pois “a rigidez dos modos de regulação nacionais foi desestabilizada pelo turbilhão da concorrência internacional” (*idem*, p.12).

Alguns anos após o início da crise econômica que afetou todo o mundo começam a serem avistadas possíveis saídas para a mesma que já durava aproximadamente dez anos após seu início no final dos anos 1920 e início dos anos 30. A primeira tentativa de reerguer a economia vai questionar a “rigidez” das formas de regulação mercantil. Para tal, visa-se restabelecer a “flexibilidade” das relações mercantis tanto entre as unidades de produção, quanto das próprias relações capital-trabalho. Este eixo de superação ficou conhecido entre alguns autores como “neofordista” ou “neotaylorista”, cuja regulação espacial vai se dar através de um retorno à concentração urbana ou a uma “remetropolização” (*ibidem*, p.13).

O segundo eixo de superação da crise fordista irá contestar o próprio modelo, isto é, o taylorismo. Segundo Lipietz (1994), este eixo visa a superar a oposição conceitor-executante ou uma cooperação negociada por parte dos agentes dominados nos processos econômicos. Este será conhecido como modelo “pós-fordista”, cujas palavras de ordem serão qualificação, organização *just in time*, cooperação estratégica entre firmas. A forma espacial desse modelo [pós-fordista], repousa sobre o que Leborgne & Lipietz (1988) denominam “mobilização organizada do território”, isto é, pode tomar a forma de uma metropolização, mas, sobretudo de redes articuladas a sistemas locais de produção menores e bem organizados.

Desta forma, será a partir destas tentativas de superação da crise que abalou os pilares do modelo fordista de produção econômica e social que surge o “modelo flexível”.

Aqui, poderíamos tentar traçar um paralelo entre o que Hardt e Negri (2001) vão denominar *Imperialismo* e *Império* e o que vimos, até este momento, a respeito do modelo de produção fordista e veremos sobre o pós-fordista.

Os autores definem o *imperialismo*, aqui em breves palavras, como uma “extensão da soberania dos Estados-nação europeus além de suas fronteiras (...) quase todos os territórios existentes puderam ser parcelados e o mapa mundial pôde ser codificado em cores européias” (HARDT e NEGRI, 2001:12). Podemos observar uma correspondência entre o *imperialismo* e o modelo fordista de produção, já que este, de certa maneira, reproduz a hierarquia e a organização Estatais dentro dos muros das fábricas, bem como carregam consigo as bandeiras de origem. A fábrica fordista torna-se mais uma ferramenta do *imperialismo* no processo de “parcelamento do mapa mundial” e conseqüente processo de expansão territorial do primeiro mundo.

Segundo os mesmos autores,

em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. (...) As distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo se uniram e mesclaram, num arco-íris imperial global. (HARDT e NEGRI, 2001:12,13)

O Pós-fordismo, ou modelo flexível de acumulação, passa a ser o modelo produtivo que se diferencia e é marcado pela perspectiva “sem fronteiras”, tanto no sentido clássico das fronteiras dos Estados-nação, quanto a fronteira de expansão de suas influências e dominação. Na empresa pós-fordista, inserida na conjuntura pós-moderna da economia global, a estratégia de ação sofre uma guinada, mas isso não significa uma mudança em seus objetivos trazidos desde os primórdios do capitalismo, do “lucro a qualquer custo”. Apenas há um redimensionamento desses “lucros” e “custos”.

(...) a produção de riqueza tende cada vez mais ao que chamaremos de produção biopolítica, a produção da própria vida social, na qual o econômico, o político e o cultural cada vez mais se sobrepõem e se completam um ao outro. (HARDT e NEGRI, 2001:13)

Um exemplo deste “redimensionamento” é a nova natureza do trabalho vivo e seu desenrolar social. Um dos esforços que são feitos no sentido de aprofundar a análise acerca deste tema parte de uma escola de autores marxistas italianos contemporâneos

que busca uma análise do *intelecto* [social] *geral* por meio do reconhecimento de uma dimensão biopolítica do trabalho e dos conceitos de “intelectualidade de massa”, “trabalho imaterial” e o conceito marxista de “*general intellect* (intelecto geral)”. Para esta escola, “o papel central previamente ocupado pela força de trabalho de operários de fábrica na produção de mais-valia está sendo hoje preenchido, cada vez mais, por força de trabalho intelectual, imaterial e comunicativa.” (HARDT e NEGRI, 2001:48). Veremos um pouco mais sobre estes conceitos e idéias nos itens seguintes.

1.2.2 - O modelo pós-fordista de regulação espaço-temporal

“O universo visto como uma esfera infinita, cujo centro está em toda parte”. Esta metáfora proposta por Pascal representa muito bem a experimentação de tempo e espaço pela qual passamos no atual contexto da acumulação flexível e de globalização (SANTOS, 1996).

Como sugerido por Santos, a sensação é justamente de que o espaço tornou-se uma rede onde os lugares desempenham os papéis de nós, de pontos que conectam fluxos e que são responsáveis pela potencialização desses fluxos e que o tempo tornou-se instantâneo, ou seja, também se tornou um ponto. No entanto, para compreendermos essas proposições, é necessário analisar os processos que levaram a essa concepção e vivência de tempo e espaço.

Talvez o principal fator dessa mudança tenha sido a necessidade do capital de acelerar seu ritmo de reprodução. Essa aceleração só seria possível mediante profundas transformações nas práticas sociais, o que obviamente inclui o progresso tecnológico, novas formas produtivas, novas relações entre capital e trabalho, novas funções para o Estado, novas formas de atribuir e gerar valor, novas relações financeiras e etc. Em suma, foi necessário operar na sociedade uma transformação que em certos aspectos pode ser considerada como a radicalização das transformações operadas pela sociedade fordista, a qual não desaparece, mas convive com essa nova realidade.

A aceleração do ritmo do capital depende diretamente da experiência do espaço-tempo social, caso contrário não faria nenhum sentido, pois a sua aceleração só é possível quando o tempo e o espaço também são acelerados. Como será que se deu essa transformação na percepção do tempo-espaço no contexto da acumulação flexível?

Acreditamos que um dos fatores que levou a esta transformação foi a evolução técnica.

A técnica é o instrumento de escolha da ação seletiva. (...) provém do processo de ambientalização, territorialização e enraizamento cultural promovido pela seletividade, com o qual ao mesmo tempo mantém uma relação de interioridade e autonomia, de modo a melhor servir-lhe de mediação. (...) A história da técnica é a história dos espaços, e vice-versa. (...) A história do espaço de conjunto, por fim, é a história da técnica da circulação. (...) Através da seletividade o espaço impregna-se de um conjunto técnico, numa intensidade crescente. Daí que cada era do espaço é uma era técnica. (MOREIRA, 2001:22,23)

Esse novo modelo de acumulação e consumo depende, além das máquinas e ferramentas, das novas técnicas de informação e comunicação, permitindo, assim, a produção em pequenos lotes e voltada para setores específicos do mercado. Ou seja, a tecnologia flexível dá origem à produção flexível. Contudo, concordamos com Gonçalves, quando afirma que

deveríamos, pois, considerar com mais atenção que a revolução tecnológica não é externa às relações sociais e de poder. Ao contrário, ela é parte dessas relações sociais e de poder e, por isso, temos a revolução tecnológica que aí está e não outra, entre muitas revoluções técnicas possíveis. É preciso desnaturalizar a técnica, enfim, libertá-la dessa visão que fala de uma revolução tecnológica em curso sem se perguntar quem põe em curso essa revolução tecnológica. Afinal, as técnicas não caminham por si mesmas. (GONÇALVES e HAESBAERT, 2005, no prelo)

Este processo de transição do modelo fordista para o pós-fordista, ou modelo de acumulação flexível, teve uma fase inicial rápida, mas ainda não muito bem entendida, principalmente porque todos sabemos que a transição do fordismo para o pós-fordismo não é algo inexorável, ou melhor, não é de fato inevitável, pelo menos até agora. Pelo contrário, vemos que até o momento o modelo flexível ainda é uma incógnita, já que este se apresenta espacialmente sob a forma de alguns pontos espalhados e não de forma homogênea como ocorreu com o fordismo. Segundo Antunes (2001), “estas mutações, iniciadas nos anos 70 e em grande medida ainda em curso, têm gerado mais dissensão que consenso”.

Se para alguns autores tais modificações seriam responsáveis pela instauração de uma nova forma de organização industrial e de relacionamento entre o capital e o trabalho - mais favorável quando comparada ao fordismo, já que possibilitariam o advento de um trabalhador mais “qualificado, participativo, polivalente”, dotado de “maior realização no

espaço de trabalho” - para outros, as mudanças encontradas não caminhariam na direção de uma “japanização ou toyotização da indústria”, mas sim, estariam intensificando tendências existentes que não configurariam, portanto, uma nova forma de organização do trabalho.

El proceso de trabajo se complejiza e incrementa enormemente las mediaciones entre el trabajador y el objeto a transformar diversificando correlativamente los contenidos del trabajo. Las relaciones laborales se informalizan en correspondencia con el desbordamiento del proceso de subsunción y se conforma correlativamente un obrero coletivo mucho más diverso interiormente y también más dúctil, tanto en términos de sus capacidades y habilidades como en sus reclamos laborales. La maior parte de la humanidad queda sometida a las nuevas disciplinal del trabajo, desde sus variantes intelectuales hasta las más deprimidas y esclavizantes actividades “informales”, que suponen una extensión de la jornada de trabajo acompañada por una precarización generalizada y, en el extremo, hasta en materia prima que acompaña con saberes ancestrales la apropiación eficiente de la naturaleza. (CECEÑA, 2004:5,6)

Outrossim, dentro das economias capitalistas avançadas seria possível perceber uma reconfiguração do “poder no local de trabalho e no próprio mercado de trabalho, muito mais em favor dos empregadores do que dos trabalhadores” (TOMANEY, 1996 *apud* ANTUNES, 2001:48)

Este novo modelo tem como característica principal a sua elevada dependência dos meios de comunicação e tecnologia de informação, além das máquinas e equipamentos de última geração. Deleuze (1992), ao fazer uma análise do que Foucault vai denominar *sociedade de controle*, afirma que esta vem para substituir a *sociedade disciplinar* fordista. Segundo Foucault (1979), a *disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço* e por isso, na “transição” para o pós-fordismo este espaço deixa de ter um caráter disciplinar (que deu origem às “sociedades disciplinares” dos séc. XVIII, XIX e teve seu apogeu no séc. XX), decorrente dos modelos fordistas tradicionais e passa a ter uma caráter de controle (*sociedade de controle*), na qual a disciplina deixa de estar na disposição espacial dos objetos e pessoas e passa a estar entranhada nos próprios indivíduos, isto é, os modelos, os paradigmas, a “ordem”, o ordenamento do território parte de ações subjetivas e criam “territórios sem fronteiras”, típico dos novos modelos baseados na tecnologia da informação/comunicação.

Para Deleuze (1992:221), a fábrica era um corpo que levava suas forças internas a um ponto de equilíbrio, o mais alto possível para a produção, o mais baixo possível para os salários [sociedade disciplinar]; mas numa sociedade de controle a empresa substitui a fábrica e a empresa é uma alma, um gás. A “ordem do dia” nas novas fábricas pós-fordistas é que “a alma do operário deve descer na oficina”; é a sua personalidade, sua subjetividade que deve agora ser organizada e comandada. Daí a “nova ordem” ser a partir deste momento o controle e não mais a disciplina.

Para Lipietz & Leborgne (1988), o pós-fordismo diferencia-se do modelo fordista de produção sob três aspectos principais:

- *Quanto à organização do espaço*, por vários motivos. Um deles é o fato de no pós-fordismo haver o que se chama “engajamento responsável”¹⁰ do trabalhador, isto é, este é responsável por sua área de trabalho (além dos meios de produção, da qualidade do produto final e de possuir uma participação nas decisões da empresa com sugestões para melhorar o desempenho da produção e a qualidade do trabalho). Outro, pelo fato de haver algumas diferenciações na organização do espaço interno das fábricas: estas são bem menores que as plantas fordistas, não apresentam as grandes “linhas de montagem”, mas “células de produção” (ARBIX, 1996) nas quais há uma integração vertical das atividades, seu estoque é muito inferior ao do modelo fordista. Quanto à localização da fábrica, seus fornecedores e mercado consumidor, esta passa a obedecer a uma lógica totalmente diversa. Além de outros.
- *Quanto ao elo salarial*; enquanto no modelo fordista há uma estabilidade dos contratos de trabalho, no modelo pós-fordista há uma maior flexibilidade destes contratos, predominam as subcontratações, terceirizações e trabalho temporário, ou seja, há uma menor estabilidade para o trabalhador.
- *Quanto às relações entre os capitais industriais*; se no fordismo há uma desintegração vertical, no modelo flexível, ocorre uma “quase-integração vertical”, ou seja, relações estáveis entre fornecedores e clientes, importante participação dos clientes no volume dos negócios, intensa subcontratação (da concepção à comercialização) e formas não mercantis de relações entre as firmas (da subordinação à parceria).

Segundo Harvey (1999), um fato importante que vai caracterizar a empresa pós-

¹⁰ Para mais informações a respeito deste assunto ver ARBIX (1996).

fordista é a sua liberdade de gestão social e fiscal e a racionalização das intenções do Estado, ou seja, o *Estado Mínimo*. Há, com isso, uma maior mobilidade no emprego devido ao fim das coações jurídicas que regem o contrato de trabalho formal e uma maior facilidade de demissão.

A produção pós-fordista se diferencia pela *produção por escopo*, isto é, por fluxos ou por demanda, que é a chamada “economia de alcance” (*scope*). Esta se movimenta de acordo com as necessidades do mercado consumidor, daí alguns afirmarem que, na verdade, a acumulação flexível não reestrutura o mercado, mas se adapta/ajusta a ele.

De acordo com, Body (1990), Méndez (1997), Scott & Storper (1988) e Tavares (1993), o ciclo de vida do equipamento passa a ser independente do ciclo de vida do produto, assim, não é mais necessário o sucesso do produto para que sejam cobertos os investimentos, pois as máquinas (equipamentos) são “flexíveis” e se adaptam à demanda. Isto permite uma freqüente introdução de novos produtos no mercado sem que, no entanto, haja a necessidade de uma substituição de equipamentos. Limonad (2002-b) mostra que na reestruturação pós-fordista, a dinâmica dos novos espaços econômicos se baseia em três elementos: a) *Indústrias de alta tecnologia*; b) *Economia de serviços* (principalmente nas metrópoles); c) *Atividades artesanais e de pequenas e médias empresas (PME)* - É o caso, por exemplo da Terceira Itália.

Para Harvey (1999), as mudanças assinalam um novo regime de acumulação ou marcam uma série de reparos temporários constituindo um momento transacional. As novas tecnologias aumentam o poder de certas camadas privilegiadas através da alta remuneração de habilidades técnicas gerenciais e empreendedoras. Isto leva também ao surgimento de uma subclasse mal remunerada que traz sérios problemas à sustentação da “demanda efetiva” e pode criar uma crise de subconsumo. Pode-se dizer que o pós-fordismo possui um grande poder de dominação, mas isso não quer dizer que ele vá dominar todas as áreas do mercado, pois ele é altamente excludente. Vide as seguintes manchetes publicadas em jornais e revistas de grande circulação entre o primeiro semestre de 2000 e Julho de 2003:

“TEMPOS MODERNOS. O expediente de 8 às 5, grande conquista do sindicalismo, já era. Empurradas pela concorrência, as pessoas estão trabalhando cada vez mais.” - “Lançadas numa competição feroz, adotaram a prática do melhor resultado ao menor custo possível. Instauraram-se o *downsizing*, a terceirização, a reengenharia - processos que lavam à

redução de pessoal. Quem ficou teve suas obrigações aumentadas e passou a trabalhar muito mais, não só para dar conta do recado como para não perder, ele também, a vaga.” (*Revista Veja*, 05/04/2000, p.122-129)

“INDÚSTRIA DO RIO CRESCE 6,8%. *Mas pesquisa da Firjan revela que foram eliminados 2.854 postos de trabalho em março, uma redução de 0,7%.*” - “Não há razão para a indústria voltar a empregar como antes; a tecnologia provocou mudanças na estrutura industrial do país. A tendência de redução de vagas deverá continuar. Afirmou o presidente do Conselho Empresarial de Economia da Firjan, Carlos Mariani Bittencourt.” (*Jornal do Brasil - Economia*, p.13, 26/04/2000)

“EMPREGO INDUSTRIAL VOLTA A CRESCER APÓS 5 ANOS. *Indústria do Rio destoa e nível de emprego cai 7,9%.*” - “A modernização e a informatização crescentes das indústrias têxtil (queda de 13,9% no nível de emprego) e de produtos alimentares (queda de 22,4%) podem estar contribuindo para o saldo negativo do estado.” (*O Globo - Economia*, p.33, 19/08/2000).

“DESEMPREGO ESTRUTURAL TENDE A CRESCER. *Comércio e setor de serviços não absorvem mais vagas extintas da indústria.*” - (...) as regras trabalhistas induzem a contratos de trabalho extremamente curtos e sem cooperação entre trabalhadores e empresas no processo produtivo.” (*O Globo - Economia*, p.33, 19/08/2000).

“O PAÍS DO DESEMPREGO TECNOLÓGICO. *174 mil vagas nas áreas de informática e comunicação foram extintas em dez anos.*” - “Os efeitos da Nova Economia sobre o mercado de trabalho brasileiro não são nem de longe similares aos registrados nos Estados Unidos nos últimos dez anos, quando surgiu a revolução tecnológica que está mudando a cara da produção mundial. (...) O descompasso é simples: Enquanto os Estados Unidos investem em pesquisa e desenvolvimento cerca de US\$ 150 bilhões por ano (o que equivale a 2,5% do seu PIB), o Brasil cada vez mais está virando uma grande fábrica de montagem de equipamentos.” (*O Globo - Economia*, p.21, 02/01/2001).

“TERCEIRIZAR PARA BURLAR. *Prestadoras de serviços são acusadas de descumprir legislação e lesar trabalhadores.*” - “A estratégia das empresas terceirizadas é oferecer às contratantes mão-de-obra temporária cada vez mais barata e nem sempre mais qualificada. Muitas alegam estar prestando serviços temporários para não pagar os direitos trabalhistas de seus funcionários. (...) O Ministério do Trabalho já identificou que os setores onde há mais irregularidades são elétrico, construção civil, informática, vigilância, limpeza e alimentação.” (*O Globo - Economia*, p.21, 07/05/2001).

“SEM EMPREGO. *América Latina necessita de cinco milhões de vagas anuais e não tem como criá-las.*”

Taxa de desemprego entre os países latino-americanos de Janeiro a Julho de 2000

Argentina	16,4%
Brasil	6,4%
Colômbia	18%
Venezuela	14,2%
Peru	9,2%
Equador	10,4%
México	2,3%
Costa Rica	5,2%
Uruguai	15,6%
Chile	9,7%

FONTE: Dados da CEPAL, 2000

(*PULSO LATINO-AMERICANO* - GDA (Grupo de Diarios America), Pulsômetro, Mapa do desemprego na América Latina, p. 6 e 7, Setembro de 2001.)

“VOLKS: SALÁRIO E JORNADA MENORES. *Montadora propõe redução de 20% para não dispensar três mil de fábrica do ABC.*” - “A proposta da fábrica é dividir em várias parcelas também o pagamento de benefícios como Participação nos Lucros e Resultados (PLR), o décimo terceiro salário e o reajuste salarial combinado na database, para compensar a redução salarial e evitar que os trabalhadores sintam a queda na renda mensal. Com isso, a montadora calcula que a folha de pagamentos será reduzida em cerca de R\$ 120 milhões anuais.” (*O Globo* - Economia, p.17, 23/10/2001).

“VOLKS ANUNCIA DEMISSÃO DE 3 MIL FUNCIONÁRIOS” - “Em carta aos funcionários não demitidos de São Bernardo do Campo, a Volks comunicou que mantém a proposta de reduzir salários e jornada.” (*O Globo* - Economia, p.21, 09/11/2001).

“CUT EM PÉ DE GUERRA COM A VOLKS. *Sindicato ameaça com greve e movimento sem precedentes se 4 mil forem demitidos*” - “Infelizmente não temos ocupação para todos os nossos 24.800 empregados, hoje e nos próximos anos. Mas não vamos abandoná-los nesta época de crise - afirmou o presidente da VW Brasil, Paul Fleming.” (*O Globo* - Economia, p.19, 22/06/2003).

“VOLKS PREPARA DEMISSÃO DE 4 MIL. *Montadora se reestrutura e transfere para nova empresa 16% de sua mão-de-obra*” - “(...) a Volkswagen anuncia hoje o mais ousado plano de reestruturação de seu 50

anos de atividades no Brasil, que incluirá o afastamento de cerca de 3.933 funcionários, o equivalente a 16% dos 24.800 empregados de suas fábricas no país.” (*O Globo* - Economia, p.15, 21/07/2003).

“DEPOIS DA VOLKS, GM FAZ CORTES. *Montadora demite 450. já a CUT ameaça ocupar Volkswagen no ABC paulista*” - “A empresa não teria se comprometido a evitar novos cortes além da indicação inicial de 600 postos. ‘Essa garantia só quem pode me dar é o consumidor. Se ele voltar a comprar, a produção vai aumentar, e não será mais preciso demitir ninguém’, disse Pinheiro Neto, vice-presidente da GM.” (*O Globo* - Economia, p.19, 23/07/2003).

Aumento da jornada de trabalho associado à demissões em massa e sobrecarga dos trabalhadores ou, redução da jornada de trabalho para justificar cortes nos salários; redução ou “enxugamento” no quadro de funcionários, conhecido no meio administrativo como downsizing; terceirizações, subcontratações e trabalho temporário associado a uma grave precarização do trabalho e desrespeito às leis trabalhistas, desemprego tecnológico, desemprego estrutural e tudo mais que a falta de investimentos em educação, pesquisa e desenvolvimento podem acarretar, principalmente para os países do terceiro mundo. Estes são apenas alguns exemplos relatados por meio das manchetes acima que vêm alertar para os retrocessos que o pós-fordismo, pós-industrialismo e outros “pós-” vêm trazendo para os trabalhadores de maneira geral. Será este o mundo “avançado”, “moderno” e “evoluído” que tentaremos manter? A este preço? Como afirma Deleuze (1992), “é verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas.”¹¹

A regulação social do sistema pós-fordista se dá por meio de estruturas institucionais de base local e da cultura empresarial associada ao surgimento dos novos complexos de produção. Ou seja, reorganização do mercado e o resgate de antigas técnicas e/ou modos de produção.

O que pretendemos com este breve resgate dos vários momentos e suas espacialidades construídos pelo capitalismo é mostrar como as formas de produção e acumulação se transformaram e se transformam e, desta forma, como também trazem

¹¹ DELEUZE, Gilles. *Post-Scriptum Sobre as sociedades de Controle*. in *L'Autre Journal*, nº 1, maio de 1990. in DELEUZE, G. (1992).

para o espaço-tempo novos agenciamentos¹², multiplicidades¹³ e também transformações nas práticas sociais, já que estas são indissociáveis do tempo e do espaço.

O trabalho produtivo, incontestavelmente necessário, não se basta a si mesmo. Ele engendra uma sociedade. As relações de produção, certamente, marcam esta sociedade com sua característica, com sua dominação, com o poderio da classe dominante. A sociedade que eles engendram não lhes é exterior. (LEFEBVRE, 2001:15)

Mas “um modelo, por si só, não explica nada, as máquinas não explicam nada, é preciso analisar os agenciamentos coletivos dos quais elas são apenas uma parte.” (DELEUZE, 1992, p.216) É necessário observar como a técnica e as máquinas influem como elementos que compõem estes agenciamentos e como tais agenciamentos vão interferir nas sociedades.

Cada sociedade inventa técnicas para realizar seus fins e, neste sentido, é difícil senão impossível, separar a técnica do seu uso. Não que a técnica não possa ter um uso diferente daquele para o que foi originalmente inventada, mas, para isso, haveremos que investigar, sempre, o uso que a ela está sendo emprestado. Técnica e uso da técnica são inseparáveis e, assim, não há técnica em si mesma boa ou má, mas, sempre, técnica realizando determinados fins que não são eles mesmos definidos por elas. (GONÇALVES e HAESBAERT, 2005, no prelo)

A revisão da bibliografia nos mostra que o pós-fordismo resgata “antigas” técnicas e/ou modelos de produção; daí o objetivo desta revisão: mostrar como vários elementos presentes e conformadores de novos e antigos modelos de produção convivem neste novo modelo dito tão original. Não queremos afirmar que entre os demais sistemas/modelos não coexistiram elementos ou resquícios de outros, isto é, que eles eram sistemas “puros”, pois, na prática, isto seria impossível. Queremos dizer que, mais do que resquícios, o pós-fordismo se constitui de antigas e novas técnicas e práticas espaciais e elas são parte integrante para a conformação do sistema, daí seu caráter “moderno conservador”.

¹² “Todo agenciamento é, em primeiro lugar, territorial. A primeira regra concreta dos agenciamentos é descobrir a territorialidade que envolvem, pois sempre há alguma (...). O território cria o agenciamento. O território excede ao mesmo tempo o organismo e o meio, e a relação entre ambos; por isso, o agenciamento ultrapassa também o simples ‘comportamento’ (...)” (DELEUZE & GUATTARI, 1997 *apud* HAESBAERT & BRUCE, 2002)

¹³ “A filosofia de Deleuze e Guattari é denominada pelos próprios autores de uma ‘teoria das multiplicidades’. Estas multiplicidades são a própria realidade, superando assim as dicotomias entre consciente e inconsciente, natureza e história, corpo e alma. Embora os autores reconheçam que subjetivações, totalizações e unificações são ‘processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades’, estas ‘não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito’ (DELEUZE & GUATTARI, 1995 *in apud*). Seu ‘modelo de realização’, portanto, não é a hierarquia da árvore-raiz, mas a pluralidade do rizoma.” (HAESBAERT & BRUCE, 2002)

Este fato fica bastante claro quando nos depararmos, por exemplo, com o resgate do trabalho, pode-se dizer quase artesanal, nas novas plantas flexíveis. Dizemos isto, pois há uma produção individualizada, exclusiva e muitas vezes sob o domínio de um único funcionário. Exatamente o contrário do que foi constituído no fordismo e muito próximo do que foi o período da regulação manchesteriana, marcada pelo “*put out sistem*” [trabalho domiciliar] já exposto anteriormente. Ainda dentro do resgate do manchesterianismo, o trabalhador pós-fordista muitas vezes volta a ter uma visão de conjunto da produção. Se antes ele possuía o *savoir faire* - o trabalho intelectual e manual - na produção flexível ele retoma alguns destes elementos. Um exemplo são as novas “células de produção”¹⁴, que substituem as chamadas “linhas de montagem” fordistas e permitem um trabalho menos específico e mais qualificado, bem como a possibilidade de participação nas decisões da empresa, com sugestões para melhorar o desempenho da produção e o “bem estar” no trabalho, o que receberá o título de “engajamento responsável” (responsável pelo espaço de trabalho, pelo produto produzido, pelas ferramentas e equipamentos, pelo salário recebido, etc.). Contudo, esta “maior participação” e maior dedicação não querem se referir necessariamente a um aumento do quadro de funcionários ou que estes estejam mais presentes no processo produtivo. Pelo contrário, as citadas “células de produção” são extremamente e cada vez mais automatizadas/robotizadas e dependem cada vez menos do trabalho humano, o que reduz sensivelmente o número de postos de trabalho nestas empresas.

O que permanece do sistema fordista de produção pode-se dizer que é, principalmente, a forte tradição industrial, a conformação de uma subjetividade, o inconsciente coletivo gerado pela indústria e pela produção em larga escala, que criam no homem uma necessidade de consumo também em larga escala, o chamado consumismo. Se no fordismo o consumismo era promovido pela “necessidade de ter aquilo que o outro tem, o que todos têm”, o chamado “*american way of life*”, por exemplo; hoje, o pós-fordismo continua a estimular o consumismo, mas sob novos *slogans* “desejo de ter o que *nenhum* outro tem, o que ninguém tem”, a instrumentalização da diferença, a banalização da singularidade.

Vemos que enquanto o fordismo padronizava os gostos e o consumo, o pós-

¹⁴ ver ARBIX (1996)

fordismo cria na população a ilusão de que estes são exclusivos, de que a produção é individual, feita para o cliente, quando na verdade o que se torna padrão são a subjetividade e os desejos. O pós-fordismo heterogeniza a produção e padroniza a exclusão, pois se antes a produção era “popular” [de massa], ou seja, com preços “mais baixos” para atingir “todas as camadas” da sociedade, agora a produção é voltada para determinadas e específicas camadas da sociedade.

Podemos dizer que o pós-fordismo, em suas múltiplas características, sustenta-se sobre dois pilares que são, ao nosso ver, não os únicos, mas os principais: as “Novas” Relações de Trabalho e Tecnologias da Informação/Comunicação. Tais elementos vão, além de oferecer novos tratamentos ao sistema produtivo, definir também novas territorialidades e novas formas de regulação espacial.

1.2.3 - Relações de trabalho e reestruturação produtiva.

Vimos que em todos os modelos de produção e acumulação que resultaram em formas de regulação social já existentes, tivemos como um dos elementos-chave a questão do trabalho.

O trabalho surge como ponto de apoio, como alavanca para as transformações em quase todos os casos analisados e como nos mostra Antunes (2001:49),

as mudanças que estão afetando o mundo do trabalho, especialmente no ‘chão da fábrica’, são resultado de fatores históricos e geográficos e não somente das novas tecnologias e do processo de desenvolvimento organizacional.

Segundo Bauman (2001), a produção e a troca transformam o modo de vida dos trabalhadores, criam as condições para que o trabalho seja considerado como mera mercadoria e tratado como tal. Isto é o que Marx vai chamar de *alienação do trabalho*: a captura do *savoir faire* do trabalhador, sua subjetividade, sua liberdade de criação. Dentro das atuais condições, o que acontece com quem trabalha?

Em primeiro lugar, o trabalhador tem que alienar seu desejo, isto é, seu desejo passa a ser o desejo de outro, pois ele trabalha para o outro. Em segundo lugar, o objeto a ser produzido não é resultado de uma decisão sua. Se perguntarmos a um operário de uma fábrica de automóveis “o que você faz?”, nenhum deles dirá “eu faço automóveis. Já viu como são bonitos os carros que fabrico?”. Ou seja, eles não dirão o que produzem, mas que função desempenham: “Sou torneiro, mecânico, eletricista...”. Em

terceiro lugar, o trabalho não é atividade que dá prazer, mas sofrimento. O homem trabalha porque não tem outra maneira de sobreviver e seu maior ideal é a aposentadoria. Seu prazer está fora do trabalho e é por isso que ele se submete ao mesmo e ao salário. Em último lugar, o trabalho cria um mundo independente da vontade dos operários mas também dos capitalistas. Estes também são alienados, mas alienados pela lei do lucro. Eles não podem fazer o que desejam, mas sim o que o mercado deseja. (ALVES, 2001:75)

Estabelecida a lógica do capital e do lucro, todas as coisas - do inseticida às armas atômicas - se transformam em mercadorias, até mesmo o operário, não tendo mais relevância a consciência humana, a crueldade ou a injustiça. Este é o mundo alienado de Marx. O mundo estabelecido pela lógica do lucro e que separa os desejos das pessoas as quais, talvez, preferissem coisas mais simples...

No capitalismo contemporâneo, mais especificamente nos últimos anos, em que atuaram e atuam como modelos de regulação o fordismo e o pós-fordismo, as condições de existência para que o mesmo pudesse se reproduzir tiveram que sofrer algumas modificações.

A exploração do tempo de trabalho continua a ser a principal fonte de extração de *mais-valia absoluta*, só que, agora, dentro de todos os limites já instituídos pelos “acordos” firmados entre empregadores, empregados e Estado (Relações Industriais), como duração do dia de trabalho, salário mínimo/piso salarial, movimentos sindicais, etc. Desta forma, o capitalismo, para garantir seu crescimento, foi forçado, pela luta de classes, a dedicar maior empenho na extração da *mais-valia relativa*. Isso vai se realizar através de mudanças na técnica de produção (avanços tecnológicos e desenvolvimento de novos materiais), modificações na composição orgânica do capital e maior poder de “extensificação geográfica” (SOJA, 1993, p.111) que o leva às mais diversas regiões.

Neste processo, “a produção do espaço desempenha um papel crucial” (*idem*, p.102). Uma vez que se aceite que a

organização do espaço é um produto social - que emerge da prática social deliberada - a questão já não é a de ele ser uma estrutura separada, com regras de construção e transformação independentes do contexto social mais amplo. O que passa a ser importante é a relação entre o espaço criado e organizado e as demais estruturas, dentro de determinado modo de produção. (ibidem, p.102)

Assim, a forma de organização do modo de produção será um fator determinante para a produção do espaço; e as relações sociais - pode-se ler neste momento *relações de trabalho* - serão fatores determinantes para a conformação do modo de produção.

Logo, as *relações de trabalho* serão também fatores determinantes na produção do espaço.

Lazzarato & Negri (2001, p.27), definem em sua tese duas condições que estão na base do desenvolvimento da sociedade pós-fordista, que são:

(i) *O trabalho se transforma integralmente em trabalho imaterial e a força de trabalho em “intelectualidade de massa” (os dois aspectos que Marx chama de General Intellect);*

(ii) *A intelectualidade de massa pode transformar-se em um sujeito social e politicamente hegemônico.*

Para analisar a tese proposta pelos autores, devemos inicialmente, definir o que chamam de “trabalho imaterial”. Para eles,

o ciclo do trabalho imaterial é pré-constituído por uma força de trabalho social e autônoma, capaz de organizar o próprio trabalho e as próprias relações com a empresa. Nenhuma organização científica do trabalho pode predeterminar esta capacidade e a capacidade produtiva social. (ibidem)

Ou seja, a “ordem do dia” nas novas fábricas pós-fordistas é que “a alma do operário deve descer na oficina”; é a sua personalidade, sua subjetividade, que deve agora ser organizada e comandada. A nova ordem é *controle* e não mais *disciplina*.

Tal idéia [trabalho imaterial, subjetividade, personalidade] pode induzir-nos à conclusão de que o que caracteriza a fábrica pós-fordista é, então, o trabalho da *mão-de-obra qualificada* e que a *mão-de-obra especializada* do modelo fordista está fadada ao esquecimento. Tal conclusão, contudo, nos levaria a um grande equívoco por dois motivos.

Primeiro, pelo fato de que, como já foi dito, o fordismo não teve seu fim decretado com o advento do pós-fordismo; e mesmo que isso tivesse ocorrido ou houvesse indícios de quando virá a acontecer, Limonad (2002-b) nos mostra que o modelo de acumulação flexível é um híbrido, pois contém elementos de outros modelos em sua composição. Por isso, algo do fordismo continuaria a existir dentro dele, inclusive a questão da “variedade” de mão-de-obra. **Segundo** que apesar de o operário qualificado já ter suas potencialidades definidas, o operário não-qualificado ou especializado (fordista) possui, como sugerem os autores, uma “potencialidade que é pura virtualidade” (Lazzarato e

Negri 2001:26), isto é, uma capacidade ainda indeterminada. O que significa que mesmo que ele não tenha papel definido como trabalhador pós-fordista, ele vive numa sociedade em processo de constante transformação, e muitas destas transformações vão ao encontro deste ponto, isto é, ainda não se sabe qual o seu potencial efetivo no “mundo pós-fordista”. Mas, sabe-se que este operário já contém todas as características da subjetividade produtiva pós-industrial. Além disso, Antunes (2001:49) nos atenta para o fato de que onde se introduziu a tecnologia computadorizada, esta não tem acarretado, como consequência, a emergência de trabalho qualificado, mas tem havido a consolidação da produção em larga escala e das formas de acumulação intensiva.

Definida a questão do trabalho imaterial, podemos então entender a “intelectualidade de massa” de Lazzarato e Negri (2001). Para estes autores, se um trabalhador traz consigo esta “subjetividade produtiva pós-industrial”, o conjunto deles, esta força de trabalho será também dotada de uma subjetividade que será, da mesma forma, parte integrante do novo sistema de acumulação flexível e por isso o trabalho imaterial tende a tornar-se hegemônico, de forma totalmente explícita, o que vai conformar a *intelectualidade de massa*. “No lugar do antigo *operário massa* o novo *operário social*”.

Se antes a produção de *mais-valia relativa*, proposta por Marx, era resultado do aumento da produtividade através do desenvolvimento científico e progresso da técnica que resultavam em máquinas e equipamentos cada vez mais eficientes, autônomos e produtivos, hoje, nesta transformação, não é nem o trabalho imediato (executado pelo próprio trabalhador) nem o tempo que o mesmo trabalha que vão sustentar a produção de riquezas, mas sim a apropriação de sua produtividade geral. Isto é, o desenvolvimento do indivíduo social em todos os seus aspectos. Como enunciam Lazzarato e Negri (2001:28-29):

O futuro do tempo do trabalho alheio, sobre que se apoia a riqueza atual, se apresenta como uma base miserável em relação a esta nova base que se desenvolveu e que foi criada pela própria indústria. Logo que o trabalho em forma imediata cessou de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho cessou e deve cessar de ser a sua medida e, portanto, o valor de troca deve cessar de ser a medida do valor de uso.

É possível dizer que se no fordismo havia a padronização do trabalho, ou melhor, da organização do trabalho; no modelo flexível, embora haja a heterogeneização da

organização laboral dentro da empresa - existem polivalências a que os sociólogos costumam chamar de “interfaces”, as células de produção, subcontratações, terceirizações etc. - há uma padronização da subjetividade e, conseqüentemente, do consumo. Será dentro do processo de socialização no econômico, da atividade intelectual, que o produto “ideológico” tenderá a assumir a forma de mercadoria. Se Marx dizia nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* que o trabalhador torna-se mercadoria juntamente com seu trabalho ao produzir bens para reprodução do capital, agora, na economia pós-industrial, até mesmo sua [do trabalhador] produção intelectual, sua subjetividade, é passível de troca, de comercialização e torna-se não só um fator determinante na hora da contratação do empregado (preferência pela mão-de-obra qualificada), mas também uma mercadoria, um objeto de compra e venda.

Podemos, de acordo com a tese de Lazzarato e Negri (2001), enumerar, brevemente, as diferenças específicas dos momentos que compõem o *ciclo de produção do trabalho imaterial* (seus produtos ideológicos e mercadorias) em relação às *formas clássicas de reprodução do capital*, como forma de resumir e concluir as idéias até aqui expostas.

- O trabalho imaterial resulta da síntese de diferentes tipos de *savoir faire*, isto é, atividades manuais dadas pela capacidade de unir criatividade, imaginação e trabalho técnico e manual. Desta forma, ele “constitui-se em formas imediatamente coletivas e não existe, senão sob a forma de fluxos” (*idem*, p.50).
- O produto ideológico torna-se, para todos os efeitos, uma mercadoria. Ao tornar-se mercadoria, vira objeto de consumo; contudo, isso não quer dizer que perde seu significado, seu valor simbólico para aquele que o produziu. Estes produtos continuam sendo “idealmente significantes” para alguém.
- O *público* tende a tornar-se o próprio modelo do *consumidor*. O produto da fábrica pós-fordista, como foi dito, não é apenas um produto concreto, palpável, é também um produto abstrato, intelectual. Pois as novas empresas, como as empresas fordistas, criam estilos, “modelos de vida”, tudo fundamentado em um pretensão padrão de consumo (e gosto) universal. Porém, as empresas flexíveis, empenham-se bem mais no uso da mídia e da propaganda para criar a ilusão de que cada um [consumidor] pode ser único, pode exercer sua individualidade e

saciar seu desejo de consumo como bem quiser, graças à sua produção diversificada¹⁵ e em alguns casos, exclusiva¹⁶.

O fato é que, na verdade, estas empresas não produzem mais apenas os produtos, mas produzem também desejos, necessidades de possuir uma imagem que destaque o indivíduo e não o torne igual a todos os outros. Isto faz com que o consumo seja cada vez maior e cria também uma imensa massa de excluídos, aqueles que estão à margem do modelo, do “padrão *fashion*” do mercado mundial. Criar uma imagem é um dos maiores problemas políticos do pós-fordismo, pois “é a máquina social pós-fordista que explica a natureza da mídia, e não o contrário” (*ibidem*, p.54).

A produção de mercadorias das empresas vai estabelecer uma relação de troca com a produção de subjetividade da sociedade. Ou seja, o “empreendedor vai alimentar o consumo através do consumo”, por meio do alcance dos “valores” que o público/consumidor produz. Valores estes que pressupõem modos de ser, existir, agir, enfim, “formas de vida que funcionam como princípio e fundamento dos próprios valores”. Assim, “são as formas de vida que constituem a fonte da inovação” (*ibidem*, p.51) para as empresas. Estas passam a estar mais ligadas e dependentes da sociedade do que nunca, pois já não têm a sociedade apenas como um receptáculo, mas também como uma fonte inesgotável de novas idéias e, na maior parte das vezes, com garantia de sucesso, já que partem do próprio público consumidor. É o que Lazzarato e Negri (2001) vão denominar socialização da fábrica.

La fábrica convencional del modelo fordista deja de ser el lugar de la producción. Sus fronteras se desdibujan y el proceso de trabajo desborda hacia la sociedad incorporando a todos los sectores de la población como potenciales proletarios al tiempo que penetra los ámbitos de la vida privada, los espacios reservados a la reproducción, convirtiéndolos en accesorias de una nueva fábrica ampliada y difusa. (CECEÑA, 2004:5)

Isso faz aflorar, segundo Antunes (2001:25), o sentido falacioso da “qualificação do trabalho”, que muito freqüentemente assume a forma de uma manifestação mais

¹⁵ Várias fábricas de automóveis, hoje fazem encomendas de produtos via Internet. O cliente pode escolher o modelo e todos os seus acessórios, de acordo com “seu gosto e seu bolso”.

¹⁶ Ocorre em muitas indústrias de vestuário, confecções de moda, que criam modelos exclusivos para os clientes “especiais”, que pagam muito bem por isso.

ideológica do que de uma necessidade efetiva do processo de produção. A qualificação e a competência exigidas pelo capital muitas vezes objetivam de fato a confiabilidade que as empresas pretendem obter dos trabalhadores, os quais devem manter sua subjetividade à disposição do capital.

1.2.4 - Segmentação do trabalho e do espaço: fordismo e pós-fordismo

Antes de iniciarmos a abordagem que associa a segmentação do mercado de trabalho à segmentação do espaço, é necessária uma breve introdução acerca do conceito de segmentação do trabalho ou mercado de trabalho segmentado.

Segundo Harvey (1999), com a expansão do modelo fordista de produção nas primeiras décadas do século XX, deu-se um considerável incremento no setor de empregos industriais. Tal fato, contudo, não significou que todos os trabalhadores gozassem de uma situação completamente favorável e que estivessem plenamente satisfeitos com as relações que estavam postas. Ao contrário, notavam-se sinais de insatisfação por parte dos trabalhadores mesmo no apogeu deste modelo de acumulação. Isto porque a negociação fordista de salários estava restrita a certos setores da economia e a determinados países em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por investimentos de larga escala em tecnologia de produção de massa.

Concomitantemente, outros setores de produção, principalmente os de alto risco, ainda estavam sujeitos a baixos salários e baixa estabilidade de empregos. O que fazia com que, segundo Harvey (*op.cit.*), mesmo os setores fordistas pudessem recorrer a formas “não-fordistas” de contratação, processos que podem ser identificados nas subcontratações ou terceirizações, nos contratos temporários de trabalho, nas prestações de serviços, etc. Desta forma, os mercados de trabalho tenderiam a se dividir entre o que O'Connor (1973 *apud* HARVEY, 1999:132) denominou um setor ‘monopolista’ e um setor ‘competitivo’ muito mais diversificado no qual o trabalho estava longe de ter privilégios. Estes setores “monopolista” e “competitivo”, podem ser explicados segundo a “teoria do mercado de trabalho segmentado” ou “mercado de trabalho dual”, como consideram alguns autores.

De acordo com Singer (1998), existe uma divisão do mercado em dois segmentos, um *primário* e outro *secundário*, que se diferenciam principalmente no que tange às características no emprego/trabalho. As gratificações do setor primário em termos de

salários, condições de trabalho, segurança, oportunidades de treinamento/reciclagem e ascensão de carreira, são certas, ao passo que o mesmo não ocorre com o segmento secundário. Neste, incrementos em escolaridade do trabalhador e tempo de experiência não são recompensados como seriam no segmento primário. Há ainda o agravante de esses empregados serem pior remunerados, estarem mais sujeitos a acidentes de trabalho e terem um emprego muitas vezes instável e sem garantias trabalhistas.

Tal segmentação do mercado de trabalho, observada dentro dos modelos fordistas de produção, caracteriza-se por apresentar uma espacialidade particular. A espacialidade seria um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial. (SANTOS, 1988:74).

Neste modelo de produção, segundo Santos (1996), detecta-se uma *produtividade espacial ou geográfica*, o que quer dizer que há um *espaço produtivo* e um *trabalho do espaço* orientados pelas condições locais de ordem técnica e organizacional (na qual se incluem as relações trabalhistas e a tradição laboral) (Santos, 1996:197,198). Em um estudo de Castells (1999:111,113), o mercado de trabalho enquanto segmento de profissionais especializados, mostrava-se espacialmente dividido em nichos dotados de determinadas especificidades. Assim, poderíamos dizer que haverá regiões “homogêneas” no âmbito da produção industrial e do tipo de mão-de-obra. Contudo, esta mão-de-obra se torna “homogênea” não só pelo tipo de função que desempenha ou por estar empregada em determinado ramo industrial, mas também pelo tipo de *Relações Industriais* que vão se estabelecer entre ela e os demais agentes envolvidos no processo produtivo.

Neste momento abriremos um breve parênteses para algumas considerações acerca das Relações Industriais, pois apesar do termo nos levar a pensar em um tipo de relação entre empresas (indústrias), materializada nas trocas de produtos, informações, conhecimento, técnicas etc., o conceito se distancia, de certa forma, desta abordagem geral. Inclusive, é preciso entender que relações “industriais” não podem existir nesses termos, pois as indústrias não são seres, não agem por si só. Quem o faz são as pessoas que compõem e fazem se mover sistemas de trocas, produção, comunicação etc. Teremos como referência para este parênteses o trabalho de Hyman (1981) que realizou uma pesquisa de maior fôlego sobre o assunto.

Alguns autores consideram as Relações industriais como todo tipo de relações que

norteiam a empresa, afirmando que “todo conjunto de normas que governam o centro do trabalho é primordial para o sistema de Relações Industriais, elas são o estudo das regras do sistema e suas variações no tempo.” (DUNLOP, 1958 *apud* HYMAN, 1981). Para estes autores, um sistema de Relações Industriais é, antes de tudo, um sistema de normas como: Legislação e regulamentação legal, regulamentos sindicais, acordos coletivos, convenções sociais, decisões da direção e práticas e costumes adotados. Ou seja, relações reguladas ou institucionalizadas no seio da indústria, para regulamentação do trabalho.

Estas idéias referidas acima são respeitadas, porém merecem algumas restrições: Definir as Relações Industriais exclusivamente como normas é muito restritivo, pois implica que a tarefa das mesmas seja apenas manter a estabilidade e a normalidade da indústria. Desta forma, a atenção se volta mais para evitar os conflitos do que como fazer para evitar os processos que geram desacordos. O ideal é aceitar a definição das Relações Industriais como “regulamentação do trabalho”, porém compartilhando do enfoque que fazem os sociólogos a respeito do “problema da ordem”. O interessante é saber como se estabilizam as pautas existentes de relações sociais, mais do que averiguar os efeitos que os desafios da estrutura social imperante ocasionam sobre ela. No entanto, a implicação do termo é dupla:

- A noção de sistema de Relações Industriais tem validade analítica à medida que incorpora a existência de processos e forças contraditórias, assim, tanto a estabilidade quanto a instabilidade possuem igual importância: ambas constituem “resultados do sistema”.
- A definição em termos de regulação do trabalho deve ser ampliada para que leve em conta as origens e as consequências do conflito trabalhista.

Para Dunlop (*op. cit.*), as Relações Industriais são o resultado da interação entre três grupos de atores dentro do sistema: Uma hierarquia de *diretores* e seus representantes, uma hierarquia de *trabalhadores* e alguns encarregados e *agências* (*secretarias*) de governo especializadas. As Relações Industriais possuem repartições e aspectos formais e oficiais que as institucionalizam, porém isto não as torna meras relações entre agências, mas, antes de tudo, entre pessoas.

A descrição acadêmica contemporânea reflete que muitos dos procedimentos de controle mais importantes sobre as relações de trabalho não fluem através de canais

oficiais institucionalizados e que basear o estudo das Relações Industriais exclusivamente nos procedimentos organizacionais formais equivale a impô-las limites inaceitavelmente estreitos. Ou seja, as Relações Industriais, na verdade, extrapolam as fronteiras da formalidade e da oficialidade, não restringindo-se exclusivamente aos sindicatos ou associações de empresários.

No entender de Hyman, o *sindicalismo* visto como uma aproximação puramente institucional pode conduzir a conclusões errôneas e até perigosas. Um sindicato é uma forma de organização peculiar, pois não produz bens ou serviços identificáveis, mas tenta intervir nas decisões dos outros [empresários e legisladores]. Logo, não é o sindicato que atua, negocia, defende ou ataca, mas sim as pessoas que o compõe, pois ele não tem vida própria, por isso, as Relações Industriais são, antes de tudo, relações entre pessoas. Os sindicatos não devem receber atenção apenas enquanto organizações, mas também como trabalhadores em defesa de seus problemas e aspirações, que são o ponto de partida para a análise das Relações Industriais, segundo Hyman. Essas queixas podem ser listadas de maneira sucinta, como: Um nível salarial mais aceitável, crescente ao nível da inflação; condições de trabalho razoáveis; companheiros mais solidários; chefes menos rigorosos; menor desgaste físico e emocional; menos monotonia e repetitividade no serviço; maior autonomia no trabalho; etc.

Apesar das queixas dos trabalhadores, dizermos que os assalariados possuem determinadas expectativas e que estas afetam as Relações Industriais não proporciona uma informação concreta a respeito do caráter dessas relações. Para tal informação, deve ser levado em consideração o contexto do trabalho na indústria como, por exemplo, o caráter capitalista da maioria das economias do mundo que faz com que grande parte do sistema produtivo seja propriedade privada e concentrada nas mãos de poucos. Ou seja, os tipos de Relações Industriais vão variar de acordo com a região e o sistema econômico a que elas estão submetidas, pois elas são o produto da relação entre o trabalhador, o empresário e o Estado, se um dos três sofrer alteração, mudará também o tipo de Relação Industrial.

Com o fenômeno da reestruturação produtiva e o surgimento da indústria flexível, este quadro de “homogeneidade” característico do fordismo começa a sofrer uma reconfiguração.

É sabido que as indústrias flexíveis, bem como as de tipo fordista, seguem um modelo de produção baseado no máximo lucro. No entanto, as indústrias flexíveis visam a este lucro através do mínimo custo que, em grande parte, vai se dar através de modificações no quadro de empregos e salários. Assim, o método será diferente das previamente citadas, nas quais as modificações com vistas à maximização do lucro com

um custo mínimo vão se materializar principalmente por meio da homogeneização da produção e do trabalho. É neste ponto que buscamos entender a segmentação do mercado de trabalho.

As alterações e reorganizações nas indústrias pós-fordistas vão contribuir para o surgimento de diferentes segmentos de empregados dentro das empresas. Os funcionários continuam pertencendo ao mesmo ramo da produção e, muitas vezes, desempenhando as mesmas funções, porém as relações industriais vão ser modificadas. Haverá uma predominância do segmento secundário, que são os subcontratados, temporários e polivalentes, sobre o segmento primário, que são aqueles que realmente têm segurança, estabilidade e um papel definido dentro da empresa. Ou seja, sob o aspecto das relações industriais, a segmentação (sinônimo de delimitação/divisão dos tipos de mão-de-obra) passa a se dar dentro da própria fábrica, não mais espacialmente como no modelo fordista de produção e sofre uma modificação qualitativa, ou seja, a diferenciação deixa de se dar quanto ao ramo ou ao tipo de indústria (ramo metalúrgico, metal-mecânico, petroquímico, etc.) e passa se dar [também] quanto ao tipo de vínculo trabalhista, isto é, a relação capital-Estado-trabalho existente.

O advento do modelo de acumulação flexível é marcado por um confronto direto com a rigidez do fordismo e o mercado de trabalho passa por uma radical reestruturação. Há uma aparente redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial. A nova organização do espaço produtivo, baseada nas tecnologias da informação visa à administração descentralizadora, ao trabalho individualizado e a um mercado personalizado; com isso, segmenta-se o trabalho e fragmenta-se a sociedade.

El fraccionamiento de la producción por fases o hasta por tareas, deslocalizadas geográficamente, arrebató el conocimiento general del proceso - y portanto la capacidad de controlarlo - al colectivo obrero. (...) En el momento de la implosión de las grandes plantas industriales estos trabajadores perdieron los referentes en los que sustentaban su concepción de sí mismos. Los trabajadores precarios por un lado, y los trabajadores intelectuales en el otro extremo, no terminan de reconocerse como parte de esa clase que estuvo delimitada o identificada por la producción industrial durante todo el periodo fordista y que a su vez difícilmente los aceptaba como parte de su colectivo. Estos sectores, que hoy constituyen una parte sustancial de la masa laboral (en América Latina el "trabajo informal" se estima en alrededor de 65%) y que se encuentran vinculados, aunque de maneras y en lugares distintos, a un mismo proceso productivo, perdieron en gran medida la concepción de totalidad y no establecen todavía sus hilos articuladores. Los precarios, hoy mucho más abundantes que en el pasado, siempre han sido considerados como marginales o desclasados, los intelectuales, hoy incorporados masivamente como fuerza de trabajo,

siempre han pensado como externos a las contradicciones sociales, por lo menos directamente. En otras palabras, la classe se pulverizó cuando no pudo reconocerse en la calle, donde había sido arrojada por el neoliberalismo. Sin embargo, eso que asta hoy se consideraba marginal al proceso de valorización se tiende a convertir en su sustento: los márgenes están pasando al centro en todos los sentidos de la metáfora. (CECEÑA, 2004:6,7)

Observe os dados da tabela abaixo:

Desemprego e subemprego na América Latina (Setembro de 2001)

	Subemprego estimado	Desemprego entre os 10% mais ricos	Desemprego entre os 10% mais pobres
Argentina	9,5%	2,9%	41,3%
Brasil	S.D.	2,9%	13,3%
Chile	S.D.	0,9%	19,7%
Colômbia	21%	3,5%	21,3%
Costa Rica	12,5%	1,1%	23,6%
Equador	63%	2,8%	23,5%
México	23%	1,5%	5,2%
Peru	44%	2,5%	22%
Venezuela	52%	3,3%	29,6%
Uruguai	6,6%	3,4%	24,2%

Subemprego estimado: Estimativa percentual de emprego na economia informal

Desemprego dos 10% mais ricos: Taxa correspondente aos 10% com maior renda

Desemprego dos 10% mais pobres: Taxa correspondente aos 10% com menor renda

FONTE: dados da CEPAL, 2000.¹⁷

O mercado de trabalho, que antes se encontrava razoavelmente organizado espacialmente, através de nichos de mercado específicos que demandavam tipos específicos de mão-de-obra de acordo com sua função e qualificação, hoje, com o modelo de produção flexível, passa a estar pulverizado e “desorganizado”. Harvey (1999) observa que em sua “desorganização”, o capitalismo tem se tornado cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis dos mercados, tanto de trabalho quanto de consumo. A equipe de trabalho (*teamwork*) substitui o trabalhador individual, a polivalência torna-se um requisito indispensável e a competitividade passa a guiar as relações sociais no local de trabalho. Como resultado, segundo Singer (2000:75) empresas gigantescas em termos de quadro de funcionários, podem substituí-los por extensas redes de empregados, fornecedores associados,

¹⁷ *Pulso Latino-Americano* - GDA (Grupo de Diarios America). “Mapa do desemprego na América Latina”, p. 6 e 7, Setembro de 2001.

subcontratados etc., o que permite uma coordenação do trabalho sem que haja, necessariamente, uma concentração espacial de determinados tipos de trabalhadores e sem a concentração do grande capital.

1.3 - Os novos modelos de produção industrial e suas dimensões des-territorializadoras.

De acordo com Santos (1996:137), os sistemas técnicos, as relações de trabalho e os modelos de regulação sociais que ambos engendram, pode-se dizer, são fundamentais para o entendimento da estruturação, funcionamento e articulação dos territórios. Segundo este autor, as características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado de técnicas e cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade.

Dentro do processo de reestruturação produtiva em curso há alguns anos, tanto no Brasil como no mundo, é possível observar uma série de elementos que serão significativos e muitas vezes indispensáveis para uma análise dos “novos” processos de produção e suas diferentes territorializações, des-territorializações e formas de regulação sócio-espacial.

Mais uma vez gostaríamos de salientar que, apesar de estarmos abordando de forma mais enfática a des-territorialização em seu viés econômico, isto não retira ou diminui a importância dos demais vieses (político, cultural/simbólico), trata-se apenas de uma questão de ordem. Dentro da própria esfera da economia, aqui levantada como “campo de ação”, poderemos encontrar subdivisões as mais variadas (e a

indústria/processo produtivo pode ser considerada uma dentre tantas outras como a circulação, o suporte e manutenção, o consumo etc.) que nem por isso ganham preponderância ou autonomia com relação às demais. Pelo contrário a interdependência e o conjunto são indispensáveis para o bom desempenho deste setor. Como nos mostram Deleuze e Guattari (s/d:18):

(...) por um lado, a indústria se opõe à natureza; por outro, ela tira materiais daí; por outro, ainda, ela lhe restitui seu detritos, etc. Essa relação distintiva homem-natureza, indústria-natureza, sociedade-natureza, condiciona a sociedade à distinção de esferas relativamente autônomas que chamaremos de “produção”, “distribuição”, “consumo”. Mas este nível de distinções, em geral, considerado na sua estrutura formal desenvolvida, pressupõe não só o capital e a divisão do trabalho, mas também a falsa consciência que o ser capitalista necessariamente toma de si e dos elementos coagulados de um processo em conjunto. Pois, em verdade, não há esferas ou circuitos relativamente independentes: a produção é imediatamente consumo e registro, o registro e o consumo determinam diretamente a produção. Tanto que tudo é produção (...)

Tratamos neste trabalho particularmente da indústria, seu processo de reestruturação produtiva a des-territorialização por eles engendrados. O que não significa que estamos excluindo de nossa análise, como observamos na citação de Deleuze e Guattari, outras matrizes de interpretação, como o viés da circulação (*distribuição*), o consumo e as manifestações de desejo e/ou necessidade que movem esta última. Pois sem eles não há sentido algum elaborar qualquer estudo sobre o setor produtivo.

Creemos que a questão central que deve direcionar este capítulo é como a reestruturação do modelo de produção industrial - o qual, antes de se tratar de Porto Real e Resende (RJ) no final do século XX e início do século XXI, poderia se dar em qualquer parte do planeta em qualquer ano desde a primeira revolução industrial e a invenção da “produção pela produção” - com todos os seus meandros e detalhes vistos no capítulo anterior, pode acarretar também processos de des-territorialização no sentido de que os “territórios originais se desfazem e se recompõem ininterruptamente com a divisão do trabalho” (Guattari e Rolnik, 1986:323).

Para entendermos tal articulação, é necessário nos remetermos à história do capitalismo contada a partir do território, isto é, das marcas deixadas no espaço que nos permitem, hoje, esta leitura. Em outras palavras, a geo-história dos processos capitalistas.

Segundo os autores supracitados, destacam-se historicamente três grandes

máquinas sociais¹⁸ que correspondem aos *selvagens*, aos *bárbaros* e aos *civilizados*. A primeira seria a *máquina territorial subjacente*, aquela em que o sistema de códigos e signos não se manifestam claramente sob a forma escrita, concreta, mas estes estão subentendidos em seus atos e ritos. Consiste em codificar os fluxos sobre o corpo pleno da terra, a escrita, as marcas que definem o território se fazem com o próprio viver, com a própria reprodução social. Para Deleuze e Guattari (s/d:238-239), estas sociedades

(...) são orais, vocais, mas não porque a elas faltem um sistema gráfico: uma dança sobre a terra, um desenho sobre uma parede, uma marca sobre o corpo são um sistema gráfico, um geografismo, uma geografia. Essas formações são orais precisamente porque elas têm um sistema gráfico independente da voz, que não se alinha sobre ela e não se subordina a ela, mas lhe é conectado, coordenado “em uma organização de certa maneira radiante” e pluridimensional.

A segunda, seria a *máquina imperial transcendente* que consiste em sobrecodificar os fluxos sobre o corpo pleno do déspota e de seu aparelho, o Estado (*Urstaat*). Segundo Hardt e Negri (2001:14-15), o conceito de império requer um regime que efetivamente abrange a totalidade do espaço, ou que de fato governa todo o mundo “civilizado”. O império não só administra um território com sua população, mas também cria o próprio mundo que ele habita. Não apenas regula as interações humanas como procura reger diretamente a natureza humana através de um poder transcendente, isto é, que parte de instâncias superiores de poder para regular a vida.

Esta opera o *primeiro grande movimento de desterritorialização*.

Uma unidade superior do Estado se instaura sobre as bases das comunidades rurais primitivas, que conservam a propriedade do solo, enquanto que o Estado é o verdadeiro proprietário conforme o movimento objetivo aparente que lhe atribui o sobreproduto, a ele refere as forças produtivas nos grandes trabalhos, e o faz aparecer como causa das condições coletivas da apropriação. O corpo pleno como sócius deixou de ser a terra, tornou-se o corpo do déspota, o próprio déspota ou seu deus. (...) em lugar da máquina territorial a “megamáquina” de Estado, pirâmide

¹⁸ Os autores utilizam o conceito de máquina em sentido distinto daquele utilizado pela mecânica. Para eles a mecânica é relativamente fechada sobre si mesma, ela só mantém com o exterior relações perfeitamente codificadas. As máquinas, consideradas em sua evolução histórica, constituem, ao contrário, um *phylum*, isto é, um posicionamento no espaço-tempo, comparável ao das espécies vivas. Elas engendram-se umas às outras, selecionam-se, eliminam-se, fazendo aparecer novas linhas de potencialidades. As máquinas no sentido lato, nunca funcionam isoladamente, mas por agregação ou por agenciamento. (Guattari e Rolnik, 1986:320) Cada tipo de máquina social produz um certo tipo de representação, cujos elementos se organizam na superfície do *sócius*. (Deleuze e Guattari, s/d:333)

funcional que tem o déspota no cume, motor imóvel, o aparelho burocrático como superfície lateral e órgãos de transmissão, os aldeões na base como peças trabalhadoras. (...) Longe de ver no Estado o princípio de uma territorialidade que inscreve as pessoas segundo a sua residência, devemos ver no princípio de residência o efeito de um movimento de desterritorialização que divide a terra como um objeto e submete os homens à nova inscrição imperial, ao novo corpo pleno, ao novo socius. (Deleuze e Guattari, s/d:246-247)

A terceira e a que mais atrai nosso interesse neste trabalho, é a *máquina moderna imanente*, que consiste em decodificar os fluxos sobre o corpo pleno do capital-dinheiro. O capital, diferentemente do Estado, opera no plano da imanência, isto é, por meio de redes de relações de dominação, sem recorrer a um centro transcendente de poder. De acordo com Hardt e Negri (2001:348-349),

ele tende historicamente a destruir tradicionais fronteiras sociais, ampliando-se através de territórios e envolvendo sempre novas populações dentro de seus processos. Pode-se entender o funcionamento do capital como desterritorializante e imanente em três aspectos primários que o próprio Marx analisou. Em primeiro lugar, nos processos de acumulação primitiva, o capital separa populações de territórios especificamente codificados e as põe em marcha. Ele desobstrui os Estados e cria o proletário "livre". (...) Em segundo lugar, o capital reúne todas as formas de valor num só plano comum e os vincula por intermédio do dinheiro, seu equivalente geral. (...) Em terceiro lugar, as leis pelas quais o capital funciona não são leis fixas e separadas que parem acima de tudo e dirijam do alto as operações do capital, mas são historicamente leis variáveis imanentes ao próprio funcionamento do capital: as leis de taxas de lucro, de taxas de exploração, de realização de mais-valia, e assim por diante.

A máquina moderna imanente do capital opera, portanto, o segundo grande movimento de desterritorialização,

(...) não é o capitalismo que provoca a dissolução do sistema feudal, mas antes o inverso: eis porque foi necessário muito tempo entre os dois. Há uma grande diferença a esse respeito entre a idade despótica e a idade capitalista. (...) a máquina despótica é sincrônica enquanto que o tempo da máquina capitalista é diacrônico, os capitalistas surgem cada um por sua vez numa série que funda uma espécie de criatividade da história (...). Fluxos de propriedade que se vendem, fluxo de dinheiro que escorre, fluxo de produção e de meios de produção que se preparam na sombra, fluxo de trabalhadores que se desterritorializam: será preciso o encontro de todos esses fluxos decodificados, sua conjunção, sua reação uns sobre os outros, a contingência deste encontro, dessa conjuntura, dessa reação que se produzem uma vez, para que o capitalismo nasça, e que o antigo sistema morra, desta vez por causa do exterior, ao mesmo tempo que

nasce a nova vida e que o desejo recebe seu novo nome. (Deleuze e Guattari, s/d:283)

Fato este já anunciado por Karl Marx anteriormente quando este afirma que a primeira grande expropriação do trabalhador foi a expropriação dos seus meios de produção, ou seja, a terra, para ele fonte de sustento além de abrigo e referencial simbólico. A transformação do camponês em trabalhador assalariado “livre” e da terra em um bem privado operou, na verdade, um processo de des-territorialização, mesmo que Marx não tenha utilizado exatamente este termo para designá-lo, como podemos observar no seguinte trecho:

(...) trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livre, soltos e desprovidos deles. (...) A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. [leia-se: desterritorialização] (Marx, 1984:262 apud Haesbaert, 2004:175)

Este novo movimento de desterritorialização não deixa nada subsistir aos códigos criados e impostos pelo capitalismo e à sobrecodificação. Esta máquina re-territorializa, ou seja, cria novas territorialidades onde se destruíram as antigas.

Onde gostaríamos de chegar com tal referência à “história da des-territorialização”, os processos que *nela* resultaram e também os resultados *dela*? Talvez na idéia de que o capitalismo que conhecemos bem, seja um dos principais definidores dos processos de decodificação e des-territorialização que estamos começando a conhecer, apesar de serem estes processos de des-territorialização e decodificação tão ou mais antigos que o próprio capitalismo.

Para nós, tendo como base as obras citadas de Deleuze e Guattari (s/d), Guattari e Rolnik (1986), Hardt e Negri (2001) e do próprio Karl Marx, o capitalismo, desde os seus primórdios, sempre agiu e age por des-territorialização. Não a desterritorialização que agora desponta em alguns trabalhos recentes sobre a globalização, flexibilidade produtiva e deslocalização industrial/empresarial, mas a des-territorialização como alienação do homem.

Grande parte dos trabalhos que tratam hoje sobre o tema da des-territorialização o fazem no sentido de compará-la à dinamização das relações e superfluidade com que se dão as trocas de produtos e informações, à eficiência das comunicações e transportes mais velozes. Enfim, desterritorialização no sentido estrito da perda ou redução de importância do espaço/território. Para nós, este enfoque é equivocado sob dois aspectos. Primeiro que o espaço e o território nunca deixam de ter importância ou passam como meros acessórios na hora da escolha por parte de empresas e indústrias em geral, como poderá ser observado na parte 2 deste trabalho com os estudos dos casos de Resende e Porto Real no estado do Rio de Janeiro e suas novas montadoras de automóveis e afins. Estes podem sim passar a engendrar relações mais instáveis e superficiais, ou seja, abrigar um tipo de relação com o espaço/território muito menos densa, uma geografia mais sutil que aquelas constituídas por sociedades pré-capitalistas ou não-capitalistas, por exemplo. Cria-se, desta forma, uma relação com território que passa a ter um sentido muito superficial e especificamente econômico, restrito ao no plano das vantagens-desvantagens, custo-benefício etc.

Não existe, contudo, um único lado da moeda, o lado da empresa, da fábrica, do mercado. A outra face dela é justamente a sociedade e aqui incorre o segundo equívoco. O *socius* permite e contribui para o funcionamento da economia e este, sim, vive uma relação muito mais enraizada com o território, não podendo ser esquecido no momento da análise da des-territorialização econômica. A des-territorialização para estes, não é a deslocalização industrial e empresarial ou a perda de valor locacional de um determinado território, mas a mudança total que vai se abater sobre as formas de reprodução da sociedade. Isto é, qual o tipo de relação que vai se estabelecer para que seja permitida a manutenção da vida banal cotidiana (trabalho, saúde, habitação etc.) e da vida subjetiva (cultura, lazer, educação etc.). Qual será o lugar destes elementos no “novo território” após a destruição dos “originais” ou “mais antigos”?

Além disso, o *capitalismo industrial*, segundo os precursores nos debates sobre a des-territorialização, Deleuze e Guattari, possui uma participação ainda maior nestes processos do que o *capitalismo comercial* ou o *capitalismo financeiro* “que são apenas fluxos entre outros, elementos entre outros” (p.286). Pois o capitalismo, e consequentemente a des-territorialização, não começa, “senão quando o capital se apropria diretamente da produção e o capital financeiro e o capital mercantil não são mais que funções específicas, correspondendo a uma divisão do trabalho no modo capitalista

da produção em geral” (p.287).

O que se observa e o que os defensores da desterritorialização econômica tanto enfatizam na atualidade não é na realidade uma perda de importância do espaço, ou como querem alguns, o “fim do território” como parte integrante e fundamental no processo de produção de mercadorias e reprodução do capital. O que se observa hoje são territorialidades se construindo e se desfazendo com a mesma rapidez com que se dão as transformações no mundo da produção industrial. Em outras palavras, talvez o processo de *reestruturação produtiva* em curso nas últimas décadas, contribua para a formação de territórios muitas vezes tão instáveis que passam a ser confundidos com sua própria ausência. Para “os de cima”, uma vida feita “virtual”, sem escalas nem territórios fixos. Para “os de baixo”, a vida em pedaços fragmentos e caos...

Argumentos como a passagem de uma economia de escala para uma de escopo ou de uma produção em massa para uma em pequenos lotes caracterizam uma mudança de paradigma territorial, mas não uma desterritorialização em sentido estrito. Nos primeiros casos (economia de escala e produção em massa) a característica marcante que se encontrava nas plantas industriais era seu tamanho/dimensão, pois era necessário um grande espaço para o estoque de matérias-primas e produtos acabados. Além disso, a demanda por localização girava em torno tanto do mercado fornecedor quanto do mercado consumidor, o que gerava uma procura específica por determinados pontos do território. Segundo Haesbaert (2004:186),

nesse discurso, a desterritorialização de ênfase econômica adquire sua conotação mais específica, associada basicamente ao comportamento “multilocacional” das grandes empresas, tanto no sentido mais geral de maior flexibilidade de localização quanto no sentido de sua articulação interna e na relação com outras empresas, capazes que são de gerenciar a produção através da subcontratação em redes “flexíveis” com outras empresas localizadas em diferentes cantos do planeta. É verdade que as possibilidades de localização se ampliaram dentro da nova estrutura de produção. Maiores opções, maior flexibilidade de localização, especialmente aquelas proporcionadas pelos novos circuitos de comunicação e transporte, não significam, entretanto, uma localização livremente estabelecida. Justamente esta maior flexibilidade (dependendo do setor) fez com que outros fatores passassem a ser considerados nas políticas de localização.

Isto acaba por levar a interpretações simplistas ou unidimensionais da desterritorialização, já que vistas desse modo, as empresas, bem como sua produção, tornam-se “flexíveis” e suas territorialidades passam a ser “fluidas”, o que faz pensar que elas podem se reproduzir da mesma maneira em qualquer parte do globo terrestre e em qualquer momento. Em verdade, a maior parte dos artifícios utilizados pelas empresas para dinamizar a produção e torná-las “desterritorializadas” ou “desterritorializáveis” implica em um (re) ordenamento do território, tanto daquele que elas estão deixando,

quanto do que as recebe, todo este processo se mostrando então, na verdade, como uma des-re-territorialização.

Como exemplo para ilustrar tal exposição temos a tão citada região do ABC paulista¹⁹, que chama atenção pela grande concentração industrial e pelo porte das empresas aí instaladas. Contudo, no caso das economias de escopo e produção em lotes menores, a presença destas empresas no território já toma um outro sentido. Uma economia de escopo significa uma produção de acordo com a demanda, isto é, sem grandes estoques de produtos prontos que implicam em capital parado. Só é produzido o que já está vendido ou prestes a sê-lo, é a chamada produção por encomenda, feita em pequenos lotes e que implica também na compra de matérias-primas sem gastos e acúmulos desnecessários, é o chamado modelo *just in time*. Este tipo de empresa vai exigir uma planta significativamente menor e assim menos espaço para sua instalação.

O argumento de empresa desterritorializada gira em torno de uma produção apoiada pelas técnicas da informação e comunicação e pela automação no processo de fabricação, fatores que não eliminam o fato dos produtos terem que chegar e sair da fábrica, bem como os funcionários, mesmo que sejam poucos. Por isso, esta “nova” fábrica vai se apoiar basicamente na logística como um elemento de destaque, que não deixa de ser uma forma específica de apropriação do território. Nos casos anteriores, esta apropriação se dava por meio da fixação de limites bem definidos e mercados também bem definidos. Agora a apropriação se dá por outros meios, por meio de redes, de fluxos e pontos, muitas vezes até segmentados, mas que não deixam por isso de ser territoriais. É desta forma que podemos perceber que, certamente, não há a des-territorialização pura e simplesmente como deslocalização, mas como uma nova forma de apropriação do território e novas construções e ordenamentos que se reproduzem no mesmo, estabelecidas por meio de novos códigos e agenciamentos, como sugerem Deleuze e Guattari (s/d). Para nós tal apropriação passa a se dar mais pelo *controle das ações que se dão no território* que pelo *controle dos acessos a ele*.

O processo de re-estruturação não rompe definitivamente com o(s) modelo(s) anterior(es), mas, ao contrário, convive perfeitamente bem com ele(s). A reestruturação vai implicar em uma série de transformações/mudanças, adaptações, remendos,

¹⁹ Além dos municípios de Diadema, Guarulhos e Osasco parte, também, da área de abrangência da indústria na Grande São Paulo.

inclusões e exclusões dentro do processo produtivo, sem deixar de lembrar que este inclui tanto as máquinas, equipamentos e instalações (capital fixo), quanto à força de trabalho humana envolvida (capital variável). Este ciclo de transformações, vai se iniciar no momento em que, no dizer de Soja (1993: 193), “a antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural”.

Este “esgarçamento” a que se refere Soja (1993), como já vimos, está em grande parte relacionado ao desgaste da íntima relação mantida entre os três protagonistas do processo produtivo, a saber, *capital, trabalho e consumo*.

O momento áureo do fordismo coincide também com o auge da exploração e expropriação do trabalho nas fábricas o que segundo Guattari & Negri (1987:14) transforma a sociedade em algo

semelhante a uma vasta fábrica no seio da qual negociava as taxas de rendimento com a classe operária organizada em sindicatos. Esta desterritorialização dos processos produtivos, esta assimilação progressiva da sociedade à lógica do desenvolvimento capitalístico modificou fundamentalmente a qualidade do produzir (...) a desterritorialização dos componentes produtivos operando num alto nível de abstração no seio das fábricas transpôs-se para o resto da sociedade.

Emerge do seio das sociedades, submersas no modelo de produção fordista, a idéia de que o mundo se desterritorializava, movida pelo sentimento de total expropriação do homem em seu trabalho. O fordismo era uma realidade epidêmica. Nem mesmo o Estado-nação servia mais como uma referência territorial para a maior parte dos operários do mundo capitalista.

De acordo com tal imperativo, não há ou não deverá haver mais trabalhadores brasileiros, alemães ou franceses, mas sim trabalhadores, pura e simplesmente. O sentimento de *estar desterritorializado* também foi uma criação e uma estratégia capitalista para, no dizer de Deleuze e Guattari, decodificar e sobre-codificar segundo seus termos as sociedades existentes até então. Fato este já observado por Marx e Engels à época da elaboração do *Manifesto Comunista*, no qual eles afirmavam:

A burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os

instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade. (...) Todas as relações firmes, sólidas, com sua série de preconceitos e opiniões antigas e veneráveis foram varridas, todas as novas tornaram-se antiquadas antes que se pudessem ossificar. Tudo o que é sólido derrete-se no ar, tudo o que é sagrado é profanado e os homens são por fim compelidos a enfrentar de modo sensato suas condições reais de vida e suas relações com seus semelhantes. (Marx e Engels, 1998:13-14).

Este talvez fosse o dizer do *Capitalismo* caso ele fosse realmente um “ser”. “Se a vida no campo é desgastante e as condições são precárias, migremos para as cidades, privatizemos os campos e instituamos uma sociedade moderna e urbana. Nas cidades universalizemos o trabalho fabril, criemos o operário universal. Sem pátria, sem território ele possui apenas uma bandeira: a da sua empresa”.

No momento em que o capitalismo vê suas bases ameaçadas pela emergência de Estados, especialmente os terceiro-mundistas, em que os operários têm no nacionalismo sua principal arma de defesa contra a exploração, momento este que coincide justamente com o período em que começam a se dar as vitórias nas lutas de libertação nacional e da redemocratização em diversos países dominados por ditaduras ou ainda colônias, da emergência de alianças que poderiam desestabilizar a ordem capitalista tão próspera para uns e tão sanguinária para outros, o próprio capitalismo começa a questionar a “validade” e a real “necessidade” dos Estados-nação.

A melhor maneira de conter estas reações e garantir a sua reprodução seria proclamando o “fim do Estado-nação” ou, quem sabe, o “fim dos territórios”, como nos mostram Hardt & Negri (2001: 357)

(...) que melhor maneira existe de minar o poder do nacionalismo e internacionalismo do Terceiro Mundo do que privá-lo do seu apoio central e condutor, o Estado-nação! (...) o Estado-nação, que foi a garantia da ordem internacional e a pedra angular da conquista e da soberania capitalista, tornou-se pela ascensão e organização de forças imperialistas o elemento que mais ameaçou a ordem internacional. Assim, o imperialismo, em retirada, foi forçado a abandonar e destruir a presa do seu próprio arsenal antes que a arma pudesse ser brandida contra ele.

Aqui ocorre o momento da segunda grande desterritorialização ao qual nos referimos no início deste item. O Estado, representante do poder transcendente, desterritorializador por excelência, dá lugar ao capital-dinheiro e seu poder imanente. O capitalismo lança mão do poder único para efetuar uma dominação sem referencial territorial,

não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. (...). (Hardt & Negri, 2001: 12)

Neste momento, começam a se anunciar também outros tipos de respostas do capitalismo organizado em defesa de seus interesses maiores e em reação aos acontecimentos que começam a emergir no seio das sociedades. Uma destas respostas é a chamada *Reestruturação Produtiva* a qual no referimos anteriormente.

Esta surge na década de 1970 justamente como uma resposta do capital aos movimentos de 1968 que começam a desestabilizar as bases do capitalismo graças à tomada de consciência e a organização dos trabalhadores contra três séries de transformações materiais nos modelos de produção até então empregados que vão dizer respeito à *qualidade*, às *dimensões* e à *forma* do produzir capitalístico²⁰ e que o tornarão cada vez mais explorador e perverso. Neste momento os trabalhadores se vêem “desterritorializados” em diferentes graus e diretamente submetidos à produção decidindo, a partir daí, organizar movimentos contra a situação estabelecida.

A retomada da acumulação capitalista, isto é, o momento em que o sistema capitalista recobra as “rédeas da situação” vai se dar com a *reestruturação* em suas bases produtivas que passam tanto por uma restauração dos *mecanismos de comando* quanto por uma *reestruturação do poder*. Segundo Guattari & Negri (1987: 27-28) este processo se desenvolve em duas direções:

1. Em primeiro lugar, como integração transnacional a um nível mundial, sempre mais acentuada, das relações econômicas internacionais e da subordinação a um projeto de controle policêntrico e rigorosamente planejado. Chamamos Capitalismo Mundial Integrado (C.M.I.) a esta figura de comando que concentra e exerce a unidade do mercado mundial, submetendo-a a instrumentos de planificação produtiva, de controlo monetário, de sugestão política, com características quase estaduais. (...) O comando estadual e os Estados nacionais estão assim submetidos a uma verdadeira desterritorialização. (...) Ele [o C.M.I.] gera funções estaduais suplementares que se exprimem convenientemente através de uma rede de organizações internacionais, de uma estratégia planetária, dos mass média, de uma rigorosa tomada de controlo do mercado, das tecnologias etc. (...).

²⁰ Este é um termo de Félix Guattari que prefere acrescentar o sufixo “ístico” a “capitalista” por lhe parecer necessário criar um termo que possa designar não apenas as sociedades qualificadas como capitalistas, mas também setores do “Terceiro Mundo” ou do capitalismo “periférico, assim como as economias ditas socialistas dos países do leste que, segundo ele, vivem numa espécie de dependência e contradependência do capitalismo. (Guattari e Rolnik, 1986:15)

2. Em segundo lugar, e como condição da constituição desta integração mundial, a reestruturação visa o modo de produção e o conjunto das componentes da força coletiva de trabalho que nela se relacionam. É fundamentalmente na base da informatização do social que esta desterritorialização e esta integração se tornarão possíveis.

Percebemos então que fenômenos como a *emergência do neo-liberalismo*, o *processo de reestruturação da produção industrial* e do *trabalho*, a *mundialização da economia* e a *internacionalização dos fluxos* são todos partes integrantes de uma mesma face da moeda cuja outra é o *processo de desterritorialização promovido pelo capitalismo*.

Podemos dizer que o capitalismo já nasce virtualmente global, ou seja, sem uma base territorial restrita, bem definida, mas que, para realizar efetivamente sua vocação globalizadora, ele recorre a diferentes estratégias territoriais, especialmente aquela que faz apelo ao ordenamento geográfico estatal. A interferência “cíclica” do Estado, sempre como uma faca de dois gumes, na contradição que lhe é inerente entre a defesa de interesses públicos e privados, atua no mínimo como um sério complicador neste jogo entre abertura e (relativo) fechamento de fronteiras. Assim, a máxima de que “o capital não tem pátria” deve ser relativizada. Embora, mesmo com seu papel redistributivo, nunca tenha se colocado como um verdadeiro empecilho à realização da acumulação em escala mundial, o Estado sempre atuou, em sucessivos ciclos de interferência, a fim de regular a dinâmica dos mercados, em geral como um parceiro e/ou uma “escala de gestão” indispensável ao bom desempenho dos fluxos comerciais e financeiros. O discurso da desterritorialização e, conseqüentemente, de uma globalização irrestrita num mundo efetivamente “sem fronteiras” vincula-se hoje, em grande parte, aos argumentos políticos daqueles que defendem o chamado projeto neoliberal. (HAESBAERT, 2004:177,178)

Neste momento, lembramos que por mais despersonalizados que possam parecer os termos “capital”, “trabalho”, “consumo”, estes são constituídos por pessoas e pessoas com diferentes interesses, desejos, e necessidades. Destas diferenças nascem os conflitos que vão culminar nos movimentos e manifestações sociais que giram em torno desta temática, dentre outras, aqueles de maio de 1968.

O capital (que é formado pelos empresários capitalistas em sua relação com os trabalhadores por meio de salários) diante destes partirá em busca então de modificações que procurem acabar ou pelo menos atenuar alguns destes conflitos de maneira a garantir a continuidade do processo de produção e isto culminará com a reestruturação característica da “transição” fordismo/pós-fordismo.

Esta re-estruturação²¹ não deixa de ser também uma reestruturação das relações de poder e vai resultar da perseguição de objetivos financeiros. Sua manifestação será percebida nas “modificações” na qualidade e no uso que passará a se fazer do espaço, em diferentes momentos pelos diferentes sujeitos envolvidos no processo. Suas escalas serão múltiplas, desde a escala da fábrica até a escala planetária (se pensarmos na DIT) e os mecanismos práticos notados como modificadores da produção irão se concentrar sobre dois focos principais:

- Em uma micro escala, dentro da própria fábrica e envolvidos diretamente no processo produtivo, as *relações de trabalho* e os *meios de comunicação/informação*;
- Em uma macro escala, através do “Capitalismo Mundial Integrado (C.M.I.)”.

Mudanças nos meios e formas de comunicação e informação pode-se dizer que são mais facilmente identificáveis e talvez até classificáveis como “pré-requisitos” ao processo de *globalização* e/ou como fatores de *deslocalização industrial*, sob os argumentos de “ruptura de fronteiras, limites e condicionamentos locais e de uma expansão de uma dinâmica de concentração e acumulação de capitais ao nível mundial” (Haesbaert, 2004:178).

As transformações identificadas no mundo do trabalho podem se observadas em diferentes escalas: a escala do corpo, a escala da fábrica e a do mercado de trabalho (local, regional e global). Estas alterações podem se manifestar por meio de uma flexibilização de carga horária, de salários e benefícios, de funções/cargos desempenhados; por reduções de quadro de funcionários (*downsizing*) devido à automação nas fábricas ou à opção por um tipo de produção mais enxuta (*just in time*); maior exigência de qualificação da mão-de-obra empregada e que esta tenha como principal característica a polivalência, isto é, possibilidade de desempenhar várias funções que exigem diferentes tipos de conhecimento incluídos conhecimento no campo da informática e eletrônica (sendo o menos específico possível). Assim,

a exploração pode ser cientificamente articulada em toda a cena do social e os mecanismos de formação do lucro controlados na sua mais ampla articulação. (...) A sociedade já não está apenas subsumida ao comando do capital, ela está totalmente absorvida pelo modo de produção integrado.

²¹ Preferimos aqui destacar o prefixo -re para sinalizar que esta vai se desenrolar sobre uma estrutura pré-existente, isto é, uma série de acréscimos, subtrações, modificações e remendos que vão se dar sobre algo que já existia e que permanece.

(...) A reestruturação capitalista não advém mecanicamente de leis mais ou menos racionais. Ela não é “científica”, ela é essencialmente repressiva. (Guattari & Negri, 1987: 28-30)

Segundo a Volkswagen, a proximidade dos portos de Sepetiba (RJ) e Santos (SP) foi um dos motivos para vinda da empresa para a região do Médio Vale do Paraíba Fluminense. Hoje, é utilizado com maior frequência o porto de Santos (SP). Cerca de 12% da produção é exportada e segue, principalmente, para a Argentina (principal importador) e outros países da América Latina. Além de África e Oriente Médio.

Isto nos leva a crer que existe algo mais do que a simples facilidade de comunicação e chegada de informação para a instalação destas empresas nestes municípios e, para nós, a justificativa para tal é a geografia. Esta envolve desde a questão da estratégia locacional - a proximidade aos grandes centros econômicos do país, Rio de Janeiro e São Paulo - aos equipamentos urbano-industriais - como a CSN que mesmo tendo uma natureza muito diversa destas novas fábricas, traz para Volta Redonda um caráter de cidade industrial. Contribuem ainda a proximidade de grandes centros fornecedores de mão-de-obra e, principalmente, a possibilidade de qualificação desta mão-de-obra de acordo com a demanda da empresa, graças à proximidade de grandes centros urbanos e centros de ensino superior e técnico especializado. Além dos incentivos oferecidos pelos próprios governos dos municípios como isenções fiscais, doação de terrenos, etc. O que vai ao encontro de nossa hipótese inicial de des-re-territorialização nestes casos visto que, se estas empresas se desterritorializaram ao deixarem determinados territórios que para elas se tornaram desvantajosos para buscar vantagens que as tornassem mais competitivas, isto mostra que elas buscavam novos territórios e encontraram.

Esta re-territorialização não se dá apenas com a implantação da fábrica e o início de sua produção, mas com uma grande reestruturação das esferas econômicas políticas e sociais das regiões em que se encontram.

Para muitos autores, as barreiras do território (e, para alguns, até mesmo o próprio), já foram derrubadas e a dissolução das representações materiais do valor em condições de acumulação mais flexível levariam a dizer que o espaço-tempo desapareceu como dimensão significativa do pensamento e da ação humanos; ou até mesmo que

estariamos próximos não do “fim da história”, mas do “fim da geografia” (VIRILIO, 1997). Visto desta forma, várias atividades até então comuns nos modelos de produção anteriores, passariam a não depender mais do espaço/território para se realizar.

Segundo Harvey (1999:212), o capitalismo é permeado de contradições e, dentre elas, o autor atenta para o fato de que *as barreiras espaciais só podem ser reduzidas por meio da produção de espaços particulares (estradas-de-ferro, auto-estradas, aeroportos, centrais telefônicas, etc.)*. O que significa que como resposta às desterritorializações ocasionadas pela nova organização do sistema de acumulação, surgiriam novos territórios até então ausentes, *por que o capitalismo reterritorializa sem parar com uma mão o que estava desterritorializando com a outra*. (DELEUZE e GUATTARI, s/d *). SANTOS (1996), irá fazer referência a tal fato ao sugerir, em contraponto à tão comentada expressão *just in time*, comum no meio da indústria flexível, a expressão *just in place* que, segundo ele, vai fazer jus à idéia de que não basta o tempo exato ou o tempo apropriado para o mercado, mas são necessários também o local exato, o espaço/território apropriado para que o trabalho se materialize. A “redução das barreiras territoriais”, a “imaterialidade”, aumentam muito mais a sensibilidade ao que os territórios do mundo contêm. Isto quer dizer que, para nós, quanto mais aguçada for a competição entre os capitalistas, maior também será a necessidade de exploração de minúsculas diferenciações territoriais e de vantagens locais.

2 – A territorialidade/espacialidade econômica no Médio Vale do Paraíba Fluminense.

A região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, segundo a classificação proposta pelo IBGE, está localizada na macro-região Sul do estado do Rio de Janeiro que compreende 14 municípios, número este que extrapola nosso objeto de estudo. O Médio Vale do Paraíba Fluminense corresponde a nove municípios do sul do Estado, sendo eles: Resende, Porto Real, Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí, Piraí, Quatis, Pinheiral e Itatiaia.

Tendo como um dos objetivos da pesquisa discutir os processos que levaram à reestruturação produtiva no Médio Vale do Paraíba Fluminense e suas consequências territoriais para os municípios da região, teríamos que apresentar, primeiramente, o tipo, ou melhor, os tipos de atividades econômicas que podem ou podiam ser identificadas na região e como estas se manifestam no território, principalmente a partir da chegada das grandes empresas de última geração à região na década de 1990.

Encontramos no Sul Fluminense uma gama diversificada de atividades em variados setores da economia, desde a indústria de última geração, uma atividade recente na região, passando por atividades ligadas à agricultura e à pecuária leiteira, até o ramo do turismo e do “eco-turismo”.

Hoje, pode-se dizer que o Sul Fluminense é a região com maior concentração de indústrias de alta tecnologia e, conseqüentemente, para onde se destinam os maiores

investimentos no setor em todo o interior do estado do Rio de Janeiro (CODIN-RJ, 1999), o que leva a uma intensa mobilidade de trabalhadores entre suas várias localidades, principalmente entre os municípios de Volta Redonda, Barra Mansa, Resende e o mais novo, Porto Real, além da intensificação dos fluxos de ligações entre esta região e as metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo.

Mapa regiões RJ - CODIN

ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2004



2.1 - O Médio Vale do Paraíba Fluminense “pré-Volkswagen”.

O vale ocupado pelo Rio Paraíba do Sul (que atravessa os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) constitui uma extensa depressão enquadrada pela Serra do Mar e os alinhamentos de Cristas do Paraíba do Sul, estendendo-se, também, até a Mantiqueira Meridional. A vegetação original compunha-se de uma formação vegetal

silvestre. As encostas e o Vale eram revestidos de florestas das quais restam apenas algumas manchas em pontos mais inacessíveis.

O processo de ocupação promovido pelas atividades capitalistas no Médio Vale do Paraíba Fluminense se deu por meio de “ciclos” econômicos que resultaram em diferentes tipos de ocupação em diferentes momentos históricos. O primeiro período de ocupação teve início na primeira metade do século XVII e afirmou a região como uma importante área de passagem que ligava a região das minas aos portos de Rio de Janeiro e São Paulo. O segundo ciclo de ocupação se deu entre 1750 e 1830, através do início da cultura cafeeira no estado do Rio de Janeiro. O terceiro ciclo de atividades ocorre entre 1830 e 1889, com a expansão, clímax e decadência da cultura cafeeira. O quarto ciclo econômico se dá entre as décadas de 80 do século XIX e 40 do século XX, quando a pecuária leiteira ganha espaço no Médio Vale e junto com ela a indústria alimentícia e de laticínios. O quinto e último ciclo se inicia na década de 1940 com a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional e junto com ela do processo de industrialização da região.

Devido ao seu sítio, desde início deste tipo de ocupação, o Médio Vale do Paraíba caracterizou-se como uma área de passagem entre os atuais estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em se tratando do Médio Vale Paulista, já na primeira metade do século XVII os bandeirantes que se dirigiram para as áreas de mineração, atingindo Minas Gerais através da Garganta do Embaú (Serra da Mantiqueira) tinham grande conhecimento sobre esta região. Era por esse mesmo caminho que se costumava escoar o comércio da região das Minas para o litoral.

Considerando-se que os bandeirantes percorriam apenas o Médio Vale Superior e em seguida transpunham a Mantiqueira a fim de atingir as Minas Gerais, o Médio Vale Inferior permaneceu praticamente intocado até o século XVIII, quando se deram:

- a) A abertura do primeiro caminho entre Rio de Janeiro e Minas Gerais: O Caminho Novo de Garcia Rodrigues Paes.²²

²² Segundo CORRÊA (1980:16), “os caminhos que levaram ao Rio de Janeiro – e pelos quais percorre, em exploração, entre outros, Garcia Rodrigues Paes – passavam em terras do vale do Paraíba, onde se localizaram alguns bandeirantes, sesmeiros e até mesmo, ilegalmente, posseiros. Formando núcleos de povoamento (originariamente capelas ou cemitérios em pontos de encontro de trilhas, em vales férteis e nas

- b) A construção da primeira estrada inteiramente por terra, ligando Rio de Janeiro a São Paulo (a qual ofereceu atrativos ao povoamento - uma vez que ao longo de sua extensão foram concedidas sesmarias – tendo impulsionado o desenvolvimento de importantes localidades em áreas hoje paulistas) (CARDOSO, 1991: 94-96);
- c) A Abertura da picada de Aiuruoca a Paraíba Nova (os colonizadores, em busca dos rios auríferos da região de Itatiaia começaram a fixar-se na margem esquerda do Paraíba dando origem, posteriormente, à Vila de Agulhas Negras, fronteira à atual Resende). (CARDOSO, 1991: 94-96)

Assim sendo, no primeiro período de ocupação do Médio Vale do Paraíba Fluminense o que preponderava era o “circular”, ou seja, a importância da área em análise residia em sua localização frente a outras áreas, o que favorecia um movimento de circulação de pessoas, mercadorias, etc. Dessa forma, como vimos, fica desde já explícita uma tendência da área para “zona de passagem”. Neste trecho do Médio Vale, a esta época, se podia observar uma pequena agricultura de subsistência e começavam a eclodir os primeiros pontos de ocupação. O que não caracterizava uma continuidade.

O segundo recorte histórico a ser analisado diz respeito ao período compreendido entre 1750 e 1830. Este intervalo de tempo seria, segundo CARDOSO (1991), uma espécie de período de transição entre aquele em que predominava o “circular” (período anteriormente mencionado) e um outro, caracterizado pelo amplo vigor da cultura cafeeira, quando a predominância do “circular” foi cedida ao “permanecer”.

Embora o Brasil já plantasse o café desde o início do século XVIII (quando este foi introduzido no vale amazônico), só na segunda metade do século XIX esta cultura assumiu significado comercial, transformando-se em um verdadeiro sustentáculo econômico para todo o país. No Rio de Janeiro o café foi inicialmente plantado na Tijuca, de onde partiu para a Baixada Fluminense e em direção à Serra do Mar e ao Vale do Paraíba. Contudo, os verdadeiros palcos para a grande façanha econômica desta cultura foram as fazendas de café que se instalaram no Médio Vale do Paraíba Fluminense.

De São João Marcos e Mangaratiba a Piraí, Barra Mansa e Resende; da Estrela a Vassouras, Valença e Paraíba do Sul – o que se viu foi a

proximidades de rios) fizeram surgir vilas, cidades coloniais e depois imperiais como Resende, Barra Mansa, Vassouras, Valença, Paraíba do Sul e outras.”

disseminação da rubiácea, com toda força no início do século XIX.
(CORRÊA, 1980:41)

A vila de Agulhas Negras (erguida por colonizadores em busca dos rios auríferos da região) a partir da segunda metade do século XVIII, passou a ser muito freqüentada por levas de faiscadores (garimpeiros) e, a seguir, por tropeiros, levando ao aparecimento de ranchos e, posteriormente, de fazendas (as quais se estendiam por terras dos atuais municípios de Resende e Barra Mansa), nas quais foram plantadas as primeiras mudas de café entre 1770 e 1780 (CARDOSO, 1991:103).

O Caminho Novo e suas variantes promoveram o estabelecimento de fazendas cuja produção destinava-se, também, ao abastecimento da Capital, pousadas e ranchos para abastecer os tropeiros que circulavam pela região.

No que tange à porção leste do Médio Vale do Paraíba,

desde meados do século XVIII o ouro foi explorado, acima das nascentes do rio Macacú, exploração de início irregular e que só se organizou por volta de 1786. Ao finalizar o século XVIII, a atividade mineradora já havia sido ali substituída pela agricultura. (CARDOSO, 1991:104)

Foi, contudo, quando a cultura do café se instalou no Médio Vale Fluminense que esta área passou a ser definitivamente ocupada. Esta lavoura surgia ao longo dos caminhos abertos nas florestas de encostas que ligavam o planalto ao litoral.

O terceiro período de análise seria aquele que compreende a expansão, o clímax e a decadência da cultura cafeeira no Médio Vale do Paraíba Fluminense: período entre 1830 e 1888/89.

De fato, o primeiro cenário de grande expressividade econômica da lavoura cafeeira no Brasil foi o Vale do Rio Paraíba no seu médio curso. Aí as condições climáticas, pedológicas e de relevo eram extremamente favoráveis ao cultivo do café.

Uma altitude que oscila entre 300 e 900m mantém a temperatura, embora em latitude tropical, dentro dos limites ideais para a planta e regulariza as precipitações. Região muito acidentada, não lhe faltam encostas bem protegidas contra o vento (fator importante numa planta arbustiva de grande porte como o cafeeiro) e convenientemente expostas. A mata virgem a revestia de solos magníficos. O Vale do Paraíba tornou-se assim um grande centro condensador de lavouras e de população; em meados do século XIX reúne-se, aí, a maior parcela da riqueza brasileira. (PRADO JÚNIOR, 1945:172)

Além disso, às condições naturais favoráveis se agregaram outras condições

igualmente importantes para o *desabrochar* da lavoura cafeeira no Médio Vale do Paraíba:

- a) Não havia dificuldades quanto à obtenção de terras (uma vez que o Estado oferecia facilidades na concessão de sesmarias) e mão-de-obra (inicialmente advinda do tráfico internacional de escravos e, posteriormente, suprida pelo tráfico interprovincial);
- b) Verificou-se, no início do século XIX, um aumento da demanda pelo produto, por parte dos países europeus e dos EUA, graças à generalização do consumo da bebida, a qual passou a ser utilizada como estimulante, à época da Revolução Industrial;
- c) As demais regiões produtoras de café (sobretudo o Haiti e colônias espanholas) encontravam-se, em geral, envolvidas em conflitos políticos;
- d) Os antigos caminhos da mineração, que atravessavam o Vale chegando até ao porto do Rio de Janeiro, serviram, satisfatoriamente, ao escoamento da produção.

Cabe-nos ainda, ressaltar que a expansão da lavoura cafeeira desencadeou um fluxo migratório em direção às terras do Médio Vale Fluminense, promovendo uma aceleração do povoamento na região e impulsionando um processo de urbanização da mesma. Em consequência, vastas áreas até então recobertas pela vegetação original foram completamente desmatadas para dar lugar ao cultivo da tão lucrativa rubiácea. No dizer de CORRÊA (1980:26), “a base fundamental do florescimento das vilas e cidades do vale do Paraíba foi o café (...)”.

Sobre o Médio Vale Fluminense, a lavoura cafeeira conferiu a este espaço um sentido quase pleno de unidade, o qual pode ser expresso, inclusive, na formação de uma sociedade regional, cujo símbolo mais claro foi o dos “barões de café”. A ideologia da fazenda monocultora, escravista, geradora da riqueza nacional, permeava toda a sociedade, permitindo e facilitando a reprodução dos interesses regionais. No dizer de CARDOSO (1991:105), “durante algum tempo, a simples referência ao Vale já significava para todos a região do café, a região do Paraíba do Sul”.

Os “barões” do café, em sua representatividade econômica e política, viabilizaram a atração de vários privilégios para a região, dentre os quais convém ressaltar a implantação das diversas linhas férreas que passaram a cortar o Vale e a elevação aos foros de cidade de muitas localidades ao longo deste: Resende (década de 1840); Barra Mansa, Marquês de Valença e Vassouras (década de 1850); Três Rios (década de 1860) e, na década de 1870, Paraíba do Sul e Piraí.

Na primeira fase da expansão da lavoura cafeeira, a produção era escoada por tropas de muares através de alguns caminhos que ligavam o planalto a pequenos portos do Recôncavo da Guanabara. Foi, contudo, o transporte ferroviário o grande responsável pela intensificação do desenvolvimento da economia cafeeira.

Os cafeicultores fluminenses, em especial os da região de Vassouras, tiveram papel importante na requisição da construção da *Estrada de Ferro Dom Pedro II*. Esta ferrovia (cuja construção foi iniciada em 1855) atravessou a Serra do Mar, alcançando Barra do Piraí em 1864 – pela primeira vez o obstáculo da Serra do Mar era vencido pelos trilhos que, agora, chegavam até ao Vale do Paraíba.

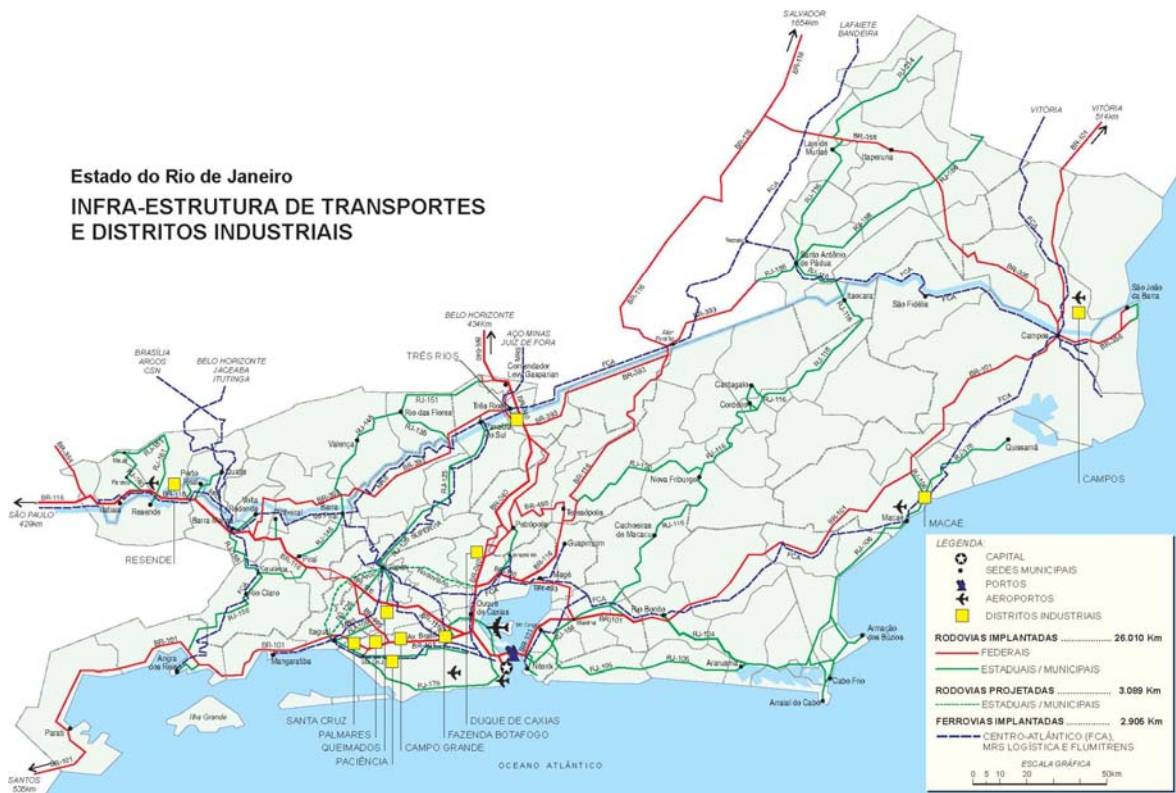
Posteriormente, a referida ferrovia desceu o Vale, vindo a atingir Três Rios em 1867, a partir de onde tomou a direção de Ouro Preto, alcançando Juiz de Fora em 1875. Na década de 1870, a E. F. D. Pedro II prolongou-se, ainda, em direção à São Paulo (agora, subindo o Vale), atingindo Barra Mansa em 1871 (a qual tornou-se um importante entroncamento ferroviário com a chegada da E. F. Oeste de Minas), Resende em 1873, Cruzeiro em 1874 e Cachoeira Paulista em 1875.

Devemos ainda mencionar que com a chegada da E. F. São Paulo-Rio de Janeiro à Cachoeira Paulista em 1877, toda a produção cafeeira do Vale do Paraíba passou a ser diretamente exportada para os portos do Rio de Janeiro e de Santos, o que implicou na falência dos portos do litoral sul fluminense e norte paulista.

Outro dado igualmente relevante refere-se ao fato de que a conexão porto-ferrovia consolidou a posição da cidade do Rio de Janeiro enquanto mediadora entre a produção industrial exterior e a produção primário-exportadora representada, prioritariamente, pelo café cultivado no Médio Vale do Paraíba.

MAPA TRANSPORTES – RJ

CODIN



O sentido de unidade outorgado ao Médio Vale do Paraíba Fluminense pelo cultivo do café, fazia-se nítido, ainda, no que tange aos pilares de sustentação da riqueza regional: a terra e o escravo.

Contudo, precisamos enfatizar que a cultura do café estendeu seus domínios para além dos limites político-administrativos da Região Programa do Médio Vale do Paraíba Fluminense. Sendo assim, seria conveniente alertarmos para o fato de que o que se configurou como a “Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense”, na época do clímax da lavoura cafeeira, na verdade extrapolou os limites da referida Região-Programa.

Definida dentro de uma economia mercantil escravista a lavoura cafeeira no Médio Vale do Paraíba Fluminense assumiu características bem peculiares, dentre as quais podemos citar: a predominância da grande propriedade; a utilização maciça da mão-de-obra escrava; a inexistência da mecanização e a má conservação do solo – que levavam ao esgotamento da fertilidade, aumentando a necessidade de constante incorporação de solos virgens. A ampliação do domínio da cafeicultura levou, até mesmo à restrição das áreas destinadas às lavouras de subsistência.

Neste sentido, não fica difícil compreendermos que a Abolição da Escravatura em 1888 configurou-se como um “grande golpe” para os fazendeiros do Médio Vale do Paraíba, uma vez que estes até então não haviam percebido a necessidade de incentivar experiências com o trabalho assalariado ou, em outras palavras, “desconheciam” outra forma de trabalhar a terra senão servindo-se da mão-de-obra escrava.

Todavia, não podemos restringir a decadência da lavoura cafeeira no Médio Vale do Paraíba Fluminense a este acontecimento histórico. Devemos considerar que já por volta de 1860 começavam a despontar os primeiros sinais de declínio desta atividade.

Em 1864 um surto de doença do café e a dificuldade dos fazendeiros em obter crédito e empréstimos dando como garantia os escravos, em virtude do receio da abolição da escravatura criaram uma depressão econômica no Vale do Paraíba Fluminense. Agravada pela queda do preço dos escravos e a desvalorização das garantias bancárias, coberta em parte pela hipoteca das terras, graças a criação da Lei de Terras em 1850. (LIMONAD, 1996: 97).

Um outro fator que também contribuiu para o declínio da produção foi o cansaço das terras da região. Cansaço este, resultante da imprevidência com que era feito o plantio. A assinatura da Lei Áurea veio apenas ratificar essa situação.

A abolição sem indenização abalou o sistema de crédito agrícola baseado nas colheitas e nos escravos, reduziu em 50% a produção do café nesse ano e descapitalizou os fazendeiros fluminenses que viram suas garantias bancárias evaporar-se e foram obrigados a cobri-las com a hipoteca de suas terras (LIMONAD, 1996: 97).

Diante disto, vários cafeicultores do Médio Vale Fluminense viram-se completamente falidos e fadados a abandonar suas propriedades. Efetivava-se, pois, a decadência daquele que foi o último grande ciclo monocultor da economia brasileira.

O quarto período histórico-econômico do desenvolvimento do Médio Vale do Paraíba Fluminense seria aquele compreendido entre 1880 e 1890 e a década de 40 do século XX.

Após a decadência do café, o Vale do Paraíba Fluminense vivenciou uma outra fase econômica, na qual a pecuária leiteira passou a constituir a atividade geradora de maior renda. Aí se desenvolveram, neste período, indústrias de produtos alimentícios, sobretudo de laticínios que, contudo, permaneceram sem grande expressão até a implantação da *Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)*.

Nesta época, dirigiram-se para o Vale fazendeiros oriundos da região das Minas Gerais que passaram a se dedicar à criação de gado em trechos fluminenses e paulistas do Médio Vale do Paraíba.

Um dos fatores de atração destes fazendeiros encontra-se no fato de que as pastagens que se alastraram nos solos degradados pela atividade cafeeira possuíam um preço bem reduzido, quando em comparação com o preço das pastagens da região do Sul de Minas.

É importante salientarmos ainda que com a decadência da lavoura cafeeira se verificou a dispersão da população e, em alguns casos, a estagnação da vida urbana.

O quinto e último período histórico teve início na década de 1940 e perdura até hoje. A década de 40 do século XX significou para o Médio Vale do Paraíba Fluminense e para o Brasil, o ponto de partida para grandes transformações econômicas e sociais que, em última análise, foram responsáveis por uma verdadeira reorganização do espaço sob análise. Se antes a esfera econômica estava atrelada a atividades de ordem primária (agricultura e pecuária), a partir de então a industrialização passa a ocupar um papel, se não de destaque, de grande importância na organização econômica do país.

Foi a partir da década de 1940 que o Estado passou a exercer um novo tipo de interferência sobre a economia nacional, ficando então responsável por investir na indústria de base. Para tanto, uma das medidas adotadas foi a criação de uma usina de aço no Médio Vale do Paraíba Fluminense, mais especificamente no então distrito de Barra Mansa, atual Volta Redonda.

A implantação da usina da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento econômico da região, uma vez que deflagrou a expansão industrial no Médio Vale do Paraíba Fluminense.

Cabe-nos ressaltar ainda que a escolha desta área do Vale do Paraíba - o distrito de Santo Antônio de Volta Redonda no Município de Barra Mansa - para a construção da usina e dos bairros operários da CSN não foi aleatória. Ao contrário, vários fatores justificam esta localização:

- a) Tal localidade constitui um importante eixo de circulação entre as duas maiores metrópoles nacionais: Rio de Janeiro e São Paulo;
- b) A proximidade dos grandes mercados consumidores de RJ e SP;
- c) A proximidade ao porto do Rio de Janeiro por onde seria importado o carvão;
- d) A disponibilidade de energia elétrica e água;
- e) A existência da ferrovia, articulando a usina aos mercados consumidores, aos portos do RJ e Angra dos Reis e às jazidas de ferro e manganês do Quadrilátero Ferrífero;
- f) O baixo custo da mão-de-obra, à época da implantação da usina.

A implantação da CSN impactou consideravelmente a paisagem local, transformando-a de uma área basicamente rural a uma paisagem industrial. Contudo, convém lembrar que a pecuária leiteira continuou, e ainda hoje continua existindo nos espaços não ocupados pela atividade industrial (o Médio Vale do Paraíba Fluminense conta, atualmente, com o segundo maior rebanho leiteiro do estado).

Além disso, surgiram na região inúmeros estabelecimentos fabris (fábricas de latarias, peças mecânicas, produtos químicos e outros) a reboque da indústria siderúrgica.

Nesta região onde o capital industrial e especulativo se tornaram os traços mais significativos da economia, também se verificou o despontar da atividade terciária. Ainda como consequência do processo de industrialização, observou-se um crescimento demográfico, seguido de expansão dos espaços urbanos.

2.2 - O Médio Vale do Paraíba Fluminense “Pós-Volkswagen”²³.

²³ Grande parte das informações a respeito do Médio Vale do Paraíba Fluminense contidas neste sub-capítulo, inclusive entrevistas do ano de 2001, foram levantadas e analisadas pelo grupo de pesquisa sobre reestruturação produtiva da Prof^a. Dr^a. Ester Limonad (UFF) do qual fiz parte entre 1999 e 2002 juntamente

Segundo Santos (2002), a localização foi um fator decisivo, também, para a instalação das primeiras indústrias de última geração no Médio Vale do Paraíba Fluminense, em alguns momentos, pelos mesmos motivos daqueles do período da instalação da CSN. Dentre eles a autora destaca:

- O fato desta região se localizar entre os dois principais pólos da economia nacional: Rio de Janeiro e São Paulo;
- A existência de um suporte logístico facilitado pela importante rede rodoviária que corta a região (BR-116, BR-393 e outras), pela ferrovia (administrada pela MRS logística), pela proximidade dos maiores portos do país (Porto de Santos, Porto do Rio de Janeiro, Sepetiba, Angra dos Reis) (observe o mapa de transportes do Rio de Janeiro, página 72);
- A instalação de uma Estação Aduaneira do Interior (EADI) no município de Resende²⁴, o que facilita tanto a aquisição de material quanto o escoamento da produção;
- Meios de comunicação já que a área conta com cabos de fibra ótica da *Embratel* (que também fornece a cobertura de telefonia fixa), além de antenas de telefonia móvel das operadoras *Vivo* e *Claro*;
- Abastecimento de energia (a região é cortada por um gasoduto e conta com uma usina termelétrica da CSN e da *Siemens* em Volta Redonda).

Outros fatores que contribuíram para este processo foram:

- A disponibilidade de amplos terrenos a preços baixos; graças a algumas estratégias políticas que envolveram grandes nomes da região dentre eles o do Sr. *Luís Eduardo Tarquínio Monteiro da Costa*, o “Lula” (maior proprietário de terras da região e um dos presidentes do Grupo Porto Real²⁵, juntamente com o “Comendador Geraldo Osório”,

com Patricia Daflon dos Santos, Patricia Milagre da Victoria, Flávia Quintaes, Mariane Bitteti e Felipe Cruz Mendonça, aos quais agradeço e com quem compartilho a idealização deste capítulo.

²⁴ O nome é *Terminal Logístico do Vale do Paraíba Ltda.*, chamado *Porto Vale*. É um entreposto aduaneiro chamado EADI (Estação Aduaneira de Interior). Este grupo é o grupo da *Multi-Terminais*, empresa do ramo de logística e abastecimento que já possui o know-how de entreposto aduaneiro em várias partes do Brasil. Existe EADI no Rio de Janeiro, Santos, Juiz de Fora, São Caetano do Sul e São Paulo. Mais conhecido como “Porto Seco” é um terminal alfandegário destinado à prestação de serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias sob controle aduaneiro da Receita Federal. [Para maiores detalhes sobre este assunto ver VICTORIA (2003)].

²⁵ Do qual, segundo o Prefeito de Porto Real, fazem parte o *Grupo Coca-Cola*, o *Banco Porto Real* e o *Grupo Campo Belo* (empresa de laticínios).

dono do Grupo Geraldo Osório e o “Doutor Felipe”, dono do Grupo Campo Belo), o Sr. *Marcelo Alencar* (ex-Governador do Estado do RJ) e o Sr. *Ronaldo César Coelho* (também grande proprietário de terras na região e Secretário de Indústria do Governo Marcelo Alencar). Segundo o atual Prefeito de Porto Real, Sérgio Bernardelli, 3 nomes foram os responsáveis pela vinda das primeiras grandes empresas para a região do Médio Vale do Paraíba Fluminense: Um foi o ex-secretário do Estado do RJ *Ronaldo César Coelho*, responsável pela vinda da Volkswagen; o Deputado *Márcio Fortes* pela Peugeot-Citroën e o Deputado *Hélio Meireles* pela Galvasud.

- *Vários tipos de incentivos fiscais oferecidos pelos municípios, pelo Estado e Governo Federal*; como isenção de ISS e IPTU por parte dos municípios, ICMS por parte do Governo do Estado, empréstimos junto ao BNDES, financiamentos e empréstimos por parte do Banco do Brasil através do FUNDES (Fundo de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro) que veremos mais detalhadamente no próximo capítulo.
- *A disponibilidade de mão-de-obra na própria região que poderia ser qualificada para as funções necessárias.* Para tanto Resende observou um crescimento no número de suas instituições de nível técnico e superior, passando a contar com um campus avançado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), inaugurado em 1997/1998, onde estão matriculados cerca de 500 alunos nos cursos de graduação em Engenharia de Produção, Mecânica e Química; um campus da Universidade Estácio de Sá (UNESA), também de 1997/1998, com cerca de 1.780 alunos nos cursos de graduação em Administração, Direito, Fisioterapia, Psicologia, Informática e Pedagogia e nos cursos do Instituto Politécnico (graduação em até dois anos) como o de Rede de Computadores. Além destes existem as instituições mais tradicionais na região como a Associação Educacional Dom Bosco (AEDB), com 1.340 alunos e a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), com 2.985 cadetes. Resende conta ainda com uma escola técnica do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/FIRJAN). Já Porto Real, no ano de sua emancipação (1997), não possuía sequer escolas de Ensino Médio, hoje, segundo informações da Prefeitura, o município conta com oito escolas municipais (Ensino Fundamental - 1ª à 8ª séries), uma escola estadual (Ensino Médio); uma escola Particular (Ensinos Fundamental e Médio) e com a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC), com cursos técnicos em línguas (inglês e francês) e mecânica.

Segundo Limonad (2001), no perfil industrial do Médio Vale do Paraíba Fluminense destacam-se atualmente dois eixos: Um tradicional, baseado num modelo de regulação de tipo fordista-taylorista, referente basicamente aos municípios de Barra Mansa, Volta Redonda e Barra do Piraí, onde se localizam indústrias ligadas ao ramo da siderurgia, metalurgia e da química, além da construção civil. Temos como maior exemplo deste eixo a Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, estatal implantada no município de Volta Redonda pelo governo Getúlio Vargas, na década de 1940 e privatizada em 1993 pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Esta empresa tem hoje como seus maiores acionistas o *Grupo Vicunha*, o *Bradesco* e a *Thissen Krupp Stahl*, uma siderúrgica alemã que também é acionista da *Galvasud* (Porto Real).

No outro eixo, encontram-se as indústrias do setor metal-mecânico e da química fina que utilizam tecnologia de última geração em suas plantas e obedecem a um modelo de regulação de tipo flexível ou pós-fordista. Estas estão localizadas nos municípios de Resende, Porto Real e Itatiaia.

Tudo isso fez com que a região atraísse, até o final da década de 1990 e início do ano 2000, cerca de 49% dos investimentos destinados ao Estado do Rio de Janeiro, segundo dados da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN (1995-1999).



O elemento que vai despertar o interesse pela região em questão e, com isso, desencadear todo o processo de reestruturação produtiva em meados dos anos 90, será a chegada, em 1994, da *Volkswagen Ônibus e Caminhões* ao município de Resende e sua inauguração em 1996.



Vista aérea da Volkswagen – Resende (RJ)

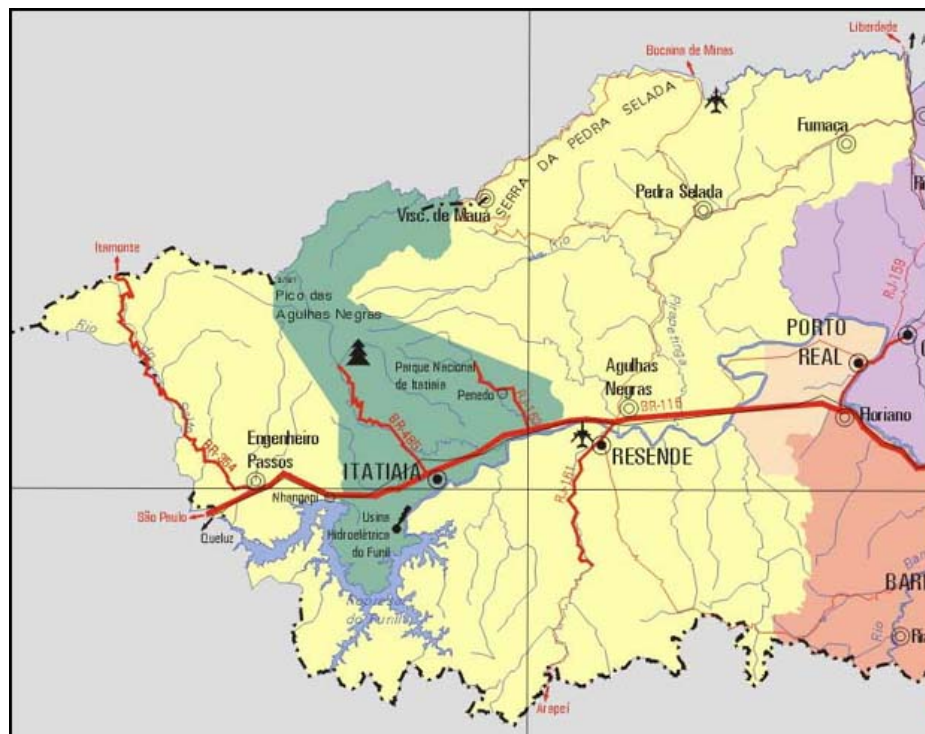
Fonte: www.autointell.com/european-companies/volkswagen

A chegada desta empresa à região do Médio Vale do Paraíba Fluminense foi fundamental para o início do processo em discussão, para a entrada de novas empresas e mesmo para a emancipação do município de Porto Real, antes distrito de Resende.

As negociações para a implantação da fábrica da Volkswagen Ônibus e Caminhões no Brasil começaram em 1993, com possibilidades de instalação da fábrica tanto no estado de São Paulo, na cidade de São Carlos, quanto no Rio de Janeiro, em Resende. Em 1994, a Volkswagen escolheu o Rio de Janeiro para instalação de sua mais nova fábrica e única no mundo para fabricar especificamente ônibus e caminhões com esta marca. Ao tomar esta decisão, a empresa escolheu na época a área do 3º distrito de Resende que correspondia a Porto Real. Neste período, o processo para emancipação político-administrativa de Porto Real já corria na Assembleia Legislativa e, com isso, criou-se um impasse: Com a instalação de uma fábrica do porte da Volkswagen no distrito de Porto Real, o município de Resende passou a negar-se veementemente a conceder a emancipação. Quem liderou tal posição na Câmara dos Deputados foi o então Deputado Estadual e atual Prefeito de Resende, Sr. *Eduardo Meohas*.

O desmembramento do município de Resende com a fábrica instalada em Porto Real seria muito pouco provável. Por isso, a liderança para o processo de emancipação decidiu abrir mão da Volkswagen em troca da criação do município, o que se deu em

1996.

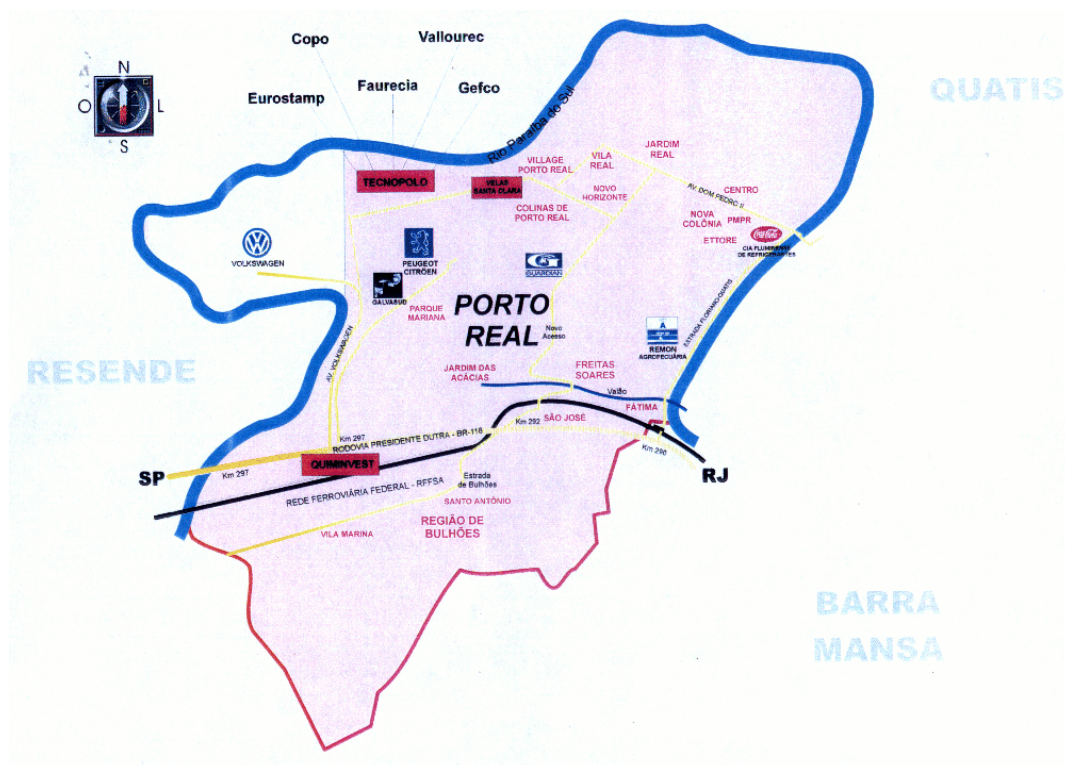


Fonte: CIDE-RJ (www.cide.rj.gov.br)

A área do distrito de Porto Real delimitada pelas cartas do IBGE e pelo CIDE-RJ, correspondia à uma área de 54,8 Km². Retirada a área onde se instalaria a Volkswagen, o território do município de Porto Real passou a ter uma área de 50,8 Km².

O limite territorial dos dois municípios [Resende e Porto Real] que deveria coincidir com o traçado do Rio Paraíba do Sul - que praticamente contorna, segundo os moradores de Porto Real, “abraça”, o município - foi deslocado para a própria cerca da Volkswagen. Portanto, é a cerca da Volkswagen que demarca a fronteira entre os municípios. (OLIVEIRA, 2003:160)

Vemos a seguir uma ilustração do Município de Porto Real (RJ). O que podemos observar em rosa corresponde a área do município de Porto Real, em branco temos as terras pertencentes a Resende e onde está instalada a Volkswagen Ônibus e Caminhões. Note que o município de Porto Real é quase que totalmente delimitado ao norte da Rodovia BR-116 pelo rio Paraíba do Sul, exceto pelo terreno da Volkswagen, onde a fronteira passa a ser a cerca da própria fábrica.



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Real

Na foto a seguir pode-se observar a *cerca da fábrica* da Volkswagen sediada em Resende que também *marca o limite entre os municípios* de Resende e Porto Real.



Foto: Tatiana Tramontani Ramos, Julho de 2004.

Era sabido que, na medida em que a Volkswagen se estabelecesse naquela região (apesar de fisicamente dentro de Porto Real), toda a infra-estrutura montada para atender a esta empresa, ou seja, telefonia fixa e móvel, estradas asfaltadas, acessos para a Rodovia Presidente Dutra, energia, sistemas de água e esgoto etc., traria grande benefício para Porto Real. Uma vez que esta seria uma área com infra-estrutura básica, de fácil acesso e disponível, formava-se na região um pólo de atração para novos investimentos.

No dia 28 de Dezembro de 1995, por ato do governador Marcelo Alencar, se deu a emancipação de Porto Real de Resende. O Sr. Sérgio Bernardelli concorreu nas eleições de 1996 e venceu, assumindo a prefeitura em janeiro de 1997. Neste período o município possuía como atividades econômicas de destaque e principais fontes de arrecadação de impostos para a prefeitura o Grupo Coca-Cola (fábrica de refrigerantes), a Campo Belo (laticínios) e duas fábricas de cerâmicas.

Nos primeiros meses de 1997, começaram a surgir notícias de que a Peugeot-Citroën estava interessada em construir uma fábrica na América do Sul e que se instalaria ou na Argentina ou no Brasil. Uma vez que a Peugeot já possuía uma montadora do carro modelo 405 na Argentina, este país foi o primeiro a ser visitado. Em abril de 1997 a equipe chegou ao Brasil para visitar os municípios de Volta Redonda, Porto Real,

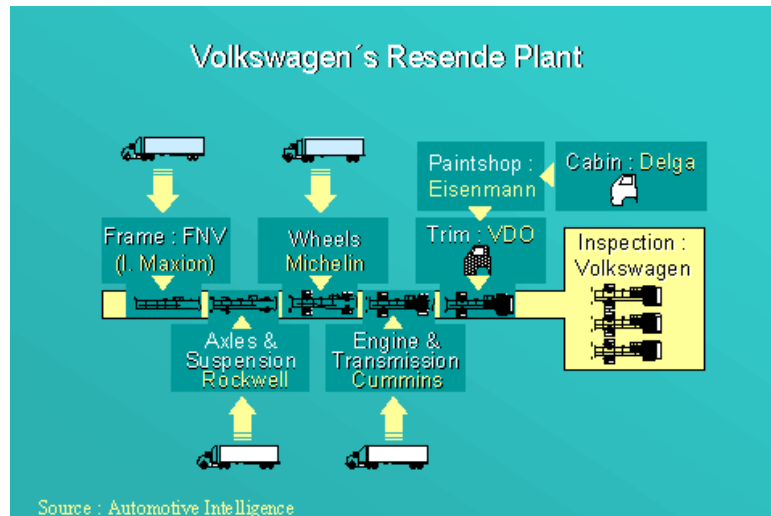
Resende e Itatiaia no Estado do Rio de Janeiro e Juiz de Fora e Barbacena em Minas Gerais, cidades com possibilidades para abrigar a nova planta. Em outubro do mesmo ano, após várias negociações, foi assinado o termo de compromisso que envolvia o SENAI, o Governo do Estado do RJ, o Grupo Porto Real, o Grupo Geraldo Osório, a Prefeitura de Porto Real e o Banco do Brasil, que firmaram um convênio garantindo a vinda da fábrica para Porto Real.

A Galvasud, outra empresa que demonstrou interesse pela região na mesma época, instalaria sua planta de galvanização (a primeira de três) dentro da CSN em Volta Redonda (RJ). As outras 2 plantas iriam para Mogi das Cruzes (SP), porque a CSN possui um amplo terreno nesta cidade. Antes de decidir definitivamente por Volta Redonda, os técnicos da Galvasud visitaram o município de Porto Real por saberem da instalação da planta da Peugeot-Citroën no município, uma compradora em potencial para os produtos da Galvasud. Desistiram de Volta Redonda, compraram um terreno de 150.000 m², pagaram 2 reais por cada m² e fixaram em Porto Real a 1ª planta. As outras 2 plantas que iriam para Mogi das Cruzes (SP), a de corte e a de solda a laser, vieram logo depois.

Dentre os recursos de que dispõe a fábrica da Volkswagen em Resende que nos permitem considerá-la uma das mais modernas do ramo estão sofisticadas redes e sistemas de telecomunicações de alta tecnologia. Além disso, esta fábrica, por enquanto, é a única no mundo voltada para este tipo de produção que utiliza uma nova concepção de produção, baseada na subcontratação, na terceirização e no sistema de parcerias, o chamado “Consórcio Modular”. Dizemos por enquanto porque, segundo a direção da fábrica de Resende, o sucesso do modelo foi tão grande que a matriz alemã da montadora vai usá-la como exemplo a ser copiado em outros países. O modelo deverá ser introduzido no México em 2005 e na África do Sul em 2006. Segundo o vice-presidente mundial da Volkswagen Ônibus e Caminhões:

A estratégia é buscar mercados com perfil econômico e social semelhante ao brasileiro. Vamos seguir o modelo de Consórcio Modular e o conceito de produtos sem muitos supérfluos, com uma boa relação entre custo e benefício, adequada aos países em desenvolvimento. (Antônio Roberto Cortes, vice-presidente mundial da Volkswagen Ônibus e Caminhões, no seminário “Revitalização do Rio”²⁶)

²⁶ Publicado no Jornal *O Globo*, Caderno Especial: “O Rio que nós queremos”, p. 9, 09/09/2004.



Esquema de funcionamento do Consórcio Modular Volkswagen Resende (RJ)

Empresas parceiras: Armação/estrutura – I. Maxion; Rodas – Michelin; Cabines – Delga; Pintura – Eisenmann; Acabamento – VDO; Freios e suspensão – Rockwell; Motores e transmissão – Cummins; Inspeção Final – Volkswagen

Este conceito de produção foi desenvolvido por um grupo formado por engenheiros e analistas brasileiros. No Consórcio Modular, os parceiros trabalham dentro da planta da Volkswagen e responsabilizam-se pela montagem de:

- Conjuntos completos de chassis (*lochpe/Maxion*);
- Eixos, suspensão e molas (*Meritor*);
- Rodas e pneus (*Remon-Bridgestone*);
- Caixa de câmbio e motores (*Powertrain* - consórcio entre *MWM* e *Cummins*);
- Cabines, pintura, armação (*Carese-Eisenmann* e *Delga* respectivamente), tapeçaria e parte elétrica (*VDO*).

Além dessas empresas que trabalham na montagem dos veículos, existem ainda a *Union Mantem* que cuida de toda movimentação interna da fábrica e do abastecimento da linha de montagem que segue o “Modelo Kambam”²⁷ e a *CRTS* que cuida da logística

²⁷ Sistema no qual a empresa trabalha com estoque zero e reposição imediata de peças para alimentar a linha de montagem segundo a demanda. Tudo isso é feito por meio de pedidos via Internet e fax enviados de acordo com a previsão de utilização. Em outras palavras, assim que é encomendado um veículo (caminhão ou ônibus) de um modelo específico, o pedido é encaminhado por uma rede de comunicação integrada às unidades ou células de produção (parceiras) que já verificam a disponibilidade de material para atender àquela demanda. Caso haja necessidade, o pedido da(s) peça(s) é feito imediatamente à fornecedora e chega até a

externa. Esta parceria inédita permite que a Volkswagen concentre maior atenção nas atividades de engenharia do produto, garantia de qualidade do produto final e atendimento ao consumidor.



Montagem dos chassis Volkswagen – Método Kam-Bam de reposição de estoque

Resende (RJ)



Linha de produção de Caminhões – Volkswagen Resende (RJ)

Fonte: www.autointell.com/eurovaga

Como principais vantagens do consórcio modular para a “empresa mãe”, no caso da Volkswagen, temos a redução dos custos de produção e investimentos, diminuição dos estoques e redução do tempo de produção (tempo na linha de montagem), já que a fábrica trabalha por meio de encomendas tanto por parte do consumidor direto quanto por parte de concessionárias e autorizadas. Isto aumenta a eficiência e a produtividade além de evitar a perda de dinheiro com o capital parado investido em estoque de veículos prontos.

A Volkswagen emprega uma mão-de-obra bastante jovem, em média 24 anos e seu quadro total de funcionários (entre os parceiros e aqueles da própria Volkswagen) flutua entre 1500 e 2000, dependendo do ritmo de produção e demanda do mercado. Um número relativamente pequeno para uma produção que gira em torno de 65/85 veículos

linha de montagem no tempo determinado para a montagem do veículo por cada uma das empresas envolvidas.

por dia, chegando, algumas vezes a 95 veículos/dia.

Do número total de funcionários, apenas cerca de 250 a 300 são empregados pela Volkswagen, os demais são terceirizados ou, como são chamados dentro da fábrica, “parceiros”. O caso da Volkswagen é *sui generis* já que nela estas firmas não têm mais o título de “terceiras”, mas são “parceiras”, pois têm tanta responsabilidade sobre a produção quanto a marca Volkswagen, apesar do consumidor, em geral, não saber disto. Na planta da Volkswagen os espaços são demarcados e cada empresa possui sua área de trabalho dentro do grande galpão climatizado. Explicando tal arranjo, o diretor operacional da Volkswagen, Roberto Barretti, afirmou na época da instalação da fábrica: *“A idéia é essa: a casa é nossa e a mobília é de vocês”*²⁸.

Todos os funcionários da linha de produção vestem o mesmo uniforme, apesar de não pertencerem à mesma empresa, diferenciando-se apenas por um pequeno bordado no macacão com o nome da parceira. O mesmo se repete para funcionários de escritório, gerentes e engenheiros que também possuem uniformes padronizados. Estes pequenos detalhes podem parecer banais, mas criam um clima de “time” dentro da empresa que consegue com isso, realmente, um trabalho conjunto. Quem paga os salários, garante os direitos trabalhistas e têm total responsabilidade com o funcionário são as parceiras, isentando a Volkswagen de qualquer responsabilidade sobre este aspecto e reduzindo bastante seus encargos.

Limonad (2002-a) nos mostra que quanto às referidas práticas de terceirização, subcontratação, parcerias e prestação de serviços, estas foram observadas em diversas fases da produção e também em serviços de abastecimento, suporte técnico, logística e controle de estoque que passam para o interior da fábrica ou para um terreno de sua propriedade. Com isso, são terceirizados os custos sociais do trabalho e é possibilitado à planta industrial o aumento ou a diminuição do volume de pessoal sem que haja necessidade de preocupação com os encargos trabalhistas.

“Apesar da grande terceirização e sub-contratação dentro da fábrica da VW, todos os funcionários possuem vínculo empregatício, ou seja, possuem carteira assinada, recolhem impostos e fundo de garantia. Quanto aos acidentes de trabalho, a Volks não é completamente isenta de responsabilidade sobre os funcionários, apesar dos mesmos, na maioria das vezes, não serem ‘dela’.” (Entrevista com Marcela Oliveira, Relações

²⁸ Em entrevista para a *Revista Veja* de 23 de Outubro de 1996. (apud, RAMALHO e SANTANA, 2002:93)

Dentro desta “onda de terceirizações” existem casos especiais, como o da CSN que, ao ser privatizada, vislumbrou uma radical mudança no seu eixo condutor, antigos funcionários especializados (engenheiros, técnicos etc.) tornam-se prestadores de serviços, apesar de executarem as mesmas tarefas da época quando eram empregados.

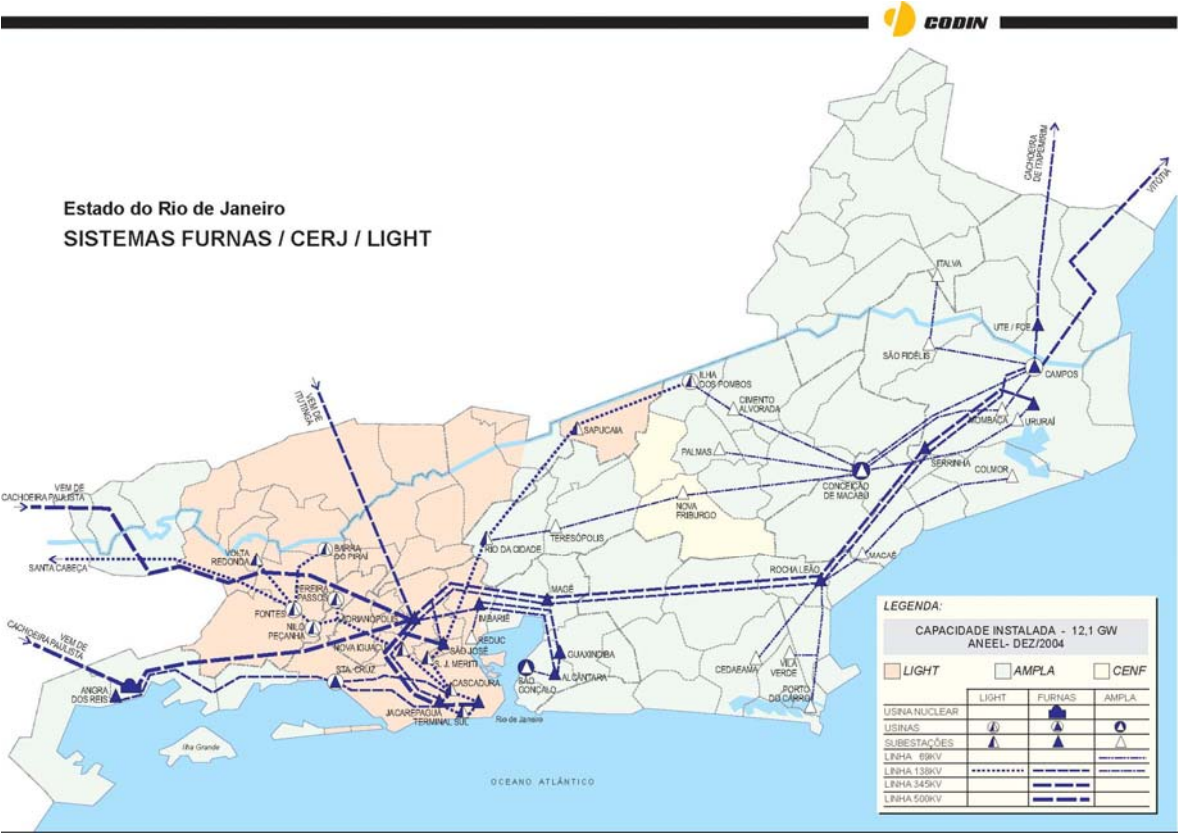
A chegada da Volkswagen começou a mudar a história e a geografia da região do Médio Vale do Paraíba Fluminense. Como pudemos entender, os maiores proprietários de terras em acordo com políticos locais “cederam” o espaço para a empresa, numa estratégia especulativa bastante positiva para todas as partes envolvidas. Segundo Ramalho e Santana (2002:88), o governo estadual entrou com sua parcela de recursos colocando à disposição da Volkswagen excepcionais condições de infra-estrutura. Segundo estes autores, foram gastos ao todo, aproximadamente 15 milhões de dólares os quais foram distribuídos da seguinte maneira:

- Uma estação de força elétrica para a fábrica no valor de US\$ 4 milhões;
- Uma linha nova de canalização de gás de 14 quilômetros no valor de US\$ 7,3 milhões;
- Uma estrada asfaltada de 3,4Km no valor de US\$ 2,3 milhões;
- Recursos para que as autoridades municipais providenciassem para a fábrica postes de luz, sinalização, água, esgoto, transporte etc. no valor de US\$ 2,1 milhões;
- Uma infra-estrutura de telecomunicações por meio de fibra ótica.

MAPA ENERGIA ELÉTRICA RJ

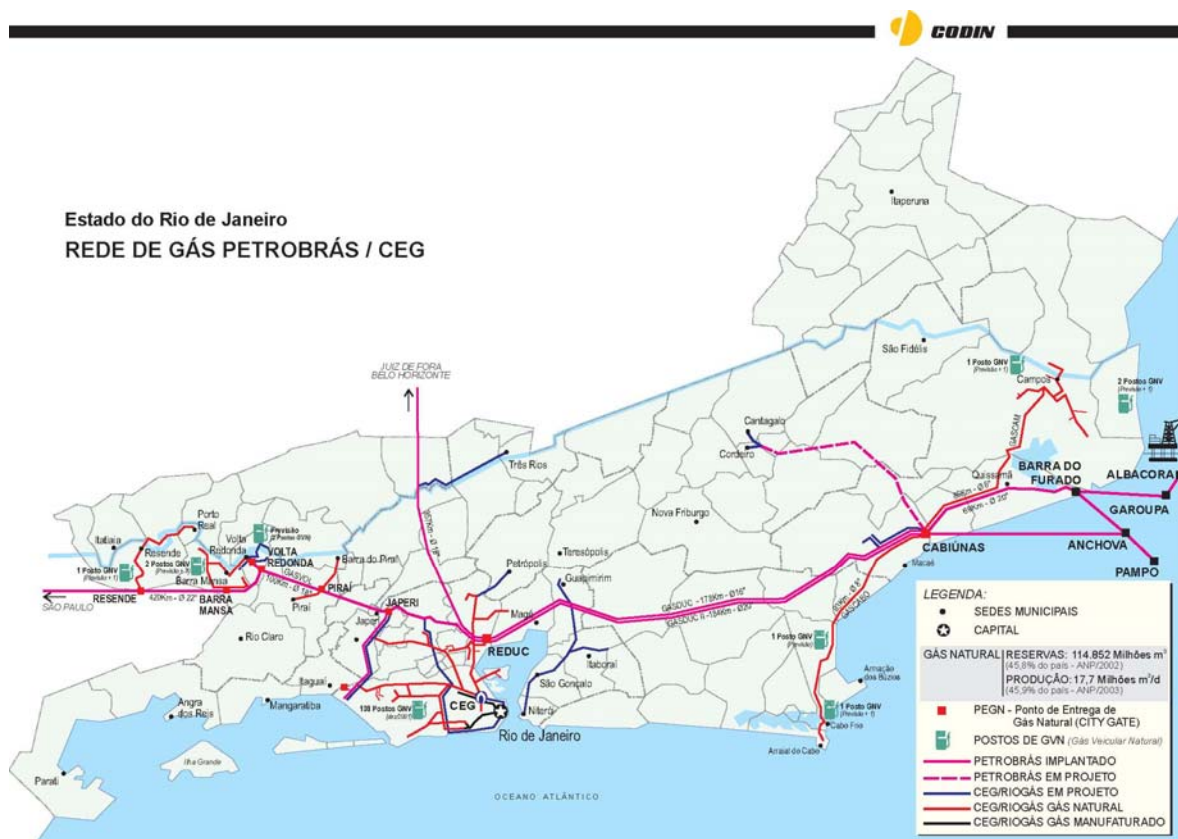
²⁹ Entrevista concedida ao grupo de pesquisa da Pro^{fa}. Dr^a. Ester Limonad (UFF) do qual fiz parte entre 1999 e 2002 juntamente com Patricia Daflon dos Santos, Patricia Milagre da Victoria, Flávia Quintaes, Mariane Bitteti

CODIN



MAPA GÁS NATURAL RJ

CODIN



Segundo o prefeito de Porto Real:

“O governo federal não deu um tostão, zero, zero, zero... [O investimento] Foi feito pelo estado do Rio de Janeiro que colocou, principalmente, o acesso da Volkswagen.

*Nada, praticamente nada, absolutamente nada. Nem o terreno ela [a prefeitura de Resende] deu, quem deu foi o Lula. Todas as negociações foram conduzidas pela Beth, irmã do Lula. (...) Resende não tem participação nenhuma (...).” (Sr. Sérgio Bernardelli, **Prefeito de Porto Real**, entrevista em Janeiro 2001³⁰)*



Fábrica da Volkswagen Ônibus e Caminhões – Resende (RJ)

Fonte: www.autointell.com/european-companies/volkswagen

Depois da Volkswagen, foi a vez de outra multinacional aterrissar no Sul Fluminense, a *Guardian do Brasil*, um grupo americano que fabrica vidros planos flexíveis (toda a parte de fibra de vidro, plástico, vidros e espelhos do automóvel), o segundo maior do mundo em seu ramo e que, nesta região, instalou sua mais moderna fábrica que ocupa uma área de 46 mil metros quadrados. Ela emprega aproximadamente 600 funcionários, informações que conseguimos coletar com um funcionário da guarita (firma de segurança terceirizada), já que a fábrica muito raramente permite visitas ou concede entrevistas,

³⁰ Entrevista concedida ao grupo de pesquisa da Pro^{fa}. Dr^a. Ester Limonad (UFF) do qual fiz parte entre 1999 e 2002 juntamente com Patricia Daflon dos Santos, Patricia Milagre da Victoria, Flávia Quintaes, Mariane Bitteti e Felipe Cruz Mendonça.

segundo eles, por trabalhar com materiais e resíduos muito tóxicos.

Esta empresa funciona 24 horas por dia em quatro turnos e exporta 20% de toda sua produção. A Guardian trouxe mais movimento para os portos do Rio de Janeiro e de Sepetiba, além de atrair para o Estado uma grande mineradora que vai extrair areia de Sepetiba para a produção de vidro. Os funcionários desta empresa também trabalham em grande parte sob terceirização. Segundo um dos funcionários, existe na empresa uma grande quantidade de empregados ainda não efetivados que são mão-de-obra temporária. Estes trabalhadores também pertencem à própria região e vão para o trabalho com transporte pago pela empresa (ônibus e vans), já que moram em municípios vizinhos.

A *Peugeot-Citroën*, inaugurada em 2001 veio, de fato, coroar o processo de reestruturação e reterritorialização no Médio Vale do Paraíba Fluminense. Esta fábrica ocupa uma área de 2 milhões de metros quadrados³¹ em um município com uma área de 51 quilômetros quadrados; o que significa que juntamente com seu pólo de fornecedoras e prestadoras de serviços (o chamado *tecnopólo PSA* que não é fornecedor exclusivo da Peugeot-Citroën, mas está preparado para atender outras indústrias), esta empresa ocupa cerca de 5% do território do município de Porto Real.

³¹ “Ao contrário da Volkswagen, a Peugeot-Citroën adotou a estratégia de trazer para perto de si a sua rede de fornecedores. Beneficiadas pela doação de terrenos contíguos ao da montadora, essa oportunidade propiciou a formação de um cinturão de empresas para atender às demandas da produção (...)” (Ramalho e Santana 2002:90) Esta associação e cooperação entre a montadora e suas fornecedoras recebe o nome de *Grupo PSA Peugeot-Citroën*. Ocupa uma área total de 2 milhões m², 1 milhão da própria Peugeot e 1 milhão das fornecedoras em um terreno imediatamente vizinho, separado do primeiro unicamente por uma pequena estrada recém-asfaltada.



Linha de Montagem do *Citroën C3*, Peugeot-Citroën – Porto Real (RJ)

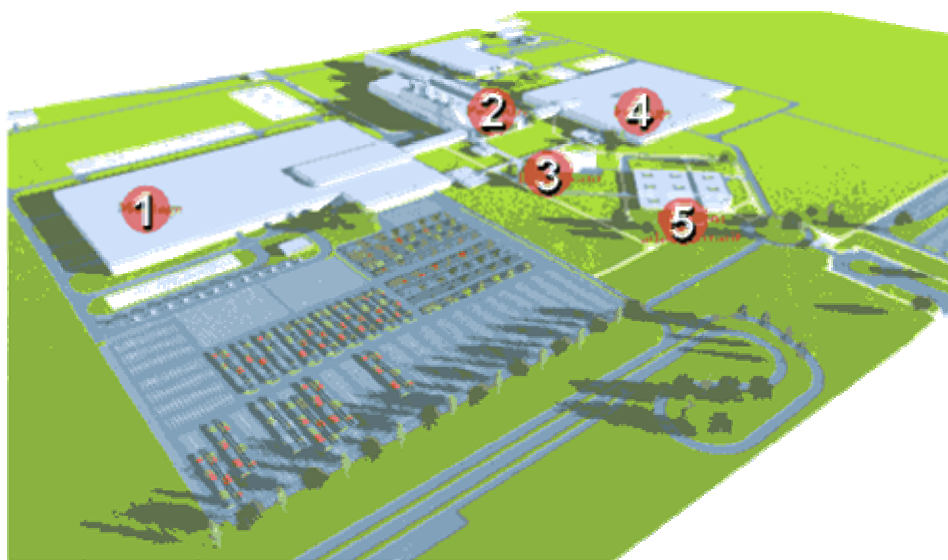
Fonte: www.autointell-news.com/peugeot



Linha de Montagem *Xsara Picasso*, Peugeot-Citroën – Porto Real (RJ)

Fonte: www.autointell-news.com/peugeot

A Peugeot-Citroën emprega hoje uma média de 1300 funcionários, além de 650 prestadores de serviços (terceirizados) no seu tecnopólo (Grupo PSA). Somente a fase de construção da fábrica aumentou a arrecadação de ISS da Prefeitura de Porto Real em 4 milhões de reais no ano de 2000. Como podemos ler na declaração do prefeito de Porto Real: “O aumento [na arrecadação municipal] foi de 300%, ou seja, 3 vezes o valor. O orçamento de 97 foi de 4 milhões e o orçamento de 2000 foi de 12 milhões.” Segundo informações da Secretaria de Fazenda de Porto Real³², em 2003 este número passou para 42 milhões.



Planta da Peugeot-Citroën, Porto Real (RJ)

1 – Montagem

2 – Pintura

3 – Restaurante

4 – Acessórios e acabamento

5 – Administração

Fonte: www.autointell-news.com/peugeot

Antes mesmo da instalação da Peugeot-Citroën em Porto Real, a CSN, em uma parceria com o grupo *Thyssen Krupp Stahl*, uma siderúrgica alemã, instalou no mesmo município uma unidade de galvanização de chapas de aço para serem utilizadas em carrocerias de automóveis, a *Galvasud*. Nesta parceria, a CSN se

³² Entrevista com a Secretária de Fazenda em 2004, Sr^a Ilka.

responsabiliza pelo fornecimento de matéria-prima, enquanto a multinacional se responsabiliza pela tecnologia de produção.



Fábrica da Galvasud – Porto Real (RJ)

Foto: Tatiana Tramontani Ramos

O que podemos observar após estes exemplos de como se manifesta o processo de reestruturação no Sul Fluminense é a emergência de um tipo distinto de espaço industrial. Segundo Limonad (2002-a), ao contrário de outros lugares que apresentavam uma industrialização prévia, de caráter fordista e que tenderam e tendem a uma perda da vocação industrial anterior (fordista), no Médio Vale do Paraíba Fluminense a indústria ainda constitui um fator de crescimento e desenvolvimento econômico, com base tanto em setores tradicionais (como siderurgia, alimentos e bebidas), quanto na produção de bens com alto conteúdo tecnológico (como veículos auto-motores e indústrias ligadas ao ramo da química fina).

O processo de reestruturação pelo qual passa a região em questão apresenta algumas especificidades, como:

- “A reestruturação observada nesta região não encontra-se disseminada como nos países centrais” (LIMONAD, 2001), isto é, ainda convivem nesta região novos (com a utilização de tecnologia de última geração) e antigos (vinculados a um sistema de produção vertical como no modelo fordista) modelos produtivos e isso não tem atrapalhado o crescimento dos investimentos na região.
- Apesar do grande número de empresas instaladas na região nos últimos anos, “o crescimento no quadro de empregos não correspondeu ao que se esperava ou ao

que se anunciava de um processo de re-organização econômica tão marcante” (LIMONAD, 2001). Como veremos no próximo capítulo.

- “Perduram relações de trabalho regulamentadas, ou seja, trabalho formal” (LIMONAD, 2001), mesmo sendo a maior parte dos empregados em empresas da região terceirizados, temporários ou parceiros. Uma das estratégias que mais destaca estes novos modelos produtivos como o apresentado pela Volkswagen, Peugeot-Citroën e Guardian do Brasil dos demais é a descentralização na contratação dos funcionários. Se antes dizíamos que a terceirização era uma “tendência do mercado” e uma promessa nos novos modelos de produção, hoje podemos dizer que ela é um fato. Se antes ela se dava apenas em setores secundários nas indústrias de grande porte, isto é, setores que não estavam diretamente vinculados à produção, como setor de limpeza, conservação e manutenção geral, alimentação, marketing/publicidade, segurança, transporte para os funcionários, saúde, hoje, a terceirização está em praticamente todos os setores.
- Apesar de se manter, em alguns casos, a *segmentação do mercado de trabalho*³³ típica do fordismo, principalmente nos “municípios em que predominam indústrias do ramo tradicional, como Volta Redonda, Barra Mansa e Barra do Piraí” (LIMONAD, 2001), a segmentação interna do mercado de trabalho - segmentação nas fábricas - já pode ser observada em alguns casos, principalmente nas plantas de última geração. Nestas, há uma redução no volume de pessoal contratado diretamente pela planta industrial, o que permite o controle de custos a partir do número de pessoas contratadas, não a partir dos salários, como ocorria no fordismo. Podemos observar neste tipo de empresa um núcleo com trabalhadores polivalentes, que pode-se chamar de *core*, seguindo por um anel de trabalhadores semi-qualificados, prestadores de serviços, firmas subcontratadas, temporários e autônomos.
- Quanto ao tipo de mão-de-obra empregada nas novas empresas da região observou-se que os trabalhadores devem ser, na maior parte dos casos, qualificados e polivalentes, isto é, capazes de cumprir múltiplas tarefas em diversos pontos do processo de produção. A polivalência e a qualificação dos trabalhadores reflete-se na divisão técnica do trabalho e faz com que deixe de haver uma demarcação de tarefas e atribuições.

3 - Capital, trabalho e Estado: Economia Política de Resende e Porto Real no

³³ Para maiores detalhes voltar ao capítulo 1.2.

estado do Rio de Janeiro

Neste capítulo, tentaremos avaliar como a chegada dos novos investimentos e empreendimentos industriais à região do Médio Vale do Paraíba Fluminense contribuíram com mudanças na economia e na política da região na última década. Tais transformações contribuíram para a coexistência de antigos e novos modelos de produção dentro da região do Médio Vale do Paraíba, assim como para a alteração da geografia da região.

Veremos que, apesar da reestruturação da produção local, a economia flexível ainda não é um processo hegemônico dentro dos municípios em foco na região e isto ganha destaque principalmente quando ressaltamos a “qual lado” desta reestruturação estamos nos referindo. Veremos no decorrer do capítulo que o que entendemos por reestruturação produtiva, apesar deste ser um conceito bastante discutido e debatido especialmente nas ciências econômicas, não é uma via de mão única e nem mesmo possui um único campo de ação, a empresa. A reestruturação se dá tanto para aqueles que vamos chamar “os de cima”, isto é, os grandes empresários e grupos de investidores em associação com órgãos públicos e com o governo, quanto para “os de baixo”, trabalhadores, pequenos comerciantes, moradores.

Para nós a forma como a reestruturação vai atingir cada um destes grupos e as conseqüências que ela vai trazer para ambos terá pontos de diferenças e antagonismos marcantes que justificam a nossa discussão acerca da des-territorialização para ambos os lados. Enquanto a des-territorialização para “os de cima” ganha um status e liberdade, flexibilidade, avanço tecnológico e desenvolvimento, pois que está amarrada ao entendimento da des-territorialização como simples deslocalização de empresas e negócios de acordo com as condições e vantagens do mercado, para “os de baixo”, esta des-territorialização está bastante enraizada em uma precarização do trabalho e da vida que se tornam por demais incertos.

Grande parte do nosso interesse em discutir o processo de des-territorialização neste primeiro caso, é demonstrar o equívoco com que muitas vezes este termo é empregado. O que motiva o presente trabalho é justamente a discussão da des-territorialização para o segundo grupo, este sim, parte do processo de destruição e reconstrução de territórios, já que estes trabalhadores e moradores da região são

parte integrante deste território.

As relações de interesses entre o Capital, o Estado e a sociedade serão ferramentas deste nosso enfoque no capítulo, visando entender a forma como estes se articulam e contribuem para novos arranjos aos níveis local e regional. Desta maneira, veremos que esta “nova” geografia da produção industrial parte de uma visão de conjunto onde a economia e a política contribuem, de forma indissociada, para a territorialidade local que se faz na relação empresa-Estado-sociedade.

3.1 - Transformações econômicas recentes no Estado do Rio de Janeiro, na Região do Médio Vale do Paraíba Fluminense e Municípios de Resende e Porto Real.

Até o início da década de 1990, as atividades do ramo de transformação que

mereciam maior destaque na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, diziam respeito, principalmente, à indústria siderúrgica, metalúrgica e de construção civil (olarias, fábricas de cerâmicas, etc.) que, com exceção da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, fruto do governo Vargas, localizada em Volta Redonda - RJ, correspondiam a uma parcela diminuta do Produto Interno Bruto da região, representado de maneira bem mais expressiva pelo setor primário, como vimos no capítulo anterior, a respeito dos períodos e ciclos de atividades que movimentaram o Sul Fluminense desde o início do século XVII até o século XX.

A partir de 1994/1995, data da chegada da Volkswagen Ônibus e Caminhões ao município de Resende, no Médio Vale do Paraíba Fluminense, começa-se a vislumbrar mudanças nestes dados. O PIB do Estado do Rio de Janeiro, de maneira geral, experimentou um aumento significativo de 1996 para 2000, saltando de aproximadamente R\$ 89 bilhões em 1996, para R\$ 147 bilhões em 2000³⁴, o que significa um aumento de 64% no período. Neste período, verifica-se incremento em alguns setores, contudo, nem todos os “crescimentos” observados possuem relevância econômica na composição do PIB. Os setores que vão se mostrar realmente relevantes neste sentido serão o de *comunicações*, *comércio* e *indústria extrativa e de transformação*. Como podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 1

Variação real do PIB no Estado do RJ (1996-2000)

SETOR	VARIAÇÃO
Distribuição de Gás	59%

³⁴ De acordo com os dados da *Secretaria Geral de Planejamento do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro* - TCERJ (1997-2001).

Energia Elétrica	34%
Água e Esgoto	- 11%
Transporte Hidroviário	124%
Transporte Ferroviário	43%
Transporte Aéreo	19%
Transporte Rodoviário	- 1%
Instituições Financeiras	- 4%
Comunicações	143%
Construção Civil	- 8%
Agropecuária	- 8%
Administração Pública	- 25%
Comércio	1%
Aluguel	- 4%
Prestação de Serviços	- 3%
Indústria Extrativa e de Transformação	78%

FONTE: *Estudo socioeconômico 1997-2001*, Tribunal de Contas do Estado do RJ (TCERJ).

De acordo com a tabela, houve um aumento expressivo no setor de comunicações que atingiu 143%. Tal aumento pode ser explicado pela privatização das antigas *Telerj* e *Embratel* e pela implantação de empresas de telefonia móvel celular no estado, *ATL* e *Telefônica*, atuais *Claro* e *Vivo*, respectivamente. Por isso, talvez haja uma tendência de redução do ritmo de crescimento deste setor em virtude do nível de cobertura já atingido pelas empresas envolvidas.

O setor de comércio chama atenção por seu reduzido crescimento (1%) em comparação com o aumento da população do estado que foi de 4% no mesmo período³⁵. Isto indica, talvez, uma situação de retração do poder aquisitivo da população do estado.

O setor industrial (extrativo e de transformação) foi o que apresentou, no período, um dos crescimentos mais expressivos, graças ao crescimento recorde de

³⁵ IBGE - Censo Demográfico de 2000.

442% na produção de petróleo no estado. Se não fosse considerada a produção petrolífera na plataforma continental, o nível de crescimento cairia dos 78% apurados pelo TCERJ, para um resultado negativo de -2%.

Em resumo, o PIB do estado do Rio de Janeiro teve um aumento real de 14,5% entre 1996 e 2000. Quando não levamos em consideração a produção petrolífera na Bacia de Campos, este resultado cai para um crescimento negativo de -0,4%, revelando que o "desenvolvimento" da economia do Estado se deu de uma forma muito setorizada e que mesmo os processos de privatização e reestruturação de alguns setores, principalmente quando no referimos à indústria e a alguns serviços, não foram suficientes para alavancar sozinhos um surto de crescimento, como aconteceu com a indústria petrolífera.

Os dados a seguir comparam a contribuição das regiões fluminenses para o PIB estadual em 2000 com e sem a participação da *Capital* e da plataforma continental da *Bacia de Campos*.

Tabela 2

Participação das Regiões Fluminenses no PIB em 2000

REGIÃO	Participação no PIB com a capital e a Bacia de Campos	Participação no PIB sem a capital e a Bacia de Campos
Região Metropolitana	68%	51%
Noroeste Fluminense	1%	3%

Norte Fluminense	2%	7%
Região Serrana	3%	10%
Baixas Litorâneas	2%	5%
Médio Paraíba	6%	20%
Centro-Sul Fluminense	1%	2%
Baía da Ilha Grande	1%	2%
Bacia de Campos	16%	0%
TOTAL (em Reais)	R\$ 147 bilhões	R\$ 45 bilhões

FONTE: *Estudo socioeconômico 1997-2001*, Tribunal de Contas do Estado do RJ (TCERJ).

Como podemos perceber pela tabela, a Capital e a produção petrolífera da Bacia de Campos detêm uma participação relevante no PIB estadual. Juntas, estas regiões representam cerca de 70% do PIB no ano 2000. Depois da região Metropolitana e da Bacia de Campos, a região que mais contribuiu para o PIB do estado do Rio de Janeiro foi a região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, com 6% de participação quando computadas a capital e a Bacia de Campos e 20% de participação quando não computadas as anteriores.

Dentro da região do Médio Paraíba, os municípios que mais contribuem para o PIB são Volta Redonda, com 41%, Resende, com 18,6% e Barra Mansa, com 13,5%. Os municípios que mais sentiram o processo de reestruturação produtiva e que receberam várias indústrias entre 1995 e 2001, foram Resende³⁶ e Porto Real³⁷, visto que a entrada de empresas de grande e médio porte na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense e principalmente nestes municípios foi expressiva no período. Além disso, Porto Real pode ser considerado, também, uma consequência do mesmo processo, já que sua emancipação de Resende teve como importante catalisador (como vimos no capítulo 2) a vinda do Grupo PSA Peugeot-Citroën para o município a reboque de outras empresas que já estavam instaladas ou em fase de negociação na região, desta forma, tais fatores contribuíram de forma decisiva para a emancipação do município.

De acordo com a FIRJAN, até 1989 havia em toda a região aproximadamente

³⁶ A Volkswagen e mais as sete parceiras do "Consórcio Modular".

³⁷ A Guardian do Brasil, a Galvasud, a Peugeot-Citroën e mais as nove parceiras que compõem o seu tecnopólo e formam, com ela, o Grupo PSA.

5.000 empresas dos mais diversos tamanhos e ramos de produção, em sua maior parte relacionadas à metalurgia, transportes e construção civil, como já salientado. De 1990 até 1994 foram instaladas 4.999 empresas nestes municípios, isto é, o número praticamente dobrou em quatro anos³⁸ e, após 1995, outras 3.396 dos setores de comércio e serviços foram abertas segundo dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN (ver tabela 1, capítulo 2, item 2.2).

A partir de 2000, os setores da economia que passaram a contribuir de forma mais expressiva para o PIB municipal em Resende e Porto Real foram a *indústria de transformação*, as *prestações de serviços*, os *aluguéis* e os *transportes e comunicações*, como podemos observar a seguir:

Tabela 3

Composição do PIB municipal em 2000: Resende e Porto Real

SETOR	RESENDE		PORTO REAL	
	Percentual de participação no PIB	Ordem de importância	Percentual de participação no PIB	Ordem de importância
Indústria de Transformação	70%	1º	59%	1º

³⁸ Os dados da FIRJAN não mostram quantas empresas foram fechadas no mesmo período para que tenhamos a idéia do crescimento real.

Comércio Atacadista	0%	8º	0%	8º
Comércio Varejista	2%	6º	1%	7º
Construção Civil	5%	4º	3%	5º
Serviços Ind. de Utilidade Pública	2%	6º	2%	6º
Transporte e Comunicações	6%	3º	7%	4º
Intermediação Financeira	1%	7º	0%	8º
Administração Pública	2%	6º	2%	6º
Aluguéis	8%	2º	6%	3º
Prestação de Serviços	4%	5º	19%	2º
Extração Mineral	0%	8º	0%	8º
Agropecuária	0%	8º	1%	7º

FONTE: *Estudo socioeconômico 1997-2001*, Tribunal de Contas do Estado do RJ (TCERJ).

De acordo com as tabelas, ambos municípios tiveram como destaque na composição de seu PIB a participação da indústria de transformação, com 70 e 59%. No caso do município de Resende, notamos uma importância da participação dos aluguéis nesta composição.

Em trabalho de campo, fomos informados de um expressivo aumento nos preços dos aluguéis e do valor dos imóveis no município de Resende, segundo três corretores de imóveis de três imobiliárias distintas. Um deles informou:

“A partir de 1995, o preço dos imóveis subiu muito em Resende, mas agora vem decaindo novamente. Houve uma expectativa muito grande em cima da vinda dessas empresas para cá e os proprietários começaram a se mudar para colocar suas casas para alugar... com isso o mercado ficou saturado. Só que acabou não havendo essa procura toda que o mercado imobiliário aguardava, então os preços estão caindo de novo.” (Entrevista com Sr. Rogério, corretor de imóveis - Condial Imobiliária, em julho de 2004)

As pessoas que trabalham no ramo imobiliário no município de Resende relacionam esta elevação de preços de aluguéis e imóveis diretamente à entrada das novas indústrias em Resende e Porto Real, tanto que relatam como marco desta mudança o ano de 1995, um ano após a chegada da Volkswagen a Resende. Havia uma crença entre os moradores e donos de imóveis no município de que a vinda das indústrias e a possível chegada de outras trariam muitas pessoas “de fora” para trabalhar em Resende e Porto Real. Isto levou, então, a uma especulação imobiliária que fez com que os preços subissem demasiadamente, demonstrando uma

interessante participação destes novos empreendimentos na especulação em cima de valores dos terrenos na região. Quando estas empresas chegaram aos municípios da região, especialmente Resende aqui destacado, o efeito sobre o território foi quase imediato, ou melhor, ele precedeu, em alguns momentos, até mesmo a chegada destas empresas, pois a valorização e a especulação começam a acontecer antes mesmo das inaugurações. O tipo de relação que passa a ser dar entre a população local, os que vêm de fora e o território ganha uma nova forma de regulação. Os moradores locais que possuem imóveis almejam a possibilidade de tirar vantagens deste momento, investindo em aluguel e venda de imóveis. Já aqueles que não os possuem, são obrigados, muitas vezes, a migrar para a periferia da cidade devido ao aumento dos preços dos aluguéis e serviços nas áreas mais centrais e, por isso, mais “nobres” da cidade.

Toda essa re-organização do espaço nos municípios através da venda e compra de terrenos por parte de moradores, empresários locais e pessoas que começavam a chegar à região gerou, inclusive, um desgaste para as relações entre os municípios de Resende e Porto Real:

Todo esse processo gerou desgastes na relação entre as administrações dos dois municípios que perduram até hoje. Em primeiro lugar, porque há uma disputa óbvia entre ambos, já que a localização do parque industrial de Resende é próxima, a rigor, ao lado, da área industrial de Porto Real. Isso acirra a disputa mediante concessões fiscais às empresas que querem se instalar na região. Em segundo lugar, como agravante, há o fato de que grande parte das terras localizadas ao longo da rodovia Presidente Dutra, no município de Resende, pertence ao Grupo Porto Real, o que motivou a prefeitura de Resende, a declarar urbanas as terras ao longo da rodovia, afim de estabelecer ali a cobrança de IPTU³⁹ com alíquotas progressivas, caso essas terras não sejam ocupadas. O objetivo disso é assegurar que o preço das terras não será valorizado demasiadamente e obrigar ao grupo Porto Real vendê-las a preços de mercado. (OLIVEIRA, 2003:163)

Contudo, segundo os próprios corretores locais, o retorno não foi o esperado. O número de empregos gerados na região não chegou nem próximo ao anunciado na época das negociações com a Volkswagen⁴⁰ e, além disso, muitos desses empregos

³⁹ Para o município de Resende foi vantajoso declarar urbanas as terras ao longo da rodovia, pois o IPTU (Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana) é um imposto recolhido e arrecadado pelo município, enquanto o ITR (Imposto sobre a propriedade territorial rural) é federal, sendo a União obrigada a repassar para os municípios 50% do valor arrecadado relativamente aos imóveis neles situados, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988 (Sobre o IPTU - Título VI, Capítulo I, Seção V, Art. 156, Inciso I; sobre o ITR - Título VI, Capítulo I, Seção III, Art. 153, Inciso VI; Seção VI, Art. 158, Inciso II).

⁴⁰ Durante este período, quando eram governador e secretário de indústria, respectivamente, Marcelo Alencar e Ronaldo César Coelho, chegou-se a divulgar na imprensa uma estimativa de 10.000 (dez mil)

estão estabelecidos por contratos temporários de trabalho, o que reduz ou, pelo menos, delimita o tempo de permanência do funcionário na cidade. Como relata o próprio corretor de imóveis:

Na verdade, os franceses da Peugeot, por exemplo, quando chegam eles têm que se instalar de imediato, então eles procuram um hotel ou apart e ficam um mês no máximo. Mas do hotel eles já partem para um imóvel fixo, com um contrato mais longo e se mudam para cá... Com contratos temporários, vem uma turma, fica dois, três anos, aí volta de novo, vem outra e assim por diante... e vão fazendo esse rodízio. No início de 1998, na construção do canteiro de obras da Peugeot, o mercado teve uma inflação forte devido à vinda de diversas famílias. Só que eles tinham um tempo curto, tipo dois anos. Então venciam o contrato lá [na empresa] e eles rescindiam aqui [na imobiliária] e iam embora... E aqui, a mão-de-obra dessas indústrias, a parte qualificada vem de fora. Então, para a região, ficou a parte pequena... (Entrevista com Sr. Rogério, corretor de imóveis - Condial Imobiliária, em julho de 2004)

Quando perguntamos se o mesmo ocorre em Porto Real, isto é, se houve um aumento comparável ao registrado em Resende com relação a este setor, a resposta foi positiva. Porém, em Porto Real houve um aumento significativo dos preços dos terrenos, devido à grande procura que passou a existir por parte de outras indústrias interessadas em se instalar na região, como podemos perceber pela declaração do próprio Prefeito de Porto Real:

O que nós demos para a Peugeot-Citroën é fundamental: Primeiro foi uma área de 2 milhões de m², doado não pela prefeitura, mas sim pelo Grupo Porto Real, que deu também 2 milhões de m² para a Volks. [A área] É privada, é do Sr. Luís Eduardo Monteiro da Costa, o Lula. (...) Nós participamos ativamente, quando eu era funcionário do Grupo Coca-Cola por 34 anos, nas negociações para a vinda da Volks. (...) na negociação da Peugeot-Citroën nós dissemos: Nós vamos dar 2 milhões de m² para vocês virem e mais 1 milhão de m² para vocês trazerem as suas fornecedoras (...) eu me lembro, foi no dia 14/06/1995, nós sentamos e decidimos que a área da Volks é essa, martelo fechado (sic). (...) Todo processo da vinda da Peugeot foi comandado quando o governador era o Marcelo Alencar. (...) O proprietário tem 35 milhões de m², ele doou 5 milhões de m² e ficou com 30. Mas ali é um ponto estratégico, porque um terreno que valia 1 real o m², da noite para o dia, passa a valer 10 reais o m². Óbvio! Concorde? E ainda desperta nos outros empresários a vontade de vir se estabelecer em Porto Real. Aí não tem terreno para dar, se quiser compre. Nós agora começamos a exigir. Um homem de visão, de negócios. Do jeito que estava ia ficar 1 real o m², do que adianta? Eu tenho um monte de terra, um patrimônio extraordinário, mas não vale nada, pó... O Comendador Geraldo Osório vendeu para a Galvasud 150 mil metros quadrados a 2 reais, o que deu 300 mil. Agora não vende por menos que 15 reais o m². E aí?" (Sr.

Sérgio Bernardelli, Prefeito de Porto Real, entrevista em Janeiro 2001⁴¹)

Por meio desta declaração entendemos a estratégia político-territorial utilizada pelos grandes proprietários de terra da região para valorizar e aumentar a procura por terrenos para novos investimentos. Terrenos que antes possuíam baixo valor de mercado tiveram um aumento de 1000% ou mais e passaram a ser disputados por novos investidores interessados em se instalar no local. Isto graças não só à presença de grandes empresas como a Volkswagen, mas aos importantes investimentos em infra estrutura realizados nestes terrenos por parte dos governos estadual e municipal, como a construção de estradas de acesso às fábricas que cortam todos os terrenos, obras para instalações elétricas, de gás natural e de cabos de fibra ótica, além de rede de telefonia fixa e móvel. Tudo isso contribuiu, como dissemos, para a valorização das terras e conseqüentemente para que estes proprietários tenham feito um ótimo negócio ao “doar” partes de suas propriedades para os novos empreendimentos, já que o retorno foi bastante vantajoso.

No entanto, o mesmo não ocorreu com os imóveis residenciais, como em Resende. A justificativa para este fato, segundo os corretores imobiliários de Resende, é que as pessoas que vêm de mudança para esta região por motivo de trabalho nas fábricas acabam preferindo Resende a Porto Real, devido à infra-estrutura urbana deixar muito a desejar no segundo. Para os moradores de Resende, “Porto Real ainda é muito dependente de Resende”:

Parece que Porto Real melhorou mais, cresceu mais... Mas, na verdade, eles vivem muito em função de Resende. Eles trabalham lá e moram aqui. Resende é tudo para eles...hospital, escola, comércio... Inclusive Itatiaia. Itatiaia é emancipada também, mas hoje a referência deles é Resende, tudo é aqui, cartórios, bancos... (Entrevista com Sr. Rogério, corretor de imóveis - Condial Imobiliária, em julho de 2004)

Porto Real é uma cidadezinha nova que vai crescer, e está crescendo. Mas ainda é muito dependente de Resende... médicos, hospital, cursos, colégios... é tudo aqui! (Entrevista com Sr. Dílson, bancário aposentado, em julho de 2004)

Além disso, existe um problema de moradia em Porto Real que está relacionado a esta carência em infra-estrutura urbana e outros problemas ligados aos instrumentos de gestão urbana, extremamente deficientes neste município.

⁴¹ Entrevista concedida ao grupo de pesquisa da Prof^a. Dr^a. Ester Limonad (UFF) do qual fiz parte entre 1999 e 2002 juntamente com Patrícia Daflon dos Santos, Patrícia Milagre da Victoria, Flávia Quintaes, Mariane Bitteti e Felipe Cruz Mendonça.

Segundo Silva (2005:22,23),

A Constituição de 1988 outorgou aos municípios brasileiros maior autonomia financeira, reforçando sua importância na prestação de serviços públicos para as populações locais. O problema, entretanto, é que este avanço se deu mais na base do aumento das transferências constitucionais de recursos do que na ampliação de capacidade tributária dos próprios municípios. Isto criou uma série de distorções, não apenas entre as exigências de prestações de serviços e a quantidade de recursos disponibilizados pelas transferências, como também entre esta disponibilidade de recursos e a capacidade efetiva de administrá-los. Aos impasses da legislação, que sem dúvida representam um obstáculo importante ao desenvolvimento dos municípios, devemos agregar, porém, os impasses derivados da ausência flagrante – neste âmbito municipal – de perspectivas de desenvolvimento local que não se restrinjam à provisão de serviços básicos, mas que sejam capazes de incidir sobre as próprias determinantes econômicas, isto é, sobre as próprias dinâmicas empresariais de crescimento e acumulação de capital.

Situação comum entre os municípios citados no presente trabalho, especialmente Porto Real. Sua administração demonstra grande afinco em se tratando de “empreendedorismo” e atração de investimentos para o município sendo esta a justificativa do ex-prefeito (Sr. Sérgio Bernardelli – PSDB) para os aumentos extraordinários nos níveis de arrecadação do município, justificando, talvez, sua reeleição em 2000 e a eleição de um coligado (Jorge Serfiotis – PFL) em 2004.

Segundo informações do TCERJ (2001), a Constituição de 1988 também tornou obrigatórios alguns instrumentos básicos de planejamento, como o *Plano Plurianual*⁴², a *Lei de Diretrizes Orçamentárias*⁴³ e a *Lei Orçamentária Anual*, orientada pela anterior. Além destes, outros instrumentos que não são compulsórios, mas “desejáveis” como o *Plano de Governo* e o *Planejamento Estratégico* que fazem parte dos planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos pela Constituição, elaborados em consonância com o Plano Plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional. O objetivo do primeiro é apresentar propostas da administração, enquanto o segundo visa dar continuidade a tais propostas, planejar e executar

⁴² “Estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”. (Constituição de 1988, Título VI, Cap. II, Seção II, Art. 165, Inciso I).

⁴³ “Compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política da aplicação das agências financeiras oficiais de fomento”. (Constituição de 1988, Título VI, Cap. II, Seção II, Art. 165, Inciso II).

ações, além de avaliar os seus impactos. O município de Porto Real possui Plano de Governo, contudo, não possuía até 2002 um Plano Estratégico, isto é, não possui estratégias para colocar em prática as “propostas” da Administração.

Com relação aos instrumentos de gestão urbana, Porto Real não possui Plano Diretor e não tem Lei de Perímetro Urbano, que são importantes instrumentos para delimitação de área de cobrança de IPTU municipal e ITR federal. Porto Real não tem Lei de Parcelamento do Solo, dispositivo que deve estabelecer os padrões urbanísticos mínimos para a implantação de loteamento urbano, tais como sistema viário, equipamentos urbanos e comunitários, áreas públicas, bem como a responsabilidade dos agentes privados e do poder público, tipificando crimes urbanísticos. O município tem Lei de Zoneamento de 1997, porém não possui legislação sobre áreas de interesse especial e áreas de interesse social, como áreas de risco e favelas. Finalmente, Porto Real não tem Código de Obras, não tem Código de Posturas, nem outros instrumentos de planejamento, mas possui Cadastro Imobiliário e Planta de Valores. Tudo isso torna difícil um panorama sério da real situação urbana do município já que a maior parte dos instrumentos de regulam e delimitam intervenções e posturas urbanas não existem e aqueles que existem estão voltados para a regulação das formas de cobrança de impostos e valorização das terras que abrigarão novas indústrias e empreendimentos, algo com que o governo municipal parece se preocupar bastante. Enquanto isso, lê-se a seguinte declaração nos jornais:

Proprietária do supermercado Lulinha, Maria de Fátima Campbell, é uma das que reclamam da carência de moradia na região. Seu comércio existe há 16 anos. “O crescimento bom começou há uns cinco anos”, lembra a empresária. Ela informatizou sua loja e crê no aumento da população, mas lembra que os que vierem não terão onde se alojar. (...) Segundo Kátia Pineschi, gerente do restaurante Trattoria d'Itália, o público acaba preferindo ir para as cidades vizinhas de Itatiaia e Resende que já possuem estruturas de moradia e lazer. (Jornal do Brasil, 28/01/2001⁴⁴)

Este fato é confirmado quando comparamos os municípios em termos de alguns serviços e equipamentos urbanos

Tabela 4

Indicadores de serviços e equipamentos urbanos em Resende e Porto Real

⁴⁴ JB on line, www.jb.com.br, pesquisa em 20/09/2004.

INDICADOR	RESENDE	PORTO REAL
Agências de Correios	8	2
Agências Bancárias	11	1
Estabelecimentos Hoteleiros	25	3
Equipamentos Culturais (cinema, teatro, museu e biblioteca)	8	0
Telefones (particulares / públicos)	19.042 / 649	504 / 96
Estabelecimentos Comerciais	692	34
Estabelecimentos de Serviços	751	31

FONTE: Estudo socioeconômico 1997-2001, Tribunal de Contas do Estado do RJ (TCERJ).

Outro fator que teve uma contribuição decisiva para as grandes mudanças ocorridas na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense foram os incentivos fiscais oferecidos pelo governo. Mais um fator que vem evidenciar o crescimento e sustentação da economia local por parte dos setores de comércio e serviços é a análise do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. “O ICMS é um tributo estadual que incide sobre a movimentação de produtos, sobre serviços de transporte interestadual e intermunicipal e serviços de comunicação. Este imposto incide também sobre importações, mas não sobre as exportações. O ICMS é um tributo não-cumulativo, ou seja, em cada fase da operação é compensado o valor devido com o montante cobrado anteriormente” (Agência Câmara de Notícias⁴⁵). De acordo com a Constituição (Lei Complementar nº63, de 11/01/1990, que dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos municípios), 25% do total arrecadado com o ICMS pertencem aos municípios⁴⁶. Hoje, existem 27 legislações sobre o ICMS, por isso há várias alíquotas e tratamentos tributários diferenciados, o que, algumas vezes, gera conflitos entre os estados e a chamada “guerra fiscal”, também chamada por Santos e Silveira (2001) de “guerra dos lugares”. Para estes autores

as mudanças de localização de atividades industriais são às vezes precedidas de uma acirrada competição entre Estados e municípios pela instalação de novas fábricas e, mesmo, pela transferência das já

⁴⁵ <http://www.camara.gov.br>, 08/09/2004.

⁴⁶ Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Título VI, Seção VI, Art. 158, Inciso IV.

existentes. A indústria do automóvel e das peças é emblemática de tal situação. (...) Para produzir modernamente, estas indústrias convocam outros atores a participar de suas ações hegemônicas, levados, deste modo, a agir segundo uma lógica subordinada à da firma global. No plano da produção, conflitos se eliminam e a modernidade se instala... à custa das empresas tributárias. Mas o conflito não pode ser suprimido da história do território. Nos lugares escolhidos, o resto dos objetos, o resto das ações, e, enfim, o resto do espaço, tudo é, assim, chamado a colaborar na instalação da montadora; e tudo é permeado por um discurso eficaz sobre o desenvolvimento, a criação de empregos diretos e indiretos, as indústrias de autopeças, a exportação. Nada se fala sobre a robotização do setor, a drenagem dos cofres públicos para o subsídio das atividades, a monofuncionalidade dos portos e de outras infra-estruturas, os royalties e o aumento da dívida externa, a importação de peças e de veículos completos. E o território passa a ser organizado e usado com a lógica exclusiva dessa produção, ou melhor, dessa possibilidade de produção (...) (SANTOS e SILVEIRA, 2001:112-113)

Rio de Janeiro e Minas Gerais foram os dois estados que disputaram acirradamente a instalação da Peugeot-Citroën, bem como São Paulo e Rio, pela Galvasud e outras. Isto tudo, como nos lembram os autores acima, à custa de uma pesada articulação entre instituições públicas, privadas e da empresa tributária que através de uma densa rede de acordos, subsídios e créditos, associado às doações de terrenos e infra-estrutura, permitiram a criação de um espaço “ideal” para a instalação destas empresas no Médio vale do Paraíba Fluminense.

Tabela 5

ICMS: Resende e Porto Real (1997-2001) (em Reais)

ANO	Resende		Porto Real	
	ICMS gerado no município	Repasse do Estado	ICMS gerado no município	Repasse do Estado
1997	36.259	23.939	9.344	3.012
1998	33.549	21.594	14.917	3.033
1999	47.621	21.738	17.189	3.434
2000	62.390	24.184	40.911	4.460

2001	97.577	35.615	49.835	6.289
------	--------	--------	--------	-------

FONTE: Estudo socioeconômico 1997-2001, Tribunal de Contas do Estado do RJ (TCERJ).

A análise dos municípios de Resende e Porto Real sobre a geração de ICMS e o repasse do Estado indica que ambos apresentaram um aumento substancial nos índices de arrecadação deste imposto, principalmente entre os anos de 1999 e 2000.

Quando consideramos que um dos grandes incentivos para a instalação das grandes montadoras e suas fornecedoras nos dois municípios da região do Médio Vale do Paraíba Fluminense foi a isenção de ICMS por dez anos, por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro, concluímos que o aumento na arrecadação deste imposto por parte do Estado não se deve diretamente à entrada destas grandes empresas como a Peugeot-Citroën e a Volkswagen, mas, muito provavelmente, aos setores de comércio e serviços ou outras empresas que vieram a reboque das anteriores e, estas sim, contribuem com geração de ICMS. É o que observamos na seguinte declaração do Prefeito de Porto Real:

Isentamos de ISS, IPTU e de taxas municipais, cujos impostos são praticamente nulos em relação àquilo que eles arrecadam em ICMS. Então, nós não demos isenção nenhuma no ICMS, da parcela de 25% que toca o município. O único fator de incentivo dado pelo governo do Estado para o Grupo Peugeot-Citroën foi 300 milhões junto ao BNDES, para financiar a primeira montadora de carros que o BNDES financiava no Brasil. Além do mais, a participação de 33% do capital, como acionista no capital da Peugeot-Citroën, na ordem de 110 milhões. Tivemos também a participação bastante efetiva do Banco do Brasil, através do FUNDES, que é aquele Fundo de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. É um incentivo através do qual, por exemplo, a empresa recolhe o valor total de ICMS, de 100 mil reais. Destes 100 mil, 65% retorna para os cofres da empresa, através do fundo de participação do governo do Estado, financiado pelo Banco do Brasil, a juros de 6%. É um financiamento, é um empréstimo para gerar o capital de giro da empresa. E esses recursos para a Peugeot são durante 13 anos, ou seja, ela recolhe 100% do seu ICMS e retorna para seus cofres 65% do valor recolhido a juros de 6% ao ano com um prazo de 13 anos. A partir do 13º ano a Peugeot começa a pagar estes empréstimos. Demos para ela isenção de IPTU, taxas municipais e o valor do ISS, mas ela não recolhe o ISS, tá certo ela não tem este imposto. O que é mais importante é que não isentamos as construtoras que construíram o parque industrial no valor de 2% do ISS, isto representou um crescimento no meu caixa no ano 2000 na ordem de 4 milhões.

[Quanto à Guardian do Brasil e à Galvasud] Não teve isenções, somente isenções de IPTU, ISS e taxas municipais para todas as empresas de acordo com o seu investimento. Se o investimento é de 10 milhões tem uma certa isenção, e se for acima de 10 milhões são todos, IPTU, ISS e taxas municipais. [Em suma, a Galvasud e a Guardian

receberam isenções].

Desde o início dos investimentos, são 15 anos de isenções. Agora, investimentos em um patamar menor têm menos anos de isenções. A gente leva em consideração também o número de empregos gerados e o faturamento que elas vão gerar (...).

(Sr. Sérgio Bernardelli, Prefeito de Porto Real, entrevista em Janeiro 2001⁴⁷)

O Senhor Sérgio Bernardelli afirma: “*nós não demos isenção nenhuma no ICMS, da parcela de 25% que toca o município*”, o que é evidente, pois quem isenta deste imposto é o Estado, porém o município continua recebendo o repasse do governo estadual gerado pela arrecadação em cima de outras empresas ou outros setores da economia, além de outros impostos. Isto indica que mais do que isenção de impostos, a negociação para a vinda destas empresas gerou uma grande estratégia de manipulação fiscal entre o Município e o Estado, já que o processo envolve financiamentos e empréstimos por parte do BNDES e do Banco do Brasil através do FUNDES, estratégias estas utilizadas para financiar o capital privado durante um período de aproximadamente 13 anos, segundo a própria declaração do prefeito com objetivo de “*gerar capital de giro para a empresa*”, utilizando para isso o dinheiro público.

No caso da Volkswagen, inaugurada em 1995, as isenções terminariam no próximo ano (2005) e no caso da Peugeot-Citroën, inaugurada em 2001, estas só terminam em 2014. Ou seja, a origem do dinheiro arrecadado pelo Estado e pelos municípios é outra, e não está nestas empresas, isto é, na Volkswagen e na Peugeot-Citroën, mas em outras empresas da região. O aumento considerável nos valores arrecadados em ICMS entre os anos de 1997 e 2001 pode ser explicado pela intensa movimentação de empresas de construção civil, fornecedores de material de construção, máquinas e equipamentos, transportadoras, além da atração de outras empresas menores a aquecimento do setor de comércio que passou a movimentar maiores somas de capital como vimos no início do capítulo.

Hoje a principal fonte [de renda do município] é o ICMS, que é exatamente do Grupo Coca-Cola, que já está me dando este recurso, a Guardian do Brasil também. A Peugeot-Citroën só vai me gerar ICMS somente no ano de 2003. Porque hoje a Peugeot não está vendendo, ela deve começar a vender este ano. E há de convir, que existe uma maturação de 2 anos, em que o Governo do Estado fica com a

⁴⁷ Entrevista concedida ao grupo de pesquisa da Pro^{fa}. Dr^a. Ester Limonad (UFF) do qual fiz parte entre 1999 e 2002.

arrecadação do ICMS que pertence ao município, que é de 25%, mas só repassa isto em 2003. (Sr. Sérgio Bernardelli, Prefeito de Porto Real, entrevista em Janeiro 2001⁴⁸)

Segundo estas informações do prefeito de Porto Real, a principal fonte de geração de ICMS do município até 2003 seria a Companhia Fluminense de Refrigerantes, a Coca-Cola, existente no município (então distrito de Resende) desde 1949. A Peugeot tem 13 anos de uma espécie de “abatimento” no recolhimento do ICMS, pois 65% do imposto pago voltará para a empresa sob a forma de empréstimo/financiamento. Isto é, a estratégia com a Peugeot foi um pouco mais complexa que uma simples isenção. O que acontece é que a partir de 2003, a empresa passa a pagar o imposto (ICMS) total, sem abatimentos, que vai para o governo do Estado. Deste total o Estado devolve 65% para a Peugeot sob a forma de financiamento através do FUNDES e do Banco do Brasil e fica com o restante (35%). Porém, como o Estado recolheu o imposto integral, o repasse para o município deverá ser integral, não importando que a maior parte deste imposto retornou de alguma maneira para a empresa, este foi um benefício concedido pelo governo do Estado e segundo a linguagem popular, “o município não tem nada a ver com o pato”. Talvez seja isso que o prefeito tenha tentado dizer quando afirma que começará a receber o repasse a partir de 2003, mesmo tendo declarado logo acima que a isenção era por 13 anos.

O que pretendemos entender com esta análise de orçamentos e tributos é como este complexo processo de taxação e geração de valor acaba tendo um alto custo para a sociedade, já que o meio criado para abrigar estas empresas é um meio totalmente favorável para as mesmas, mas extremamente frágil para os demais agentes envolvidos, isto é, trabalhadores, fornecedores, comércio, serviços e, até mesmo, para o próprio Estado que, como vimos, estabelece uma relação de dependência e “parceria” que pode ser por demais perigosa.

(...) quando analisamos as condições técnicas e normativas criadas, entendemos que este processo de criação de valor acaba tendo, para a sociedade como um todo, um alto custo e produz uma alienação advinda da extrema especialização urbana e regional numa produção exclusiva. Mais tarde a cidade descobre que esta produtividade espacial, esforçadamente criada, não é duradoura e, quando envelhece, o lugar é chamado a criar novos atrativos para o capital. Mas as empresas também convocam o resto do território a trabalhar para seus fins egoístas, mas também inconstantes, de modo a assegurar um enraizamento do capital que é sempre provisório. E, como um capital

⁴⁸ Idem nota 28.

globalmente comandado não tem fidelidade ao lugar, este é continuamente extorquido. O lugar deve, a cada dia, conceder mais privilégios, criar permanentemente vantagens para reter as atividades das empresas, sob ameaça de um deslocamento. (SANTOS e SILVEIRA, 2001:116)

Ao analisarmos as informações da tabela 3, podemos deduzir que, a partir de 2000, a indústria de transformação contribui com uma considerável participação no PIB dos municípios de Resende e Porto Real, tornando-se, com isso, a atividade hegemônica nos mesmos. Todavia, isto não é o que observamos quando comparamos estes dados sobre o PIB com dados a respeito da evolução do número de estabelecimentos nos referidos setores nos municípios de Resende e Porto Real.

Tabela 6

Evolução do número de estabelecimentos entre 1996 e 2000 (Resende e Porto Real)

SETOR DA ECONOMIA	RESENDE					PORTO REAL				
	1996	1997	1998	1999	2000	1996	1997	1998	1999	2000
Comércio	650	656	676	693	692	--	--	14	25	34
Serviços	601	654	686	736	751	--	--	14	21	31
Indústria Extrativa Mineral	6	4	5	6	5	--	--	1	0	0

Indústria de transformação	145	143	139	126	125	--	--	9	14	12
Serviços Industriais de Utilidade Pública	5	4	5	6	5	--	--	0	0	0
Construção Civil	84	99	94	104	93	--	--	1	5	9
Agropecuária	159	135	126	132	152	--	--	4	4	6

Observação: Não existem dados para o município de Porto Real em 1996 e 1997 pois neste período o município não existia.

FONTE: *Estudo socioeconômico 1997-2001*, Tribunal de Contas do Estado do RJ (TCERJ).

Nesta comparação, podemos perceber que, mesmo sendo a atividade que mais tem contribuído para o incremento do PIB destes municípios no referido período, a indústria de transformação sofreu uma redução no número absoluto de estabelecimentos em Resende, gerada talvez pela emancipação do município de Porto Real em 1997, o qual apresentou um crescimento inconstante de 1998 a 2000. Já o comércio, que mostrou um desempenho baixo em termos de participação no PIB nos dois municípios, aparece aqui como o setor que mais cresceu em número de estabelecimentos, bem como o setor de serviços.

Estas informações nos revelam que, independentemente do quanto a atividade industrial tenha contribuído para o crescimento do PIB destes municípios na última década, este crescimento se deu à custa de uma concentração do capital, visto que o número de estabelecimentos industriais sofreu redução constante em Resende e nos dois últimos anos avaliados em Porto Real. Com estas informações queremos sinalizar que a chegada dos grandes estabelecimentos e de grandes investimentos à região do Médio Vale do Paraíba Fluminense não significa, necessariamente, um desenvolvimento econômico difuso. Pelo contrário. Muitas vezes, estas grandes empresas trazem consigo seus próprios fornecedores e manutenção, o que reduz bastante a possibilidade de desenvolvimento de setores locais em termos de comércio e prestação de serviços e, conseqüentemente, de geração de empregos indiretos. Como percebemos pela declaração de um dos diretores de uma empresa de prestação de serviços de manutenção sediada em Barra Mansa:

Elas trouxeram fornecedores de São Paulo e, para nós, resta prestar serviços às terceirizadas o que nem sempre é um bom negócio: o pagamento atrasa e o preço fica lá em baixo. Para os microempresários fluminenses, os incentivos fiscais dados às montadoras ainda não tiveram retorno. (Laércio Alex Esperança, diretor da Esfil Barra Mansa)

e, entrevista para O Globo, 2004⁴⁹)

Sob alguns aspectos, tais investimentos acarretaram mais problemas do que benefícios, propriamente ditos. É o caso, por exemplo, do município de Resende que hoje conta com vários ônus deste processo. Um deles é a questão do emprego.

3.2 - Emprego, trabalho e migração: os limites e possibilidades dos “de baixo” no processo de reestruturação produtiva.

Quando tratamos sobre emprego formal no estado do Rio de Janeiro, observamos que o estado apresentou um crescimento de apenas 0,2% entre 1996 e 2000, o que implicaria em algo em torno de 2,7 milhões de trabalhadores com carteira assinada (MTE - RAIS de 31/12/1996 a 31/12/2000). Porém, os dados do TCERJ (2001) nos revelam que houve um crescimento do mercado de trabalho em todas as regiões do estado, com exceção da Região Metropolitana, que apresentou queda de

⁴⁹ O Globo, Caderno Especial “O Rio que nós queremos”, 09/09/2004, p.9

5,4% graças aos números apresentados pela capital, onde cerca de 98 mil pessoas, das 1,8 milhão empregadas, ficaram sem trabalho entre 1996 e 2000 na cidade. O que mascara o mau resultado da capital é o fato dos demais municípios da Região Metropolitana (Baixada Fluminense e Niterói) terem oferecido mais 49 mil empregos. E o que dilui a participação ainda negativa desta região nos totais observados para o estado (baixos, mas positivos 0,2%), foi a geração de outros 55 mil postos de trabalho pelas demais regiões, compensando o agravamento da crise no emprego no estado do Rio de Janeiro.

Tabela 7

Evolução do emprego formal no estado do RJ (1996-2000)

REGIÃO	Taxa de Crescimento
Capital	- 5,4%
Região Metropolitana (sem a capital)	11,8%
Noroeste	7,3%
Norte	15,6%
Serrana	8,0%
Baixadas Litorâneas	26,3%
Médio Paraíba	7,0%
Centro-Sul	10,5%
Bacia da Ilha Grande	18,5%
TOTAL (Estado do RJ)	0,2%

FONTE: *Estudo socioeconômico 1997-2001*, Tribunal de Contas do Estado do RJ (TCERJ).

De acordo com as informações do Estudo Sócio-econômico da Secretaria de Planejamento do Estado, entre 1997 e 2001, as únicas regiões que apresentaram crescimento contínuo no nível do emprego foram a Região Metropolitana sem a capital e as Baixadas Litorâneas. Todas as demais apresentaram inconstância no período. Os setores que apresentaram maior crescimento no nível de emprego foram os de serviços (10%) e de comércio (8%), compensando a queda de 13% nos demais setores (tabela 7) e, mais uma vez, contradizendo os números do PIB expostos na *tabela 3* que indicam a Indústria de transformação como maior geradora de PIB e o comércio e serviços como dois dos piores. Estes dados sobre emprego vêm para ratificar a *tabela 6* que indica um crescimento no número de estabelecimentos nestes

setores.

Tudo isso nos mostra que a indústria, de modo geral, vem contribuindo para um significativo aumento da geração de riqueza no Estado, mas isto não tem gerado uma contrapartida social, já que este crescimento não resultou em um crescimento dos níveis de empregos e geração de renda para a população, ou seja, o que se observou e se observa é um crescimento concentrado, uma melhoria nos índices gerais de produtividade, investimentos e geração de riquezas que não têm trazido, contudo, maior distribuição de empregos e renda ou o aumento do poder aquisitivo da população. Desta maneira, fica bastante claro neste momento como e para quem se dão os processos de des-territorialização.

Enquanto os grandes empresários encaram a instalação e desinstalação de empreendimentos industriais e comerciais em determinados locais como uma vantagem, já que se tratam de empresas e negócios “desterritorializados”, isto é, nestes termos, livres dos obstáculos e entraves espaciais e independentes de fatores de localização, para nós estes empreendimentos estão deslocalizados pois o conceito de des-territorialização vai além destes “obstáculos de espaço/tempo/distância”. Quem sofre realmente com o processo des-territorialização são os “de baixo”. Aqueles que estão sujeitos às mudanças econômicas políticas e de ordenamento do território, sem deterem o Poder que permita uma readaptação a tais mudanças. Isto é, os trabalhadores e moradores que vivenciam profundas alterações no seu modo de viver e trabalhar, vendo estes tornarem-se cada vez mais caros, instáveis, pouco seguros e precários e que têm que re-aprender diariamente a viver neste processo de des-re-territorialização.

As transformações identificadas no mundo do trabalho podem ser observadas em diferentes escalas: a escala do corpo, a escala da fábrica e a do mercado de trabalho (local, regional e global). Estas alterações podem se manifestar por meio de uma flexibilização da carga horária, de salários e benefícios, de funções/cargos desempenhados; por reduções de quadro de funcionários (downsizing), devido à automação das fábricas ou à poção por um ritmo de produção mais enxuta (just in time); maior exigência de qualificação da mão-de-obra empregada e que esta tenha como principal característica a polivalência, isto é, possibilidade de desempenhar várias funções que exigem diferentes tipos de conhecimentos, incluídos conhecimentos no campo da informática e eletrônica. (HAESBAERT e TRAMONTANI, 2004:37)

Desta maneira, o argumento da empresa desterritorializada gira em torno de uma interpretação simplista a partir de uma produção apoiada nas técnicas de

informação e comunicação e pela automação do processo de produção, explicação inclusive, que não elimina o fato das mercadorias e matérias-primas terem que entrar e sair das fábricas, bem como seus funcionários, mesmos que estes sejam poucos. O que nos remete à idéia da utilização da des-territorialização quando, na verdade, querem traduzir o caráter multilocal ou deslocalizado destes empreendimentos. Enquanto isso, trabalhadores lidam diariamente com uma mudança radical nos seus padrões e ritmos de trabalho e descanso, além de terem que lidar com novos ordenamentos do território que o obrigam a traçar sempre novas estratégias de vida.

Observando a tabela 8, podemos notar que os dados sobre emprego do estado do Rio de Janeiro demonstram uma redução nos números de empregos formais de 22% na indústria extrativa mineral; 18% na indústria de transformação; 20% na construção civil; 14% na agropecuária e 5% na administração pública, enquanto os setores de comércio e serviços apresentaram aumento, como já foi exposto.

Tabela 8

Evolução dos empregos formais por setores (1996-2000)

Estado do Rio de Janeiro e Médio Vale do Paraíba Fluminense

	1996		1997		1998		1999		2000	
SETORES	RJ	MVPF	RJ	MVPF	RJ	MVPF	RJ	MVPF	RJ	MVPF
Ind. Extrativa Mineral	15.008	393	9.177	319	12.810	347	11.095	309	11.763	708
Ind. De Transformação	364.875	36.380	334.682	31.650	316.172	30.237	306.019	28.734	300.796	28.506
Serv. Ind. de Utilidade Pública	50.149	1.309	43.249	1.443	45.485	1.435	43.032	1.986	40.290	1.734

	1996		1997		1998		1999		2000	
Construção Civil	127.448	7.237	120.016	6.835	115.852	7.355	104.914	7.791	102.092	8.552
Serviços	1.099.460	36.537	1.110.198	35.460	1.152.697	38.931	1.152.985	40.909	1.213.975	44.397
Agropecuária; Extrativismo; Caça e Pesca	27.383	5.980	24.299	3.135	23.929	3.025	24.076	2.820	23.508	2.840
Administração Pública	571.579	18.048	549.352	20.236	558.128	21.372	531.564	20.902	543.073	23.216
Comércio	444.876	20.848	461.195	21.898	460.689	22.379	467.205	24.070	482.415	25.919

RJ - Estado do Rio de Janeiro; **MVPF** - Médio Vale do Paraíba Fluminense

FONTE: *Estudo socioeconômico 1997-2001*, Tribunal de Contas do Estado do RJ (TCERJ).

Na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, verifica-se um aumento geral de 7,0% no emprego formal entre 1996 e 2000. Houve um significativo crescimento no número de postos de trabalho em serviços (22%); comércio (24%); administração pública (29%); construção civil (18%); serviços industriais de utilidade pública (33%) e indústria extrativa mineral (80%). Já os setores de indústria de transformação e agropecuária, sofreram queda de 22% e 53%, respectivamente.

Passados alguns anos da inauguração da Volkswagen e da chegada de outras empresas à região, o desemprego no município de Resende é de aproximadamente 10% e cerca de 40% desses desempregados não concluiu o Ensino Médio, segundo informações da Secretaria de Trabalho e Ação Social da Prefeitura Municipal de Resende. O número de empregos gerados pela vinda da Volkswagen para a cidade ficou bem abaixo do que era esperado pela prefeitura, segundo o Secretário de Indústria e Comércio e há também no município 20% de subemprego de acordo com a própria secretaria. Como percebemos pelo depoimento do vice-presidente do sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda:

Eu fiz o ginásio e até o 2º ano técnico de telecomunicação e parei. Agora, porque que eu parei? Porque na época que eu tinha necessidade de trabalho, eu não tinha necessidade de ter estudo, porque os trabalhos antigamente dependiam mais da sua habilidade manual. Hoje você vê que já não é assim: Hoje tem que se dosar pensamento com habilidade manual. (Entrevista com Sr. Petrônio Chiarelli, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, em Janeiro de 2001⁵⁰)

⁵⁰ Entrevista concedida ao grupo de pesquisa da Pro^{fa}. Dr^a. Ester Limonad (UFF) do qual fiz parte entre 1999 e 2002.

Muitas destas mudanças são confirmadas pelo grande aumento da procura por centros de formação e aperfeiçoamento dentro da região do Médio Vale do Paraíba Fluminense. Resende já conta, hoje, além da Academia Militar da Agulhas Negras - AMAN, da Universidade Dom Bosco, mais tradicionais na região pelo tempo que já se encontram em Resende, com um campus da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ e um da Universidade Estácio de Sá que, segundo professores e coordenadores entrevistados, instalaram-se em Resende por conta de uma demanda retraída detectada na região.

O que motivou a vinda do campus para cá foi que nós tivemos informações que Resende e a região encontravam-se em franco crescimento por conta da vinda dessas novas empresas para cá. Aqui só existia a Faculdade Dom Bosco e foi feita uma pesquisa onde se verificou que a Estácio poderia estar atendendo a um público interessante, tanto de Barra Mansa, Volta Redonda, quanto de Cruzeiro no estado de São Paulo, porque Resende está no meio e é uma cidade privilegiada por conta disso. Então, o motivo da escolha gira em torno disso. (Entrevista com a Coordenadora Acadêmica da UNESA-Resende, Cíntia Píres, em 2004).

Houve uma consulta aos empresários da região direcionada pela FIRJAN e uma consulta à comunidade local, por parte da Prefeitura; aproveitou-se também a vocação da região que já era uma pólo químico e ampliou-se com a implantação do pólo metal-mecânico. O pólo químico já era bastante antigo, existia há mais de 40 anos com a Du Pont, a Xerox, a Basf [antiga Cianamid], mas a motivação maior mesmo foi o pólo metal-mecânico, pois foram implantadas duas grandes montadoras, a Volks [1995] e Peugeot [2001]... Existe uma relação direta com as grandes empresas, com a comunidade local, com a FIRJAN e com a própria instituição, o setor administrativo da UERJ Maracanã que quis montar um campus avançado aqui no Vale do Paraíba. (Entrevista com o Professor Porto, da UERJ-Resende, em 2004).

Estas universidades, no caso das citadas, uma particular (UNESA) e outra pública (UERJ), tiveram motivações bem semelhantes para instalarem-se na região do Médio Vale, motivo este que gira em torno da demanda por mão-de-obra qualificada que se detectou na economia da região em expansão. Apesar de os papéis que estas instituições desempenham na sociedade não serem exatamente os mesmos - já que a universidade pública é exclusivamente uma instituição de ensino e pesquisa enquanto a universidade privada é, também, uma empresa com fins lucrativos - notamos um discurso muito parecido quando se trata de “atender aos interesses do mercado”, o que observaremos nas declarações a seguir. Segundo informações dos próprios alunos, as instituições “adaptam” seus currículos à demanda das empresas para garantir com as mesmas uma relação direta em termos de estágios e empregos, já

que as empresas firmam um compromisso com o município de empregar na maioria de seu quadro, funcionários da própria região.

O currículo passou por mudanças, este ano nós estamos implantando o novo currículo depois de dez anos e ele vem atender as especificações, as necessidades das novas empresas da região, também. (...) Os laboratórios de mecânica foram doados pela Peugeot e pela Volks. Com os laboratórios de química, por exemplo, há um grande relacionamento com as empresas. Foram doados vários instrumentos de precisão e equipamentos mais sofisticados. Mas quando isso não ocorre nós lançamos mão dos próprios laboratórios das empresas para as aulas. O próprio professor vai lá e trabalha com os alunos. Em função dos projetos que existem na universidade, existem alguns bolsistas, mas estas bolsas são pagas pelos órgão de fomento. Os estagiários são remunerados pela empresa e passa uma média de seis horas na empresa, talvez um pouco mais, por causa do deslocamento... umas oito horas. O futuro é que vai dizer para eles se foi bom ou ruim... (...) Uma vez eu fui dar uma palestra numa universidade [UFF] de Volta Redonda e uma professora virou e disse que eu estava querendo direcionar os alunos dela para serem técnicos e não engenheiros. E eu tive que concordar com ela. Infelizmente o mercado está assim. Agora, se não for nessas condições, está cheio de escolas que formam bacharéis... [insinuação de que estes profissionais ficam desempregados]. Então nós temos que nos adaptar para atender também às nossas necessidades e sermos também competitivos, até para estabelecer uma competição com a universidade particular...[???]. (Entrevista com o Professor Porto, da UERJ-Resende, em 2004).

Fica claro na declaração do professor uma íntima ligação entre as empresas privadas e a universidade pública que estabelecem vínculos que vão desde a adaptação curricular às exigências da empresa para a formação de sua mão-de-obra, até aulas ministradas dentro das fábricas, não como um trabalho de campo ou uma experiência empírica para a formação, mas da fábrica como sala de aula. Além disso, notamos uma confusão quando se fala em propostas e objetivos da instituição pública já que em nenhum momento a universidade pública poderia ter como intuito “competir com a universidade particular”, conforme a declaração do professor.

A gente verifica que esta demanda que as empresas apresentam, principalmente devido à carência de mão-de-obra qualificada na região, na medida do possível nós temos tentado atender com adaptação curricular, com cursos de extensão extracurriculares. Por exemplo, uma prática que a gente tem é a de perguntar [para as empresas] “qual a demanda que vocês têm? O que é que a gente pode estar oferecendo?” Mesmo que nós não tenhamos o curso aqui... Porque a gente tem mão-de-obra da universidade, de outros campus que a gente pode estar trazendo para cá. (Entrevista com a Coordenadora Acadêmica da UNESA-Resende, Cíntia Píres, em 2004).

Além das universidades, Resende conta com uma escola do SENAI/SESI,

administrada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) que treina e qualifica grande parte da mão-de-obra para a Volkswagen e Peugeot-Citroën, segundo o próprio coordenador do curso de mecânica:

Existe um convênio entre o SENAI e a Peugeot-Citroën, onde a mão-de-obra operária seria treinada pelo SENAI. Então a gente dá o curso na área de chaparia, montagem e pintura e os melhores alunos têm a probabilidade de serem admitidos, não significa que vão ser. Mas hoje, a nossa estatística está em 47% da mão-de-obra que nós treinamos foi admitida por eles. E este número é bom, porque nós priorizamos os profissionais desempregados... É claro que tem alguns requisitos: 2º grau completo ou 1º grau completo com curso profissionalizante. Ele vem sem experiência na área automotiva e o SENAI forma esta mão-de-obra. Dependendo do desempenho, da dedicação e do perfil dele, a empresa pode admiti-lo. E não é só para a Peugeot-Citroën, nós preparamos o jovem para o mercado de trabalho. Então ele tem habilidade de gestão e habilidade específica. (...) ele [o aluno] pode ir para qualquer empresa. Não é obrigado a ir para uma empresa automotiva. Como a empresa não tem compromisso com ele, ele também não tem compromisso com a empresa. (...) Até janeiro de 2001 nós treinamos 785 alunos. Dos 785, 47% foram admitidos pela Peugeot e os demais estão no banco de dados. A empresa eventualmente pode necessitar desta mão-de-obra. Se ela não pegou no momento, é porque a demanda dela é de 47% dos que eu formei. A fábrica vai crescer gradativamente. Ela começou a admissão no final de 1999, em 2000 ela já admitiu um bom número, em 2001 eles vão me passar o cronograma de quantos alunos nós precisamos estar formando para admissão. Eles acreditam que até 2003 completem o quadro de funcionários. (...) Alguns [cursos] são pagos pelos alunos, outros não. Quando a gente recebe recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT, não são pagos. (...) O SENAI é uma entidade privada. Não tem nenhum incentivo do governo. Quem mantém o Sesi, o SENAI e a FIRJAN são as indústrias. (Entrevista com o coordenador do curso de mecânica, chaparia e pintura do SENAI/FIRJAN de Resende, em Janeiro de 2001⁵¹)

Quanto aos municípios de Resende e Porto Real, verificamos os seguintes resultados com relação à evolução do emprego formal no mesmo período:

Tabela 9

Resende e Porto Real: Evolução dos empregos formais por setores (1996-2000)

	1996		1997		1998		1999		2000	
SETORES	Resende	Porto Real	Resende	Porto Real	Resende	Porto Real	Resende	Porto Real	Resende	Porto Real

⁵¹ Entrevista concedida ao grupo de pesquisa da Profa. Drª. Ester Limonad (UFF) do qual fiz parte entre 1999 e 2002.

	1996		1997		1998		1999		2000	
Ind. Extrativa Mineral	82	--	27	--	29	--	27	--	30	--
Ind. de Transformação	3.413	--	4.536	--	3.482	304	3.565	358	3.804	971
Serv. Ind. de Utilidade Pública	346	--	277	--	369	--	360	--	425	--
Construção Civil	1.050	--	1.057	--	851	--	1.084	524	1.040	76
Serviços	6.586	--	7.686	--	8.180	102	9.240	140	9.811	209
Agropecuária; Extrativismo; Caça e Pesca	802	--	658	--	580	10	359	14	420	13
Administração Pública	2.592	--	3.102	--	2.613	427	2.581	152	2.693	515
Comércio	2.486	--	2.753	--	2.739	57	2.950	122	3.353	179

Observação (1): Não existem dados para o município de Porto Real em 1996 e 1997 pois neste período o município não existia.

Observação (2): Segundo a fonte, os dados de administração pública de 1999 para Porto Real são inconsistentes.

FONTE: Estudo socioeconômico 1997-2001, Tribunal de Contas do Estado do RJ (TCERJ).

Para ambos municípios, verificamos um crescimento no número de empregos (Resende cerca de 23% e Porto Real mais de 50%) para o qual contribuíram a indústria de transformação, o setor de serviços, comércio e a administração pública. Em Porto Real vemos que mais que dobraram os postos de trabalho justamente no período da construção da Peugeot-Citroën e das fábricas ligadas a ela (tecnopólo), além da subsequente contratação de pessoal para operá-las. Também se observa um aumento nos demais setores, principalmente o de comércio e serviços. Como vemos na declaração do Prefeito:

Aqui em Porto Real nós geramos 4 mil empregos diretos. Em 2000 e 2001, a Peugeot-Citroën vai admitir 900 e poucos empregos. Mais a terceirização da fábrica, uns 250. A onde nós estamos entrando com isso: uma parcela destes 900 empregos são de Resende, Itatiaia, Quatis, e outros locais, que são treinados em cursos do SENAI. Agora mesmo, 258 empregados vão ser admitidos até 1º de fevereiro, para botar o parque industrial em funcionamento. (Sr. Sérgio Bernardelli, Prefeito de Porto Real, entrevista em Janeiro 2001⁵²)

Em outras palavras, a grande movimentação gerada pela obra de construção

⁵² Entrevista concedida ao grupo de pesquisa da Pro^{fa}. Dr^a. Ester Limonad (UFF) do qual fiz parte entre 1999 e 2002.

desta empresa movimentou o mercado de trabalho na região durante o ano de 2001, principalmente após a conclusão da fábrica e sua entrada em funcionamento, porém, o que se verifica é uma estagnação dos níveis de emprego e um contínuo movimento de busca por estes postos de trabalho que fizeram com que a população do município aumentasse em quase 9% no período compreendido entre 1996 e 2001. Estes dados fazem com que o próprio prefeito de Porto Real reveja sua posição quanto aos níveis de emprego e comente:

Porto Real não tem ensino profissionalizante, a força de trabalho não é qualificada. Logo, apesar da oferta de emprego crescente, grande percentual da população local ainda está desempregada. (Sr. Sérgio Bernardelli, Prefeito de Porto Real, em entrevista para o Jornal do Brasil, Janeiro de 2001⁵³)

Apesar dos dados bastante satisfatórios quando observados isoladamente do contexto real, como os tabulados acima, falar de empregos no Médio Vale do Paraíba Fluminense ainda é um assunto delicado, especialmente nos municípios citados e quando este diálogo é travado com a população local ou com os órgãos do governo. Uma análise dos investimentos realizados na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, segundo dados da FIRJAN de 1998 a 2000, permite-nos destacar que “apesar do montante de investimentos, do volume de implantação industrial e da escala de ocupação espacial, o nível de geração de empregos nas indústrias de grande porte é reduzido frente aos antigos padrões fordistas” (LIMONAD, 2001).

O atual número de funcionários trabalhando na planta da Volks é de 1700. Desses, 260 são contratados pela Volks e 1440 são parceiros (contratados pelas nove empresas parceiras da Volks) e terceiros (compreendidos nos setores de limpeza, manutenção, segurança, imprensa, recursos humanos). Notamos um considerável aumento no número total de funcionários, que era de 1540 em novembro de 1999 que representa um acréscimo de 160 empregados. Porém, o quadro de contratados da Volks permaneceu constante, 260 funcionários, o acréscimo se deu apenas nos outros setores [parceiras]. A explicação para este fato foi um aumento da produção que passou de 65 veículos/dia em novembro de 1999 para 90 veículos/dia em agosto de 2000. Isto exigiu um aumento da mão-de-obra e alterações na carga horária de trabalho. (Entrevista com Marcela Oliveira, Relações Públicas da Volkswagen Ônibus e Caminhões, Resende, Janeiro de 2001⁵⁴)

Para um montante de investimentos de 3 bilhões de dólares serão gerados

⁵³ Pesquisa JB on line, www.jb.com.br, em 21/09/2004.

⁵⁴ Entrevista concedida ao grupo de pesquisa da Pro^{fa}. Dr^a. Ester Limonad (UFF) do qual fiz parte entre 1999 e 2002.

entre 6.500 a 8.000⁵⁵ empregos diretos, o que indica a utilização de técnicas de produção de última geração, como a automação e a robotização, além de uma produção enxuta. Por este motivo, para nós parece necessário repensar os parâmetros utilizados na análise da desconcentração industrial em grandes regiões metropolitanas, muitas vezes direcionado para o aumento dos investimentos e do número de postos de trabalho em regiões de baixa tradição no ramo ou municípios pequenos como Porto Real.

Os dados mostram que apesar do volumoso montante de investimentos que resultam em um crescimento industrial no Médio Vale do Paraíba Fluminense isto não representa necessariamente uma desconcentração industrial em relação às áreas metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, mas talvez novas estratégias do grande capital para acelerar sua reprodução através de custos menores e melhores condições de produção. Contudo, não podemos dizer que haja uma expressiva geração de emprego no setor ou, pelo menos, não os empregos esperados pela população destas regiões ou destes municípios em suas atuais conjunturas econômicas e sociais. A realidade do trabalho para estas grandes empresas é uma e a realidade vivida pela população destas cidades é outra e isto causa um descompasso na questão das expectativas e ofertas.

Porto Real apresenta indicadores de um município em franco crescimento quando se trata de investimentos e também de empregos. Assim como os dados apontados no município de Resende. Contudo, em entrevista com os moradores da região e com os órgãos governamentais responsáveis por tais levantamentos verificamos um quadro um tanto diferente daquele imaginado em uma possível correlação causa-efeito, ou seja, mais investimentos, mais indústrias e mais empregos nestas indústrias.

Quando observamos Porto Real, vemos que o setor da indústria de transformação, isto é, aquele nos quais se concentram os trabalhadores empregados nas novas (Grupo PSA) ou antigas (Cerâmicas ou a Companhia Fluminense de Refrigerantes) indústrias locais, este foi o que apresentou maior crescimento no período de 1996 a 2001, cerca de 219%, seguido pelos setores de comércio com 214% e serviços com 104%. Porém, em entrevista na prefeitura de Porto Real fomos informados pela secretária de fazenda de que a maior empregadora do município de

⁵⁵ Dados referentes ao *Relatório Anual CNPq* de LIMONAD, 2001.

Porto Real é a Companhia Fluminense de Refrigerantes, uma empresa do grupo Coca-Cola. Dentro do setor de indústria de transformação, também a maior empregadora é a Coca-Cola, com cerca de 1.300 funcionários, bem como é a empresa que mais gera ICMS dentro do município, segundo o prefeito: “*Hoje a principal fonte de renda do município é o ICMS que é exatamente do Grupo Coca-Cola que já está me dando este recurso (...)*”(Sr. Sérgio Bernardelli, Prefeito de Porto Real, entrevista em Janeiro 2001⁵⁶). A Cia. Fluminense de Refrigerantes é uma empresa que existe na região desde 1949, por isso não pode constar entre as novas empresas que geram indicadores de crescimento do emprego no setor industrial de Porto Real, pois estes são dados que já existiam.

Ao contrário, quando falamos em empregos gerados especificamente pelas novas empresas como a Peugeot-Citroën e as demais do seu tecnopólo, a Guardian, a Galvasud, observamos um baixo número de empregos, comparado ao tamanho das plantas industriais, ao porte de suas produtividades e ao montante de investimentos alocados. Por exemplo, em 2000 e 2001, estes números eram de 120 empregados na Galvasud, 262 empregados na Guardian do Brasil e 400 na Peugeot-Citroën, de acordo com o cadastro industrial da FIRJAN, sem contarmos os funcionários terceirizados e prestadores de serviços nestas fábricas. Ou seja, valores surpreendentemente baixos para, como já foi dito, empresas de tal porte. Isto por causa de motivos já aqui levantados como a redução do número de empregados nestas empresas de alta tecnologia, onde as máquinas e robôs passam a exercer grande parte das tarefas antes executadas por pessoas e, por outro lado, pela baixa qualificação da mão-de-obra tanto nos municípios de Porto Real e Resende, quanto na região do Médio Vale do Paraíba que não oferecem treinamento e formação que atenda plenamente à demanda destas empresas, as quais terminam por trazer muitos funcionários de fora da região, como da capital, Rio de Janeiro ou de São Paulo, ou mesmo de fora do país. Como podemos notar pelas declarações a seguir:

Pouca gente [foi empregada em Resende]... Por causa da qualificação. O pessoal daqui tá mais restrito às atividades menos qualificadas... a parte de “massa”, mesmo. Com a expectativa de emprego, eu acho que a população aumentou. Mas a expectativa não foi atendida. As pessoas se fixaram aqui e ficaram desempregadas. Você vai para a região ali de Grande Alegria... lá é terrível. [A procura por qualificação] Isso aumentou. Principalmente a procura por formação técnica. Hoje você vai ali no SENAI/SENAC e você vê que a quantidade é bem maior de

⁵⁶ Entrevista concedida ao grupo de pesquisa da Pro^{fa}. Dr^a. Ester Limonad (UFF) do qual fiz parte entre 1999 e 2002.

alunos... até na faculdades. O certo seria essas pessoas já estarem preparadas antes da chegada dessas empresas. Mas nunca foi dada importância... Então a mão-de-obra grande veio de fora porque não teve jeito... É uma vergonha para o nosso município não ter uma mão-de-obra qualificada para atender o mercado. Isso foi ruim pois eles poderiam ter aproveitado mais a população daqui. Conclusão: houve uma invasão de paulistas! (risos) (Entrevista com Sr. Rogério, corretor de imóveis, em 2004)

Notamos pelo depoimento do morador e corretor de imóveis de Resende que a falta de qualificação foi e é um grande empecilho para o crescimento dos empregos na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense. Porém, isso não impediu que a região recebesse um grande contingente de pessoas em busca de um emprego nas fábricas e que segundo o próprio entrevistado acabaram por engrossar as fileiras de desempregados nos municípios, principalmente em Resende que sofre com a palperização da população de baixa renda (que coincide com a população de baixa escolaridade) e uma conseqüente periferização do município com precarização da vida nos bairros mais pobres como o citado, Grande Alegria.

Aproximadamente 200 empregos diretos gerados para a população local principalmente nos setores de menor qualificação dentro das fábricas como operários e prestadores de serviços. Não há estimativa para o número de empregos indiretos, mas os setores que mais cresceram e empregam hoje são o de construção civil (tanto mão-de-obra para novas construções quanto em lojas de materiais de construção) e transportadoras (logística e armazenagem). O principal problema da prefeitura hoje tem sido capacitar sua população para que esta atenda as necessidades dos novos empreendimentos aqui implantados. Quanto mais estas atividades crescem, mais este problema se agrava. (Entrevista com a Secretária de Fazenda da Prefeitura Municipal de Porto Real, Sra. Ilka em 2004)

Mais uma vez, agora por meio de um depoimento oficial, vemos o problema da qualificação como um agravante para o desemprego no Sul Fluminense. Segundo a Secretária de Fazenda, a população de Porto Real só foi contemplada com 200 empregos dentro da reestruturação econômica por que vem passando o município e, mesmo estes 200 empregos, são aqueles de menor qualificação e, conseqüentemente, menor remuneração, o que coloca para a Prefeitura o problema de como reverter este quadro e atender a esta demanda que segundo a própria Secretária só tem se agravado.

Acredito que [o número de empregos] ficou aquém do esperado. Não só por conta da fábrica ser bem mais enxuta em termos de mão-de-obra do que era esperado, mas também porque a população de Resende e da região como um todo não atendeu as expectativas destas empresas. Nós hoje temos que reconhecer que um grande problema do município e da região é a dificuldade de capacitação da mão-de-obra. (...) A

população de Resende vem crescendo constantemente por conta do crescimento natural da população. Porém, de 1996 a 2000, este crescimento foi acelerado por conta do grande número de pessoas que vieram de outros estados ou outros municípios em busca de um “eldorado” dos empregos que acabou não existindo. (Entrevista com Sr. Eduardo Campos, Secretário de Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura Municipal de Resende, em 2004)

As migrações para os municípios do Médio Vale do Paraíba Fluminense são pouco analisadas pelos órgãos locais e recebem pouca atenção dos meios de comunicação locais e regionais, mas segundo a Prefeitura de Resende este é um dado real e que vem se tornando problemático nos últimos anos, pois o município não tem conseguido atender à demanda por empregos desta população e, ao mesmo tempo, a Prefeitura não tem condições de arcar com os custos sociais deste incremento populacional o que agrava o problema da pobreza nos municípios.

No momento da vinda destas grandes indústrias para a região nós tivemos um aumento muito grande de demanda de um público migratório. Gente que veio na busca de um sonho, de ter uma oportunidade. Mas exatamente aquela população que não está preparada para este trabalho. Durante os anos de anúncio da vinda e inauguração da Volkswagen, nós sentimos isso. A nossa briga tem sido muito nesse sentido, da qualificação do nosso pessoal para a demanda. Principalmente o pessoal de baixa renda e de baixa escolaridade. Então, a gente tem trabalhado. Nós acabamos de fechar um consórcio Resende-Porto Real para estar recebendo recursos do Governo Federal. Um consórcio intermunicipal para o trabalho, exatamente para a qualificação profissional. Então eu acho que houve esse “sonho” e que ele criou, ao mesmo tempo, um problema social muito grande. Ao mesmo tempo em que você vê que a cidade cresceu muito, todo mundo percebe isso, na área social nós também sentimos muito os problemas. (Entrevista com a Secretária de Trabalho e Ação Social da Prefeitura Municipal de Resende, Sr. Andréa em 2004)

Além disso, comenta-se sobre os empregos gerados na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, mas pouco se fala sobre os que perderam os empregos, isto é, sobre a relação entre os admitidos e os desligados. Por exemplo, há que se considerar que a privatização da CSN resultou no corte de aproximadamente 10 mil empregos e “os novos empregos industriais gerados pelos novos investimentos sequer recuperam os que foram eliminados” (LIMONAD, 2002-a). Como se observa na tabela a seguir.

Tabela 10

Admitidos e desligados, por grupos de idade, na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, Janeiro - Junho de 2000

Região do Médio Paraíba	Grupos de Idade					
	<i>Total</i>	<i>18 a 24 anos</i>	<i>25 a 29 anos</i>	<i>30 a 39 anos</i>	<i>40 a 49 anos</i>	<i>50 a 59 anos</i>
Admitidos	25.114	7.738	4.815	7.004	3.788	1.283
Desligados	24.584	6.380	4.568	7.057	4.560	1.690
Saldo	530	1.358	247	- 53	- 772	- 407

Observação: Não foram tabulados, nesta versão, os dados sobre os grupos de idade de 10 a 17 anos, de mais de 65 anos ou idade ignorada presentes na tabela original por estarem muito aquém ou além do universo em questão.

FONTE: MT/CAGED - Mod.II, fornecido por CIDE-RJ.

Os dados da tabela revelam que os postos de trabalho na região do Médio Vale do Paraíba Fluminense estão concentrados em uma faixa etária bastante jovem, até aproximadamente 24 anos, após esta média observamos uma queda brusca no saldo de empregos na região, saldo este que se torna negativo, isto é, o desemprego supera o número de empregados a partir da faixa dos 30 anos de idade. Isto só vem confirmar fatos que já havíamos abordado a respeito da exigência de mão-de-obra cada vez mais jovem e cada vez mais qualificada nestas novas plantas industriais. Quando questionamos o Prefeito de Porto Real quanto à disponibilidade de mão-de-obra em seu município ou na região que atendesse à demanda dessas empresas, isto é, uma mão-de-obra jovem e qualificada que geraria empregos no próprio Médio Vale do Paraíba Fluminense, a resposta foi:

Olha veja: parte é, parte não é. E é claro, qual a dificuldade? Qual é o parâmetro que a Peugeot exige para admitir um funcionário? Idade: 18 anos, no máximo 39, que tenha 2º grau completo ou 3º grau. Então, você como advogado, ou então qualquer engenheiro vai para a linha de produção fazer montagem de veículos? Eles são muito exigentes, porque a sua tecnologia é bastante avançada. (Sr. Sérgio Bernardelli, Prefeito de Porto Real, entrevista em Janeiro 2001⁵⁷)

Segundo as informações do Ministério do Trabalho, em 2000 o saldo de empregos observado no Médio Vale do Paraíba foi baixo (530) quando comparado com o das demais regiões do estado: Metropolitana, 30.800; Noroeste Fluminense, 837; Norte Fluminense, 8.657; Região Serrana, 3.176; Baixadas Litorâneas, 2.394; Centro-Sul Fluminense, 743. O que nos revela que muitos foram admitidos, empregos foram gerados, mas também houve muitas demissões no período.

⁵⁷ Entrevista concedida ao grupo de pesquisa da Pro^{fa}. Dr^a. Ester Limonad (UFF) do qual fiz parte entre 1999 e 2002.

Como lemos na entrevista com a secretária de Trabalho e ação social de Resende, a vinda destas empresas acabou por trazer, também, muitos problemas para a região e para Resende, o que não foi confirmado na prefeitura de Porto Real, apesar dos dados institucionais mostrarem que em 1996 a população de Porto Real era de 8.819 habitantes, hoje é de aproximadamente 12.292, o que mostra um crescimento anual de cerca de 8,9%, bem acima da média brasileira que gira em torno de 2,2%. Tal incremento só pode ser explicado através de um intenso fluxo migratório para a região que se deu após os anúncios da vinda da Volkswagen e da Peugeot-Citroën. Segundo a Secretária de ação social de Resende, tal aumento nas levadas de migrantes que chegavam aos municípios teve como resultado um grande desemprego, além de outras consequências sociais:

O desemprego é uma realidade. Nós agora acabamos de fazer aquele cadastro único do Governo Federal e só aqui nós já cadastramos duas mil famílias, fora as famílias que estão cadastradas pela secretaria de educação dentro do mesmo perfil, eu acredito que a gente já tenha, por aí, umas cinco mil famílias dentro da linha de pobreza de cem Reais per capita. Se você pegar a média de 3.7, que é a média, mais ou menos, do número de pessoas por família e multiplicar, você vê que a gente tem quase vinte mil pessoas, numa população de 110 mil, vivendo nessa linha de pobreza. (Entrevista com a Secretária de Trabalho e Ação Social da Prefeitura Municipal de Resende, Sr. Andréa, em 2004)

Apesar disso, a arrecadação do município de Porto Real passou de 4 milhões de reais em 1997/1998, para 12 milhões de reais em 2001⁵⁸, após a chegada da Peugeot-Citroën e hoje estas cifras já chegam à casa dos 42 milhões de reais como já salientamos no capítulo anterior. Ou seja, para a população de baixa renda a situação não teve grandes avanços ou melhora, às vezes pode ter ocorrido até mesmo o contrário, a disputa por um emprego se acirrou e a qualidade de vida piorou. Mas a Secretária de Fazenda da Prefeitura Municipal de Porto Real, Sr^a Ilka, considera que *“o balanço final [da vinda das empresas] foi bem positivo”*.

Ao que tudo indica uma empresa do porte da Peugeot-Citroën que contribui com tamanha parcela na arrecadação total do município, faria de Porto Real, algo semelhante a uma *company town* ou cidade-empresa⁵⁹, não por ter sido uma cidade planejada para sediar uma empresa ou que tenha sido totalmente equipada por tal

⁵⁸ Segundo informações fornecidas pelo então Prefeito Sr. Sérgio Bernardelli, em entrevista concedida ao grupo de pesquisa da Prof. Dra. Ester Limonad do qual fiz parte, em Julho de 2001.

⁵⁹ PIQUET, Rosélia. em seu livro “Cidade-Empresa: Presença na Paisagem Urbana Brasileira” (1998), percorre vários estudos de caso sobre o tema, inclusive dedica um capítulo ao caso de *Volta Redonda e da CSN*.

empresa, mas há que se concordar que Porto Real obteve sua emancipação de Resende motivada pela chegada do grupo PSA Peugeot-Citroën ao município, isto é, não deixa de “ter sido criada” para sediar uma empresa. Além disso, o grupo PSA, segundo o próprio Prefeito da cidade, é tido como um “parceiro” do município no sentido em que é uma importante fonte de arrecadação e “geração de empregos”. Para PIQUET (1998),

A primeira associação que se faz à cidade-empresa é a de uma “minicidade”, na qual um conjunto de equipamentos comunitários incluindo habitações edifícios de pequeno comércio, escola hospital e áreas de lazer pertencem à uma companhia e onde é exercido controle sobre a entrada e saída de pessoas, configurando um núcleo urbano “fechado”. Entretanto, as práticas empresariais neste campo não se reduzem à este tipo de intervenção e incluem experiências em que, desde a concepção do projeto, há clara interferência da empresa. Os equipamentos e moradias da empresa são intercalados com terrenos e construções destinados à compra por pessoas externas a ela. Esses assentamentos podem ser implantados em áreas isoladas, ou próximos a alguma cidade preexistente e, neste caso, provocam profundas alterações na dinâmica local. (p.4)

Sabemos que Porto Real não se enquadra na classificação de um “núcleo urbano fechado” e que não existe uma intervenção direta do grupo empresarial no planejamento e intervenções urbanísticas, mas o imaginário que se criou e que podemos perceber, hoje, ao circular pela cidade e por municípios vizinhos é que a Peugeot-Citroën é tão importante para Porto Real quanto a CSN para Volta Redonda, a Vale do Rio Doce para Carajás etc.

Não podemos esquecer, contudo, que a Peugeot-Citroën é uma multinacional de capital e investimentos voláteis, isto é, da mesma maneira que ela chegou em Porto Real ela pode deixar a cidade, sem maiores explicações, em troca de melhores oportunidades e condições de produção. Como vimos nos capítulos anteriores, a introdução do modelo de produção flexível em alguns setores tem provocado uma mudança nos padrões de localização industrial e organização do espaço no entorno destas empresas.

La geografía productiva adquiere una nueva definición territorial una vez establecida como circuito planetario, al buscar combinar de la manera más competitiva la localización de recursos naturales, de mercados de trabajo (específicos, diferentes, de bajos salarios, etc.) e incluso de exigencias en protección ambiental o prestaciones salariales, etc., con autonomía de las consideraciones referentes a la geografía de las ventas. Esto provoca una reorganización de la planificación estratégica sobre el espacio y una reterritorialización de la dominación que modifica tanto la ocupación como los usos de los territorios - entendidos no sólo como expresión de su contenido físico sino también como

construcciones histórico-culturales -, en la búsqueda de un reposicionamiento espacial competitivamente estratégico. (CECEÑA, 2004:4,5)

Enquanto o espaço industrial fordista era espacialmente segmentado em determinados ramos de atividade e produção, de forma a concentrar indústrias e trabalhadores de ramos também específicos, a produção flexível, ou pós-fordista, permite uma sensível redução desta segmentação do espaço, o que chamamos de pulverização da produção e uma segmentação que passa se dar em escala muito menor, às vezes na escala da fábrica, o que LIPIETZ e LEBORGNE (1988) chamarão de *quase-integração vertical* (QIV)⁶⁰.

Ao contrário do passado, quando as grandes plantas industriais organizadas segundo o paradigma fordista se fizeram acompanhar da concentração espacial da população e das atividades terciárias, a produção flexível do presente permite a desconcentração espacial (...) graças à mudanças nos padrões tecnológicos, as novas firmas localizam-se fora das áreas de tradição industrial e sindical. Em "terrenos virgens", são construídas novas comunidades de firmas e de trabalhadores, onde são criadas relações de trabalho em novas bases, com o não reconhecimento de sindicatos e, no limite, com a individualização das relações empregado/empregador. (...) Esse processo de ruptura com o passado tem significado igualmente mudanças na forma de ocupação do espaço e uma crescente precarização das relações trabalhistas. (PIQUET, 1998:159)

Por isso indagamos o prefeito quanto aos riscos desta "opção pela dependência" em relação a estas firmas, especialmente a Peugeot e a resposta foi incisiva: *"Não! Nós temos ela como parceira!"* (Sr. Sérgio Bernardelli, Prefeito de Porto Real, em 2001).

Os dados da Companhia de Desenvolvimento Industrial (CODIN) e do Tribunal de Contas do Estado (TCERJ) a respeito dos investimentos no estado do Rio de Janeiro nos mostram que a região do Médio Vale do Paraíba Fluminense é a segunda do estado em valor de investimentos, bem como em número de empregos gerados, perdendo apenas para a região metropolitana no período, contudo, os empregos gerados não se destinaram majoritariamente a trabalhadores locais, isto é, moradores destes municípios, mas aos trabalhadores vindos de outras partes da região, do

⁶⁰ O conceito foi trabalhado anteriormente por HOUSSIAUX (1957) e ENRIETTI (1983) que buscam "clarear" a zona obscura entre a hierarquia (interna à firma) e o mercado (entre as firmas). Para LIPIETZ e LEBORGNE (1988:23), "a QIV se caracteriza por: Relações estáveis entre fornecedores e clientes; uma importante participação do cliente no volume de negócios do fornecedor; um campo de subcontratação extenso, indo da concepção à comercialização; formas não mercantis de relações interfirmas, indo da subordinação à parceria".

estado do Rio de Janeiro, do Brasil ou mesmo do exterior. De fato houve um aumento na geração de empregos, mas não apenas em Resende e Porto Real.

Tabela 11

*Investimentos decididos por empresas, atividades, valor e empregos
no estado do Rio de Janeiro (1995-2000)*

Regiões de Governo	Investimentos decididos	
	Valor (1.000 R\$)	Número de empregos
<i>Região Metropolitana</i>	8.442.983	14.377
<i>Região Norte Fluminense</i>	497.464	1.883
<i>Região Serrana</i>	75.155	---
<i>Região Baixadas Litorâneas</i>	211.000	540
<i>Região Médio Paraíba</i>	2.031.644	8.035
<i>Região Centro-Sul Fluminense</i>	4.876	100
<i>Sem definição da região</i>	350.000	1.300
TOTAL	11.613.122	26.235

FONTE: *Companhia de Desenvolvimento Industrial* - CODIN.

Segundo moradores locais e coordenadores de cursos oferecidos no SESI/SENAI, ou professores da UERJ, Estácio de Sá e Dom Bosco, a procura por formação técnica e superior por parte de moradores da região tem aumentado há apenas dois ou três anos, ou seja, a partir de 2000/2001, mobilizada pela demanda por qualificação das novas empresas que estavam tendo que “importar” mão-de-obra de São Paulo e Rio de Janeiro, segundo os próprios professores.

(...) No início nós recebemos técnicos da França para dar um apoio. Agora não, os instrutores já estão competentes. (...) Nossos [instrutores] do SENAI é que foram treinados no exterior. (...) (Entrevista com o coordenador do curso de mecânica, chaparia e pintura do SENAI/FIRJAN de Resende, em Janeiro de 2001⁶¹)

Percebemos pelo depoimento que ocorre uma mudança no tipo de relação de trabalho estabelecida dentro das fábricas e, mais do que isso, uma mudança nas exigências e competências para o “novo operário”. Essa mudança de padrões imposta

⁶¹ Entrevista concedida ao grupo de pesquisa da Pro^{fa}. Dr^a. Ester Limonad (UFF) do qual fiz parte entre 1999 e 2002.

pela reestruturação produtiva acarreta em toda uma re-organização do trabalho e da vida destes trabalhadores. Hoje a necessidade de qualificação e aperfeiçoamento para acompanhar as mudanças freqüentes trazidas pelas novas técnicas implica em mudanças constantes nos padrões de vida. Quando dizemos vida, lembramos de Hanna Arendt (2003) que nos fala sobre a *vita activa*, termo por ela eleito para designar três atividades humanas fundamentais, o *labor*, o *trabalho* e a *ação* aos quais já nos referimos nos capítulos anteriores. O primeiro, o *labor*, a atividade correspondente aos processos biológicos do corpo humano, isto é a própria vida, o segundo, o *trabalho*, é a atividade correspondente ao artificialismo da vida humana, aquele que produz um mundo artificial de coisas nitidamente diferente de qualquer ambiente natural e o último, a *ação*, a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria; correspondente a condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens vivem na Terra e habitam o mundo. Todos estes elementos que garantem aos homens sua condição humana, isto é a soma total de suas capacidades e atividades, não apenas sua natureza, sua biologia, são decodificados e recodificados sob o signo do novo processo produtivo e da nova economia.

A des-territorialização ocorre neste momento em que estes homens e mulheres reconstróem frequentemente seus territórios numa tentativa de acompanhar as mudanças impostas pelo sistema produtivo. Ou seja, maior envolvimento com o trabalho, diríamos até um engajamento que faz com que o operário se sinta responsável, participante daquilo que produz, é claro, graças a um forte estímulo a este tipo de relação por parte da empresa que incute nos trabalhadores a idéia de time, equipe e “sociedade” e, com isso, a idéia de que é necessário crescer para ajudar a empresa a crescer.

Por isto diferenciamos a des-territorialização do capital da des-territorialização dos trabalhadores e moradores que buscamos entender aqui. A primeira não passa de uma apropriação do termo para designar que as empresas hoje podem se des-localizar, isto é, deixar seus locais de produção e buscar outros mais vantajosos com grande rapidez, o que, contudo, não lhes garante o caráter de “desterritorializadas”, independentes e “livres” do território, mas ao contrário, estão cada vez mais presas e intimamente ligadas a ele. A segunda, esta sim, revela o que entendemos aqui por des-territorialização, vai implicar em um movimento constante de destruir, refazer, abandonar, se recriar.

4 – Conclusão: Uma avaliação da des-territorialização no Médio Vale do Paraíba Fluminense

A questão que motivou este trabalho teve como objetivo principal compreender e conhecer melhor o processo de reestruturação produtiva o qual discutimos nos capítulos iniciais, não só por suas características industriais, empresariais e por suas consequências econômicas, mas por uma leitura geográfica de tal processo, feita por meio do território. Buscamos esta leitura por meio do distanciamento do economicismo que tanto ronda a maior parte dos trabalhos que tratam deste assunto e por isso propusemos o tema da des-territorialização como norte do trabalho juntamente com as mudanças nos rumos da indústria no Sul Fluminense. Talvez o que de principal tenhamos apreendido com este estudo tenha sido a complexidade das relações ou,

simplesmente, das ações, quando lidas a partir do território e como a des-territorialização ganha diferentes interpretações para cada um dos diferentes sujeitos envolvidos neste processo.

Quando Milton Santos afirma que o território é complexo, talvez não tenhamos a idéia do que isto realmente significa quando temos um olhar distanciado do real. Esta complexidade está no simples fato de não podermos separar as ditas “esferas” (econômica, social, política, cultural), pois, desta forma, os fatos perdem completamente o sentido, ou porque seria impossível separar ou estandardizar o território em partes que, unidas, formam o todo. Neste caso, quando tratamos do território, o todo só pode ser entendido por meio das partes e estas têm em si também o todo. O território e a conseqüente des-territorialização aos quais damos destaque aqui, são marcados pela alteração de códigos comuns à esfera econômica, por novos processos e agenciamentos espaciais que contribuem para a construção de novas territorialidades, ou melhor, para a re-territorialização destas atividades no seio da sociedade através de mudanças introduzidas no âmbito da economia.

Sabendo que são várias as concepções de território e territorialização possíveis dentro do discurso das ciências sociais e que estas podem ir, como nos recorda Haesbaert (2002), desde o território como fonte de recursos ou meios materiais de existência numa concepção materialista de território e natureza, até o território em sua noção mais ampla, passível de ser estendido a qualquer sociedade, em qualquer momento histórico e podendo ser confundido com a noção de espaço geográfico, isto é, que compõe de forma indissociável a reprodução dos grupos sociais, no sentido em que as relações sociais são espacial ou geograficamente mediadas, propomos inicialmente tratar com maior freqüência do âmbito específico da economia. Por isso, optamos por dialogar com a concepção de território *como domínio [político] do espaço a serviço de interesses econômicos para buscar sua relação com a des-territorialização a partir da economia política*. Esperamos desta maneira, ter conseguido estabelecer uma relação direta entre a economia e a política e que estas tenham sido costuradas pelo social que nunca deixou de estar presente em todas as análises que fizemos da reestruturação produtiva no Médio Vale do Paraíba Fluminense.

O tema da reestruturação produtiva, tão em voga desde a década de 1990, hoje é utilizado para explicar quase todas as transformações no âmbito da produção e do trabalho. Suas características remetem a um conjunto de mudanças que

flexibilizam e dão mais mobilidade às relações, aos sistemas e às estruturas produtivas por meio da telecomunicação e do avanço nos veículos de informação que permitem e proporcionam mudanças no como produzir e na velocidade desta produção. Mas o “produzir” não existe por si só. Quem produz? Produz por quê? Produz para quê e para quem? Quem consome, consome por quê? Qualquer um pode consumi-lo? Como se dão as “trocas”? Como mover-se de uma parte a outra? São inúmeras as perguntas que exigem respostas. E cada uma dessas respostas é a chave para uma explicação mais ampla do que seja a reestruturação produtiva e a desterritorialização econômica. A reestruturação pressupõe a criação de algo novo sobre o que já existia. Ela constrói espaços e constrói relações que serão a base para o surgimento de territórios outros, re-estruturados e por isso, des-re-territorializados em outras bases econômicas e sociais.

Quando valorizamos as mudanças na estrutura empresarial e industrial em Resende e Porto Real, no estado do Rio de Janeiro, não estamos excluindo as demais formas de ver este processo, mas tentando mostrar como alterações nestes dois ambientes promovem e são promovidas por inúmeras mudanças também na sociedade, cultura, política, enfim, há uma densa rede, um emaranhado de causas e consequências que dão sustentação a este simples termo, muitas vezes anunciado como “lugar comum”.

Certamente, a reestruturação produtiva que implanta no Médio Vale do Paraíba Fluminense o pólo automotivo do Estado do Rio de Janeiro tem um significado importante em termos de organização da produção, do trabalho e da economia regional e estadual. Sendo este nosso fio condutor, objetivamos enxergar os dois lados deste processo, ou seja, o lado das empresas em associação com instituições públicas e com o governo e o lado dos trabalhadores, moradores, migrantes, pessoas que se tornam mais pacientes do que agentes das mudanças que vivenciam.

Como vimos no capítulo 2, a atividade industrial não é uma atividade recente no Médio Vale do Paraíba Fluminense. Apesar de esta região ter ganhado maior destaque e maior projeção a partir deste momento que delimitamos na década de 1990, o setor industrial já possuía sua importância com empresas de grande peso na economia estadual como a CSN, em Volta Redonda, a Metalúrgica Barbará e a Siderúrgica Barra Mansa, em Barra Mansa, ou o próprio pólo industrial de Resende, onde já atuavam diversas fábricas e empresas. O que fez com que os olhares se voltassem para esta região do estado nos anos 90 foi a chegada de um outro tipo de

empresa, fundamentada em novos processos e produtos que também seriam atrativos para outras empresas a partir de então.

Percorremos toda a trajetória e os meandros que resultaram na atual situação do pólo metal-mecânico de Resende e Porto Real e pudemos perceber que eles extrapolam o viés econômico e atingem com toda força a sociedade, o território e todas as formas de poder neles existentes: a população, os trabalhadores, os empresários, as instituições públicas (universidade, bancos, órgãos de fomento, poder público) e privadas (instituições de ensino técnico, universidades, setor de serviços e comércio local etc.), enfim, as mais diversas formas de organização social estão mergulhadas em um outro (novo) território, ou pelo menos em um território em permanente re-estruturar, re-territorializar.

É importante lembrar que à desterritorialização, segundo os principais autores que dedicaram sua obra a discutir tais conceitos, Giles Deleuze e Félix Guattari, segue-se sempre uma reterritorialização, pois não há destruição de territórios sem que haja, concomitantemente, a criação de outros, por isto muitas vezes utilizamos o hífen, para lembrar que à desterritorialização sucede sempre uma re-territorialização. Para nós, esta reterritorialização não se dá apenas com e pela implantação da fábrica e o início de sua produção, mas com uma grande reestruturação das esferas econômicas políticas e sociais no lugar em que se encontram. E esta é uma das questões levantadas no trabalho: de que modo a des-re-territorialização econômica se mostra como *abandono e re-apropriação, destruição e re-construção*, num processo extremamente dinâmico e por isso muitas vezes perverso, como diria Milton Santos, de reprodução do capital e da vida social, já que o primeiro não existe sem o segundo. O que significa que, como resposta às des-territorializações trazidas pela nova organização do sistema de acumulação, surgiriam novos territórios, *por que o capitalismo reterritorializa sem parar com uma mão o que estava desterritorializando com a outra*. (DELEUZE e GUATTARI, s/d).

Estas mudanças são sentidas primeiramente pelos trabalhadores e moradores destes municípios e redondezas que se deparam com uma nova forma de trabalhar e de se relacionar com o trabalho. Mudanças são trazidas com a velocidade da construção das novas plantas, questão de meses...

Um território recebe estes empreendimentos e imediatamente começam a se desfazer antigos processos, relações para se fazerem outros, para se re-territorializarem sob novas bases, novos processos e relações. A chegada destas

empresas⁶² traz consigo grandes mudanças para o desenrolar da vida cotidiana nestes municípios, para seus habitantes. Canteiros de obras são organizados e milhares de trabalhadores são contratados para dar conta desta rápida transformação, a paisagem muda junto com a perspectiva econômica e social local. Ao se erguerem as edificações das fábricas disseminavam-se, cada vez mais, rumores sobre a questão do emprego e novas oportunidades de investimentos na região, além de aguçar a ambição de governadores e prefeitos quanto ao recebimento dos benefícios destes investimentos por meio de impostos, empregos, melhorias em infra-estrutura, comércio e serviços etc.

Tantos foram os rumores e especulações que os resultados ficaram bem aquém do esperado em quase todos os quesitos, a não ser no quesito “arrecadação municipal de Porto Real”, segundo a Secretaria de Fazenda e o próprio Prefeito. Ao mesmo tempo em que empresas entravam em funcionamento percebia-se que a expectativa não correspondia bem à realidade. O número de empregos que era esperado não foi atingido por diversos motivos:

- As novas empresas (“enxutas”, “flexíveis”) empregam menos mão-de-obra do que as tradicionais, onde a automação e flexibilização são menores, desta maneira o número de contratações não foi expressivo em relação ao montante de investimentos e produtividade.
- As novas empresas exigem um tipo de mão-de-obra até então pouco disponível nos municípios, isto é, qualificação profissional, alto nível de escolaridade, tudo isso associado a pouca idade.

Conclusão: Reestrutura-se a produção, novos padrões de organização territorial são postos, mas grande parte da sociedade está ainda à margem, apenas como expectadora de todo este processo, já que, de certa forma, ele não chegou a todas as pessoas.

Associado a esta não-abrangência da reestruturação e de seus bônus a toda a sociedade nos municípios de Resende e Porto Real, grandes levas de migrantes começam a se deslocar para esta região, vindas de todas as partes, do próprio estado ou de outras partes do Brasil, aumentando ainda mais a massa de trabalhadores e familiares sem perspectiva alguma de inserção no mercado “em crescimento”.

⁶² Volkswagen, Guardian, Galvasud, Peugeot-Citroën e suas fornecedoras.

Vivemos um momento histórico em que há uma substancial importância dos meios de comunicação e informação, enfim, da técnica para o controle de situações e pessoas. Período a que alguns autores vão denominar “Era da Informação” (CASTELLS, 1999) ou “Era do Capital Global” (O’BRIEN, 1992; OHMAE, 1996), mas que, talvez interfiram muito mais no modo de viver em sociedade do que o que se discute na literatura referente ao assunto.

Todos os artifícios técnicos da “era da informação”, incluídos aí a comunicação e os transportes, têm levado as grandes empresas a fazerem pesados investimentos nos últimos anos. Estes investimentos nada mais são do que tentativas de dinamizar o circuito de produção-mercantilização-consumo. O controle destes artifícios técnicos implica em uma relação de poder, mesmo que este [poder] não seja uma categoria espacial, como nos mostra Raffestin (1980: 6): “O poder não é uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda ‘produção’ que se apóia no espaço e no tempo”. Este Poder se manifestará mais do que sobre as próprias técnicas, também sobre o território; quem detém o poder para dominar as técnicas, de certa forma dominará também o território.

Podemos dizer que a economia flexível, o pós-fordismo, é uma realidade, mas não para todos os envolvidos no processo. Houve um avanço técnico, mas este não pode ser sentido por todos os que hoje participam e vivenciam estas transformações. Pois quando falamos nestes tipos de técnica estamos falando necessariamente de um alto custo. Alto custo financeiro e social. Financeiro, pois como já afirmamos, nos setores envolvidos tal evolução técnica exige pesados investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Logo, não será a maior parte das empresas que terá acesso a tais benefícios. Neste sentido, inclusive, o papel do território ganha ainda mais destaque quando pensamos na desigual distribuição dos equipamentos e infra-estruturas de última geração, no papel do capital ao redor do mundo. Social, pois alguns frutos da evolução técnica, principalmente neste setor da economia trazem consequências cruéis para o mundo do trabalho, especialmente para os países subdesenvolvidos. Daí uma das poucas certezas do “novo” modelo de acumulação emergente: seu caráter fortemente excludente. Podemos dizer que houve um crescimento econômico da região do Médio Vale do Paraíba Fluminense, mas não um correspondente desenvolvimento social.

Desta forma, observamos em nossas análises que houve uma des-territorialização para os agentes deste processo e outra para a população. Enquanto

para alguns, os “de cima”, a des-localização acaba sendo tratada por desterritorialização numa associação que privilegia as condições de produção e crescimento na atual conjuntura econômica em locais que ofereçam maiores vantagens, para outros, os “de baixo”, a des-territorialização pode ser vista como um fenômeno muitas vezes perverso, pois impõe mudanças territoriais que não são facilmente acompanhadas pelo cidadão comum, pelos trabalhadores, que têm suas vidas muito mais enraizadas, ou melhor, que necessitam mais desta articulação territorial do que as grandes empresas com as quais se deparam nos últimos anos.

Empobrecimento, desemprego, periferização, marginalidade são a materialização desta des-territorialização como frutos desta reestruturação para o município de Resende, por exemplo, onde encontramos hoje, segundo a Secretaria de Trabalho e Ação Social do município, um alto nível de desemprego, alto déficit habitacional e carências em infra-estrutura básica como saneamento e calçamento.

Porto Real, ex-distrito de Resende que passa pelo mesmo processo vive uma situação um pouco menos crítica, talvez não por seus méritos, mas por suas próprias deficiências. O município se emancipou de Resende em condições estritamente voltadas para os interesses político-institucionais que ligavam um grupo de empresários locais e políticos que objetivavam alçar novos vôos sobre a possibilidade de arrecadação e enriquecimento com a situação que se projetava, tanto através de recursos públicos quanto da especulação imobiliária local.

É desta forma que podemos perceber que, certamente, não há a des-territorialização pura e simplesmente como deslocalização, mas como uma nova forma de apropriação do território e novas construções e ordenamentos que se reproduzem no mesmo, estabelecidas por meio de novos códigos e agenciamentos, como sugerem Deleuze e Guattari (s/d). Para nós tal apropriação passa a se dar mais pelo *controle das ações que se dão no território* que pelo *controle dos acessos a ele*.

Foucault formulou a seguinte proposição a respeito dos debates que permeiam a atual conjuntura econômica, política e cultural:

A era atual talvez seja, acima de tudo, a era do espaço. Estamos na era da simultaneidade: estamos na era da justaposição, na era do perto e do longe, do lado a lado, do disperso. Estamos em um momento, acredito, em que nossa experiência de mundo se dá menos por um longo desenrolar da vida através dos tempos do que por uma rede que conecte pontos e interseções em sua própria meada. Poder-se-ia dizer, talvez, que alguns conflitos ideológicos que animam a polêmica atual opõem os fiéis descendentes do tempo aos decididos habitantes do

espaço. (FOUCAULT, 1986: 22, tradução nossa)

Segundo Foucault, *justaposição, perto e longe, lado a lado e disperso*, são dicotomias que diante dos novos processos de des-re-territorialização têm que ser (re)pensadas e quiçá deixadas de lado já que a realidade atual prima pela “multiterritorialidade”:

Não se trata mais de priorizar o fortalecimento de um “mosaico”-padrão de unidades territoriais em área, vistas muitas vezes de maneira exclusivista entre si, como no caso dos Estados nacionais, mas seu convívio com uma miríade de territórios-rede marcados pela descontinuidade e pela fragmentação que possibilita a passagem constante de um território a outro, num jogo que denominaremos aqui, muito mais do que desterritorialização ou declínio dos territórios, a sua “explosão” ou, em termos teoricamente mais elaborados, uma “multiterritorialidade”, pois, como já afirmávamos em 1997, “na ‘pós’ ou ‘neo’ modernidade, um traço fundamental é a multiterritorialidade humana (...)”. (HAESBAERT, 2004:337,338)

Uma observação atenta das transformações recentemente ocorridas no Médio Vale do Paraíba Fluminense mostra novas territorialidades se construindo e se desfazendo com a mesma rapidez com que se dão as transformações no mundo da produção industrial. Isto é, a reestruturação produtiva contribui para a formação de territórios muitas vezes tão instáveis que estes se confundem com sua própria ausência, levando, então, à incógnita da *desterritorialização econômica*. Um das perspectivas da des-territorialização sob o ponto de vista econômico assinalada por Haesbaert (2004), é aquela que se refere à ênfase dada a um dos momentos do processo de globalização, aquele do chamado capitalismo pós-fordista ou de acumulação flexível, o qual seria responsável pelo enfraquecimento das bases territoriais na estruturação geral da economia, em especial na localização das empresas; daí a proposta de desterritorialização como sinônimo de “deslocalização”, dando maior ênfase ao caráter “multilocacional” destas empresas.

Se todo modelo de produção envolve organização territorial - pois é constituído e se constitui por meio das práticas sociais e não existe sociedade a-territorial como vimos em Gonçalves (2001) - o processo de reestruturação produtiva dar-se-ia através das modificações das qualidades do espaço-tempo dentro da fábrica e também fora dela, compondo redes entre estas fábricas com vistas a uma maior possibilidade de sucesso na reprodução do Capital. Contudo, quando se afirma que as características que melhor identificam as fábricas/empresas hoje, parecem ser a participação social, a fluidez, a flexibilidade, as redes, enfim, a “desterritorialização”, deve-se ter em mente que *a relativização sistêmica de todos os componentes se efetua sobre uma dimensão*

temporal que atravessa e ocupa o espaço social e realiza uma valorização concreta (LAZZARATO, 2001:60). Ou seja, “desterritorializada”, neste contexto, não significa a-territorial ou independente do território, mas constantemente re-territorializada sob a forma de novas *práticas sociais que são sempre, também, práticas espaciais* já que tais práticas espaciais envolvem trabalho, produção e reprodução, localizações particulares e características espaciais locais de cada formação social, isto é, são vivenciadas antes mesmo de serem conceituadas. (LEFEBVRE, 1991: 33, 34).

Assim, na maioria das vezes em que se lê “desterritorialização” em trabalhos a respeito de reestruturação de empresas ou regiões industriais, seria melhor substituir este termo por deslocalização já que se trata de algo muito mais técnico e financeiro do que realmente territorial.

Se vamos encarar a reestruturação produtiva como uma “reconstituição” ou como um rearranjo das relações de poder, então teremos de considerar as bases geográficas a partir da des-territorialização do Capital e da sociedade que o move, tendo em vista os novos processos e práticas sociais que ambos engendram e que lhes garantem novas formas.

Porto Real seria um exemplo deste rearranjo das relações de poder que vão trazer mudanças significativas para o Médio Vale do Paraíba Fluminense. Como vimos, Porto Real é um município jovem que teve sua emancipação de Resende no final da década de 1990. Nesta época, para garantir sua emancipação, Porto Real teve que abrir mão da Volkswagen, recém inaugurada na região em favor de Resende. Originalmente, a fábrica localizava-se em um terreno que fazia parte do distrito de Porto Real, mas uma das condições colocadas por Resende para concordar com a emancipação era a garantia de que a empresa ficaria com o segundo. Então, após várias conversações decidiu-se pela delimitação municipal que se tem hoje.

Vimos que as consequências da reestruturação para estes municípios foram diversas. Podemos até dizer que estas consequências foram mais positivas para um do que para o outro, já que, apesar de ambos terem sido contemplados com um incremento na arrecadação municipal, com certo número de empregos, melhoria na infra-estrutura de asfaltamento e saneamento (pelo menos nos bairros centrais), ofertas de vagas em cursos técnicos e de nível superior (no caso de Resende), o desemprego no município de Resende é hoje de aproximadamente 10% e o subemprego cerca de 20%, o que gera sérios problemas sociais para a cidade.

Se Porto Real não teve o incremento nos níveis de pobreza que teve Resende talvez tenha sido porque Porto Real já era um distrito pobre e se emancipou como tal. Se Porto Real não sofreu com levas de migrantes em seu território talvez tenha sido porque a infra-estrutura disponível no município, como habitação, asfaltamento, saneamento básico, além de equipamentos e serviços como escolas, hospitais, comércio, lazer etc. não era encontrada, o que fez com que estes migrantes procurassem regiões vizinhas, especialmente, Resende. Se Porto Real não teve alto índice de empregos gerados no município talvez tenha sido porque o nível de escolaridade da população local não atendia às necessidades e nem haveria possibilidade de que isso acontecesse, já que no ano da emancipação o município não contava sequer com o Ensino Médio.

Desta maneira, em termos de distribuição de custos e benefícios, podemos dizer que o município de Porto Real (além dos demais atores envolvidos no processo de emancipação, na política e na economia local) ficou com grande parte dos bônus deste processo que estão ligados, principalmente à arrecadação municipal e aos novos investimentos (que incrementam a primeira e geram especulação imobiliária que vai beneficiar personalidades locais). Enquanto Resende conta hoje, em grande parte, com os ônus já comentados, pois no ato do desmembramento, Resende ficou apenas com a Volkswagen⁶³, enquanto Porto Real “herdou” o Grupo PSA, todo o parque de fornecedoras e mais a Guardian e a Galvasud.

Em contrapartida, podemos dizer que Porto Real conta atualmente com uma fragilidade institucional, administrativa, enfim, política que é derivada de sua íntima ligação, dependência ou, segundo o ex-prefeito Sr. Sérgio Bernardelli, “parceria” com as empresas. Fragilidade esta assim por nós definida devido à relação que se estabeleceu entre o Governo Municipal e as instituições privadas ali instaladas. A prefeitura depende das empresas com uma intensidade muito maior do que a recíproca, isto é, do que as empresas dependem do município, o que gera uma situação, a nosso ver, de grande desvantagem para a primeira.

Isto porque para empresas multinacionais como a Volkswagen ou a Peugeot-Citroën, a importância do território está muito mais ligada às vantagens locais oferecidas pelas instituições financeiras, políticas e econômicas que elas vão conquistar ao fazer tal opção do que àquilo que o território irá oferecer como recursos

⁶³ Sua permanência com Resende foi usada como condição para a emancipação de Porto Real.

ou trunfos estratégicos, como nos diriam as antigas teorias de localização industrial e seus “fatores locacionais”. Para estas empresas as vantagens foram os incentivos oferecidos pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, associado ao Governo Federal como grande “financiador” dos projetos por meio do Banco do Brasil e do BNDES, além da participação das prefeituras e empresários/proprietários locais.

Outra vantagem demonstrada por estes municípios que estimulou a vinda das empresas citadas e outras ligadas a elas está relacionada ao mercado de trabalho regional. Foi a frágil organização e mobilização sindical existente no Médio Vale do Paraíba Fluminense neste ramo de atividade, isto é, nos setores metal-mecânico e automobilístico. Pudemos observar que a questão sindical é muito recente na região quando se trata do setor automotivo, o que se tornou um motivo de atração para as empresas em questão, habituadas, segundo declarações dos próprios membros do sindicato, a um movimento sindical de maior peso e muito mais exigente, como o movimento sindical francês ou o da região do ABC paulista.

Certamente poderíamos pensar neste momento que, para municípios como Resende, Porto Real e outros localizados na mesma região, a formulação de projetos municipais para estratégias conjuntas de desenvolvimento, ou seja, entre todos estes municípios, seria de grande importância no sentido de tentar corrigir alguns problemas trazidos neste processo de reestruturação da economia como o desemprego a baixa escolaridade da população e a falta de qualificação da mão-de-obra local que levam a tantos outros problemas sociais aqui já comentados. No entanto, não observamos qualquer plano por parte do governo para o Médio Vale do Paraíba Fluminense e nem qualquer outro que partisse das próprias Prefeituras, ao contrário, o que ocorre é um verdadeiro isolamento político-econômico por parte destes municípios em busca de um suposto “desenvolvimento próprio”. Nem mesmo a intervenção de agências de serviços constituídas por determinação do governo federal como o BNDES, FAT, Banco do Brasil, surtem efeito na tentativa de uma integração econômica que permita um desenvolvimento conjunto estável para a estes municípios para a região e o estado, com redução das desigualdades sociais e distribuição da renda.

Isto é o que Klink (2005:30) vai chamar de “*cultura do jogo de soma zero*”, isto é, a cultura que faz com que atores locais não entrem em arranjos cooperativos, seja em função de uma avaliação de que é possível ganhar com esforços dos outros, seja em função de uma avaliação individual e estreita de custos e benefícios que não levam em consideração os efeitos (benéficos ou prejudiciais) sobre o município

vizinho. Fato observado com grande frequência entre os municípios do Médio Vale do Paraíba Fluminense os quais desconsideram completamente a possibilidade de qualquer arranjo cooperativo, seja para o bem da população, seja para o próprio crescimento em termos de cifras econômicas para estes municípios.

Estivemos nas Prefeituras Municipais de Resende, Porto Real, Volta Redonda e Barra Mansa e em todas obtivemos a mesma resposta à indagação sobre uma possível interação entre os municípios da região ou entre aqueles que se destacavam como potencialidades para a atividade industrial: Não existe projeto conjunto, nem cooperação entre os municípios para qualquer ação conjunta por motivos diversos, dentre eles as diretrizes políticas distintas.

Note que quando os entrevistados se referiam a “diretrizes políticas” estavam, provavelmente, querendo dizer corrente partidária no governo, o que demonstra uma séria confusão entre liderança política e liderança partidária. O local e, neste caso, nos referimos especificamente aos municípios citados, se define hoje por uma ausência de políticas de desenvolvimento sérias que não só levem em consideração a necessidade de acordos e parcerias entre os municípios, mas também considerem a importante e, mais do que isso, fundamental participação da população nestes projetos para que seja possível um crescimento com desenvolvimento social e assim, como afirma Silveira (2005:21), “a mobilização democrática e produtiva dos territórios como uma via de transformação social”.

Para este tipo de governo, a importância do desenvolvimento local, principal argumento das autoridades políticas durante o início do processo de negociação e instalação das empresas de última geração no Médio Vale do Paraíba, está em arrecadar e administrar o dinheiro público com vistas a alcançar mais e mais empreendimentos para os municípios, como novas fábricas, investimentos financeiros, arrecadação em impostos, equipamentos etc. Estes, muitas vezes, não somam à qualidade de vida dos moradores, como é o caso da implantação de fibra ótica e construção de rodovias, por exemplo. Seria necessária uma democratização destes bônus trazidos pelos novos empreendimentos que poderia ser feita por meio de uma descentralização do poder e responsabilidades de ação no local, ou de uma maior disponibilidade de recursos intelectuais e materiais que permitissem uma maior integração da população às mudanças tecnológicas em curso.

Uma real mobilização da sociedade no território e uma efetiva re-territorialização que beneficie a todos os envolvidos no processo se daria por meio de

criação e implementação de projetos sociais, da democratização do poder de decisão e participação da população nos assuntos político-econômicos dos municípios. Isto é, uma socialização deste “projeto empreendedor” em curso que permita o acesso de todos e que traga realmente mudanças efetivas, por exemplo, o desenvolvimento econômico que combine inclusão social e geração de trabalho e renda.

Referências Bibliográficas

- AB' SABER, Aziz Nacib e BERNARDES, Nilo. *Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Arredores de São Paulo*. Edição do Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro: CNG, (1958).
- ALVES, Rubem. “As flores sobre as correntes” in *O que é religião?* São Paulo: Loyola (2001).
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo (2001).
- ARBIX, Glauco. *A reestruturação produtiva e o surgimento de um novo estilo de ação sindical na indústria automobilística*. Relatório no. 13/1996, Escola de Administração de Empresas de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas/NPP. Série Relatórios de Pesquisa. (1996)
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (2003)
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge

Zahar Editor (2001).

BADIE, B. *O fim dos territórios*. Lisboa: Instituto Piaget, s.d.

BECKER, Bertha. "A geografia e o resgate da geopolítica". in *Revista Brasileira de Geografia*; Ano 50, v. 2. Rio de Janeiro (1988).

_____. "A geopolítica na virada do milênio: Logística e desenvolvimento sustentável". in CASTRO, Iná E. et al. (org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2000).

BENKO, George. "Os novos espaços industriais: a lógica locacional" in *Cadernos IPPUR/UFRJ*, ano VII, nº 1, Abril (1993).

_____. "Leitura sócio-econômica do fim do século" in idem, *Economia Espaço e Globalização*. São Paulo: Hucitec (1996).

BODY, Martin. "Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica" in VALLADARES, L. & PRETENCEILLE, E. (org.) *Reestruturação Urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel (1990).

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A (2001).

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988*. 29ªed. São Paulo: Saraiva (Coleção Saraiva de Legislação). (2002)

BUENO, Ricardo & FARO, Luiz Cesar (org.). *Capital & Trabalho: Os melhores depoimentos do cenário sindical*. Rio de Janeiro: Rio Fundo (1991).

CACCIA, Giuseppe. "Modelos empresariais e figuras do trabalho no nordeste da Itália" in COCCO, G. et al. (org.) *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: O caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: DP&A (1999).

CARDOSO, Maria Francisca Thereza. "Organização e Reorganização do Espaço no Vale do Paraíba do Sul - Uma análise geográfica até 1940". *Revista Brasileira de Geografia*, 53 (1): 81 – 135.(1991)

CASANOVA, Pablo González. *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Trad. Ana Carla Lacerda. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: LPP/UERJ, Buenos Aires: CLACSO. (2002).

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Trad. Roneide V. Majer. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1. São Paulo: Paz e Terra (1999).

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra (1982)

CECENÃ, Ana Esther (org.). *La internacionalización del capital y sus fronteras tecnológicas*. Coyoacán, México: Ediciones El Caballito. (1995)

_____. *La guerra como razón del mundo que queremos transformar*. Colocação apresentada no Seminário "Reforma ou Revolução", organizado pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LPP-UERJ) e pela Fundação Rosa Luxemburgo em Maio de 2004.

CAIRNCROSS, F. O fim das distâncias: Como a revolução nas comunicações transformará nossas vidas. São Paulo: Nobel, 1997 (2000).

CORRÊA, Dalmir Monteiro. *O Vale do Paraíba Fluminense - Aspectos da formação Social e Econômica*. Gráfica e Editora Jornal de Hoje Ltda. (1980).

- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial* (1986).
- CHOMSKY, Noam. *O Lucro ou as Pessoas? Neoliberalismo e Ordem Global*. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2002).
- DECCA, Edgard. "Nunca temos tempo para sonhar" in idem, *O nascimento da fábrica*. São Paulo: Editora Brasiliense, s.d.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações 1925-1990*. Trad. Peter Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34 (1992).
- DELEUZE, Giles & GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo. Capitalismo e Esquizofrenia*. Trad. Joana Moraes Varela e Manuel Carrilho. Lisboa: Assírio & Alvim (s/d)
- DE MASI, Domenico. *O futuro do trabalho: Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Trad. Yadyr A. Figueiredo. Rio de Janeiro: José Olympio Editora/ Brasília, DF: Ed. da UNB (2000).
- _____. *O ócio criativo; Entrevista a Maria Serena Palieri*. Trad. Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante (2000).
- DUSSEL, Enrique. "Europa, modernidad y eurocentrismo" in LANDER, Edgardo (Compilador). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO (2000)
- ESTUDO PARA O PLANEJAMENTO MUNICIPAL: BARRA MANSA. Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro.(1977).
- ESTUDO PARA O PLANEJAMENTO MUNICIPAL: RESENDE. Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro. (1977).
- ESTUDO PARA O PLANEJAMENTO MUNICIPAL: VOLTA REDONDA. Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio de Janeiro. (1977).
- FERREIRA, Alvaro Henrique de Souza. [Tese] *A emergência do Teletrabalho e as novas territorialidades na cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. (2003)
- FRANÇA, Ary. *A Marcha do Café e as Frentes Pioneiras*. Rio de Janeiro: CNG, (Guia da excursão nº 3 realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia) (1960).
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes. (1979).
- _____. "Of Other spaces". *Diacrities*. Vol. 16, nº. 1. (1986).
- _____. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (1997).
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP. (1991)
- GOMES, Paulo Cesar da C. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (1996).
- GONÇALVES, Carlos Walter P. *Geo-Grafias: Movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*. Guadalajara: Siglo Veintiuno editores (2001).
- _____. *Os sentidos da globalização*. (no prelo)
- _____. *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva*

- extrativista*). Brasília: IBAMA/MMA. (2003)
- GONÇALVES, Carlos Walter P. e HAESBAERT, Rogério. *A nova (des-)orden mundial*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005. (no prelo)
- GUATTARI, Felix e NEGRI, Toni. *Os novos espaços de Liberdade*. Trad. Centelha. Coimbra: Centelha. (1987)
- GUATTARI, Felix e ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, (1986).
- GUERRA, Antônio Teixeira. *Dicionário Geológico – Geomorfológico*. IBGE. Rio de Janeiro (1975).
- GUIA SÓCIO-ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Volume: 2 . Gráfica JB. (1993).
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da des-territorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (2004)
- _____. “Concepções de Território para entender a Desterritorialização”. in *Território Territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB-Niterói. (2002)
- _____. “Globalização e Fragmentação no mundo contemporâneo” in HAESBAERT, Rogério (org.), *Globalização e Fragmentação no Mundo Contemporâneo*. Niterói: EdUFF (2001a).
- _____. “Território, cultura e des-territorialização.” In: ROSENDHAL, Z. (org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ. (2001b)
- _____. “Desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão”. in CASTRO, Iná E. (et al.) (org.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (2000)
- _____. *RS: Latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto. (1988).
- _____. “O mito da desterritorialização e as ‘regiões rede’”. *Anais do 5º congresso Brasileiro de Geógrafos*, vol. 1. Curitiba: AGB, (1994).
- HAESBAERT, Rogério e BRUCE, Glauco. “A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari”. In *GEOgraphia*. Ano IV, n.7 (7-31), Niterói, UFF/EGG (2002).
- HAESBAERT, Rogério e TRAMONTANI, Tatiana. “O mito da desterritorialização econômica”. In *GEOgraphia*. Ano VI, n.12 (25-48), Niterói, UFF/EGG (2004).
- HARVEY, David. “The geopolitics of capitalism” in GREGORY, D. & URRY, J. (orgs.). *Social Relations and Spatial Structures*. Londres: Mac Millan (1985).
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Trad. Adail U. Sobral & Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola (1999).
- HYMAN, Richard. “Que son las Relaciones Industriales?” in idem. *Relaciones Industriales: Una introducción marxista*. Madrid: H. Blume Ediciones (1981).
- IBGE. *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro (1995).
- IQM. *Índice de Qualidade dos Municípios*. CIDE:Rio de Janeiro (1998).
- JAMESON, F. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática. [1996] (1984)
- KLINK, Jeroen. “Os limites da metrópole”. In *Global Brasil*, no 4, Publicação: Rede

- Universidade Nômade, Do Lar Design Ltda., DP&A Editora. Novembro, dezembro e janeiro (2005)
- LACOSTE, Yves. *A geografia - Isto serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. São Paulo: Papirus (1988).
- LANDER, Edgardo (Compilador). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO (2000)
- LAZZARATO, Maurizio & NEGRI, Antonio. *Trabalho Imaterial: Formas de vida e produção de subjetividade*. Trad. Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A (2001).
- LEBORGNE, D. & LIPIETZ, A. "Flexibilidade defensiva ou flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial" in VALLADARES, L. & PRETENCEILLE, E. (org.) *Reestruturação Urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel (1990).
- LEFEBVRE, Henri. *A re-produção das relações de produção*. Trad. Antônio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Publicações Escorpião. (1973)
- _____. *The Production of Space*. Trad. inglês Donald Nicholson-Smith. Cambridge, Massachusetts: Blackwell Publishers (1991).
- _____. *A Cidade do Capital*. Trad. Maria Helena R. Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A (2001).
- LÉVY, Pierre. O que é o virtual? Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34 (1996).
- _____. *Cibercultura*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34 (1999).
- LIMONAD, Ester. *Os Lugares da Urbanização: O caso do interior fluminense*. São Paulo: [s.n.] (1996)
- _____. "Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização". *GEOgraphia*. Ano 1, n.1 (71-91), Niterói, UFF/EGG (1999).
- _____. *Relatório Anual CNPq 2001*. Referente aos dois primeiros anos da pesquisa "Reestruturação produtiva, redes empresariais e dinâmicas locais e regionais no Sul Fluminense" - Projeto integrado ao CNPq no período de 1999-2002 (2001).
- _____. *Rumo a um novo paradigma da organização do espaço de produção industrial*. Anais XIII ENG, João Pessoa-PB, (2002-a)
- _____. "Urbanização e organização do espaço na era dos fluxos. in *Território Territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB-Niterói. (2002-b)
- LIPIETZ, Alain. "Uma visão regulacionista sobre o futuro da ecologia urbana" in *Cadernos IPPUR/UFRJ*, ano VIII, no. 1 (1994)
- LIPIETZ, Alain. & LEBORGNE, D. "o Pós-fordismo e seu espaço" in *ESPAÇO E DEBATES*. Ano VIII, no. 25, (12-29) (1988).
- MARX, Karl. "A chamada Acumulação Primitiva". in idem, *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro Primeiro, Volume II, capítulo XXIV. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (1990).
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Trad. Maria Lúcia Como.

Rio de Janeiro: Paz e Terra (1998).

MÉNDEZ, R. "Innovación Tecnológica, Sistema Productivo y Territorio". in idem, *Geografía Económica: La lógica espacial del capitalismo global*. Barcelona: Ariel, (1997).

_____. "La nueva división espacial del trabajo" in idem, *Geografía Económica: La lógica espacial del capitalismo global*. Barcelona: Ariel, (1997)

MÉSZÁROS, István. *O século XXI. Socialismo ou Barbárie?* Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial. (2003)

MIGNOLO, Walter D. "La colonialidade a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad in LANDER, Edgardo (Compilador). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO (2000)

MOREIRA, Ruy. "Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço do trabalho" in *Ciência Geográfica*. Ano IV, no. 16, v.2, (4-8), AGB/Bauru, (2000).

_____. "As categorias espaciais na construção geográfica das sociedades" in *GEOgraphia* - PPGG-UFF, Ano III, no. 5, (19-41). Niterói (2001).

_____. "Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação" in *GEOgraphia* - PPGG-UFF, Ano IV, no. 7, (32-52). Niterói (2002)

MORIN, Edgard. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

NABUCO, M.R.; NEVES, M.A. & NETO, A.M.C. Indústria Automotiva. A geografia do setor produtivo. Rio de Janeiro: DP&A, (2001).

O'BRIEN, R. *Global financial integration: The end of Geography*. New York: The Royal Institute of International Affairs and Council on Foreign Relations Press. (1992)

OHMAE, R. O fim do Estado Nação: A ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro: Campus, 1995 (1996).

OSEKI, Jorge H. "O único e o homogêneo na produção do espaço" in MARTINS, José de Souza (org.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, (1996).

OLIVEIRA, Floriano José Godinho. [Tese] *Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense*. São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. (2003)

Ó TUATHAIL, G. "Political Geography III: dealing with deterritorialization". in *Progress in Human Geography*, 22 (1), 1998.

PAZ, José González. *Os transportes*. Trad.: Ângelo Barreto e Irineu Garcia. Biblioteca Salvat de Grandes Temas. (1979).

PIQUET, Rosélia. *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (1998).

POCHMANN, Márcio. *O Emprego na Globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo (2001).

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, Coleção grandes Estudos Brasileiros, V. II, (1945).

PRED, Allan. "The social becomes the spatial, the spatial becomes the social:

- Enclosures, social change and the becoming of places in Skane” in GREGORY, D. & URRY, J. (orgs.). *Social Relations and Spatial Structures*. Londres: Mac Millan (1985).
- QUIJANO, Aníbal. “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina” in LANDER, Edgardo (Compilador). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO (2000)
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática (1993).
- RAMALHO, José Ricardo e SANTANA, Marco Aurélio. “A indústria automobilística no Rio de Janeiro: Relações de trabalho em um contexto de desenvolvimento regional”. in NABUCO, Maria Regina; NEVES, Magda A. e CARVALHO NETO, Antônio M. (org.) *Indústria automotiva: A nova Geografia do setor produtivo*. Rio de Janeiro: DP&A. (2002)
- ROBERTSON, R. “Glocalization: time-space and homogeneity-heterogeneity”. In FEATHERSTONE, M. et. al. (orgs.) *Global Modernities*. Londres: Sage, (1995) (Edição Brasileira: Robertson, R. (1999) *Globalização* – Cap. 12, Petrópolis: Vozes).
- RODRIGUES, A. Jacinto. *Urbanismo e Revolução*. Porto: Edições Afrontamento. (1973)
- SACK, R. *Human Territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press. (1986)
- SANTANA, Fábio Tadeu de M. [Dissertação] *Os impactos sócio-espaciais da reestruturação produtiva: O caso de Porto Real*. (2001) Universidade Federal Fluminense, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrado em Ordenamento Territorial. Niterói, (2001).
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, (1988)
- _____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec (1996).
- _____. “O Dinheiro e o Território”. in *GEOgraphia*; Ano1, Nº 1, Niterói: UFF/EGG (1999).
- _____. “Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial” in *Território/ LAGET*, UFRJ ano IV, nº 6 (Janeiro/Julho 1999). Rio de Janeiro: Garamond (1999).
- _____. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record (2000).
- SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record (2001).
- SANTOS, Patricia Daflon. *Modelos de Produção e Localização Industrial*. [Trabalho de Conclusão de Curso] Universidade Federal Fluminense. Niterói, (2002).
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: Conseqüências pessoais do trabalho no*

- novo capitalismo*. Rio de Janeiro:Record, (1999).
- SCOTT, A.J. & STORPER, M. "Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução teórica" in *ESPAÇO E DEBATES*, Ano VIII, no. 25 (30-44). (1988).
- SILVA, Gerardo. "O local à deriva". In *Global Brasil*, no 4, Publicação: Rede Universidade Nômade, Do Lar Design Ltda., DP&A Editora. Novembro, dezembro e janeiro (2005)
- SILVEIRA, María Laura. *Um país, uma região. Fim de século e modernidades na Argentina*. São Paulo: FAPESP, LABOPLAN-USP. (1999).
- SILVEIRA, Caio Márcio. "A proposta da Expo Brasil". In *Global Brasil*, no 4, Publicação: Rede Universidade Nômade, Do Lar Design Ltda., DP&A Editora. Novembro, dezembro e janeiro (2005)
- SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: Diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto (2000).
- SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Trad. (da 2ª ed. inglesa) Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (1993).
- SOUZA, Marcelo José Lopes. "O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". in CASTRO, Iná E. (et al.) (org.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (2000)
- _____. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2000-b).
- STORPER, Michael. "A industrialização e a questão regional no terceiro mundo (Lições do pós-imperialismo; perspectivas do pós-fordismo)" in VALLADARES, L. & PRETENCEILLE, E. (org.) *Reestruturação Urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel (1990).
- _____. "Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas". In: Lavinas, L., Carleial, L. e Nabuco, M.R. (org.) *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. (1994)
- _____. Globalization and knowledge economy: leveraging global practices. In: Dunning, J. (ed.) *Regions, Globalization and the Knowledge-based economy*. Oxford: Oxford Univ. Press.(2000)
- SWYNGEDOUW, E. "Neither global nor local: 'Glocalization' and the politics of scale". in COX, K. *Spaces of Globalization: reasserting the power of the local*. Nova York: Guilford Press. (1997)
- TAVARES, H. M. "Complexos de alta tecnologia e reestruturação do espaço" in *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Ano VII, no. 1, (39-52), Rio de Janeiro, (1993).
- THOMPSON, E.P. "Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial" in idem, *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia da Letras (1998).
- TOLEDO, Enrique de La Garza (org.) *Reestructuración productiva, mercado de trabajo*

y sindicatos en América Latina. Colección Grupos de Trabajo de CLACSO, grupo de trabajo: Trabajo, Sujetos y Organizaciones Laborales. Buenos Aires: CLACSO Gráficas y Servicios. (2000)

VICTORIA, Patricia M. *A importância da Logística para os novos modelos de produção: o caso do "porto seco" e os complexos empresariais do Sul Fluminense*. [Trabalho de Conclusão de Curso] Universidade Federal Fluminense. Niterói, (2003)

VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*. Trad. Paulo Roberto Pires. São Paulo: Ed. 34 (1997).

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto. (2001)

WERLEN, Benno. *Society, Action and Space. An alternative human geography*. London & New York: Routledge (1993).

Endereços eletrônicos:

<http://www.autointell.com/european-companies/volkswagen>

<http://www.autointell-news.com/peugeot>

<http://www.cide.rj.gov.br>

<http://www.codin.gov.br>

<http://www.csn.com.br>

<http://www.firjan.com.br>

<http://www.governo.rj.gov.br/portaldocidadao>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.marciofortes.org.br>

<http://www.portoreal.rj.gov.br>

<http://www.resende.rj.gov.br>

<http://www.sindmetavr.org.br>

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)